UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Doutorado

Tese de Doutorado

A governança política da “Operação Acolhida” para migrantes e refugiados venezuelanos: uma análise das dinâmicas de securitização e descentralização em três municípios da Região Sul do Brasil (2018-2022).

Vitor Gonçalves Dias

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Maria de Aragão Ballestrin.
Linha de Pesquisa: Dinâmicas Políticas e Conflitos Sociais.

Pelotas
2024

Vitor Gonçalves Dias

A governança política da “Operação Acolhida” para migrantes e refugiados venezuelanos: uma análise das dinâmicas de securitização e descentralização em três municípios da Região Sul do Brasil (2018-2022).

Tese de Doutorado a ser avaliada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Maria de Aragão Ballestrin
Linha de Pesquisa: Dinâmicas Políticas e Conflitos Sociais.

Pelotas
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

D541g Dias, Vitor Gonçalves

A governança política da “Operação Acolhida” para migrantes e refugiados venezuelanos: uma análise das dinâmicas de securitização e descentralização em três municípios da Região Sul do Brasil (2018-2022)/ Vitor Gonçalves Dias; Orientadora Profa. Dra. Luciana Maria de Aragão Ballestrin. – 2024.

180 p.: il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Migrações internacionais. 2. Migrantes venezuelanos. 3. Securitização. 4. Região Sul do Brasil - venezuelanos. 5. Descentralização – venezuelanos. I. Ballestrin, Luciana Maria de Aragão, orient. II. Título.

CDU: 314.151.3-054.7(=1:87)

Catalogação na fonte elaborada pelo bibliotecário

Vitor Gonçalves Dias Bibliotecário CRB 10/ 1938

Vitor Gonçalves Dias

A governança política da “Operação Acolhida” para migrantes e refugiados venezuelanos: uma análise das dinâmicas de securitização e descentralização em três municípios da Região Sul do Brasil (2018-2022).

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 21 de novembro de 2024.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Luciana Maria de Aragão Ballestrin (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Raissa Wihby Ventura
Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes
Doutora em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Etiene Villela Marroni
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a minha sempre companheira e amável esposa, Maria Lúcia da Silva Monteiro, por ter estado ao meu lado em todos os desafios, além de me auxiliar e sempre acreditar no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha esposa, Maria Lúcia Monteiro, e à minha família, que sempre acreditaram em mim e me deram apoio incondicional em todas as minhas conquistas.

Expresso minha imensa gratidão à minha orientadora, Luciana Ballestrin, pela dedicação e empenho prestados à pesquisa. Seu apoio foi de grande valia para que este trabalho se concretizasse.

Gostaria também de agradecer aos meus amigos da Biblioteca do CaVG, que direta ou indiretamente me deram forças para não desistir e sempre me apoiaram nos momentos de dificuldade. Agradeço especialmente a Claudia Barreto, Emerson Rodrigues e Jaqueline Viza.

Agradeço a todos que fizeram parte desta etapa da minha vida. Ao meu amigo de mestrado e doutorado Otávio Gomes que sempre compartilhou comigo suas angústias e conquistas.

Expresso minha gratidão a todos que se dispuseram a participar das entrevistas, e principalmente as ONGs e os representantes dos venezuelanos, que foram fundamentais na coleta de dados.

Enfim, agradeço a todos e todas que me acompanharam nesta jornada.

RESUMO

Na medida em que as dinâmicas das migrações internacionais se intensificaram no século XXI, ocorreram mudanças significativas nos fluxos migratórios, com destaque para a migração venezuelana no contexto do Sul Global. Estima-se que cerca de 7 milhões de venezuelanos deixaram a Venezuela, principalmente a partir de 2013, devido às crises política e econômica vivenciadas pelo país; desses, aproximadamente 6 milhões migraram para países latino-americanos. No Brasil, até 2022, o país foi o destino de 351.958 venezuelanos deslocados. Neste contexto, o objetivo central desta pesquisa foi o de investigar o funcionamento da Operação Acolhida, principal ação emergencial responsável pelo acolhimento e integração desta população no território nacional, através da identificação e caracterização das duas principais dinâmicas de sua governança política: a securitização e a descentralização. Especificamente, analisou-se a estratégia de interiorização nos três municípios brasileiros que mais descentralizaram essa comunidade entre os anos de 2018 e 2022 na Região Sul do Brasil: Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR. A metodologia adotada foi comparada e qualitativa, utilizando roteiros de entrevistas semiestruturadas e abertas. Foram entrevistados representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos; representantes de organizações não governamentais envolvidas com essa população; e representantes dos poderes públicos municipais responsáveis pelo tratamento local das questões migratórias nas três cidades selecionadas. Os resultados apontam para a atuação fundamental de organizações da sociedade civil e dos representantes dos venezuelanos na acolhida e integração dessa comunidade no território brasileiro, em contraste e compensação da ausência de políticas migratórias minimamente delimitadas nas prefeituras municipais analisadas. Assim, os resultados demonstram um vácuo político-institucional no que se refere às práticas municipais relacionadas à inserção socioeconômica e cultural dos migrantes e refugiados venezuelanos, o qual revela os limites das dinâmicas securitária e descentralizadora da governança política envolvendo a Operação Acolhida.

Palavras-Chave: Migrantes venezuelanos; Operação Acolhida; política migratória; securitização; descentralização.

ABSTRACT

As international migration dynamics intensified in the 21st century, significant changes occurred in migratory flows, with a focus on Venezuelan migration in the context of the Global South. It is estimated that around 7 million Venezuelans left Venezuela, primarily since 2013, due to the political and economic crises the country has experienced; of these, approximately 6 million migrated to Latin American countries. In Brazil, by 2022, the country became the destination for 351,958 displaced Venezuelans. In this context, the main objective of this research was to investigate the operation of the *Operação Acolhida* (Welcome Operation), the primary emergency initiative responsible for the reception and integration of this population within the national territory, by identifying and characterizing the two main dynamics of its political governance: securitization and decentralization. Specifically, the strategy of internalization was analyzed in the three Brazilian municipalities that most decentralized this community between 2018 and 2022 in the Southern Region of Brazil: Porto Alegre (RS), Chapecó (SC), and Curitiba (PR). The methodology adopted was comparative and qualitative, using semi-structured and open-ended interview scripts. Interviews were conducted with representatives of Venezuelan migrants and refugees, representatives of non-governmental organizations involved with this population, and representatives of municipal public authorities responsible for local management of migration issues in the three selected cities. The results highlight the crucial role of civil society organizations and Venezuelan representatives in the reception and integration of this community in Brazilian territory, contrasting with and compensating for the absence of minimally defined migration policies in the analyzed municipal governments. Thus, the results reveal a political-institutional gap regarding municipal practices related to the socio-economic and cultural integration of Venezuelan migrants and refugees, which exposes the limitations of the securitization and decentralization dynamics in the political governance involving the *Operação Acolhida*.

Keywords: Venezuelan migrants; Migratory dynamics; Migrant reception; Migrant integration; Operation Welcome.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Operação Acolhida em Roraima **58**
Figura 2 - Arcabouço Jurídico das Ações de Assistência Emergencial 2018/2019.. **60**
Figura 3 - Arcabouço Jurídico das Ações de Assistência Emergencial 2018/2019.. **61**
Figura 4 - Estrutura da Governança da Operação Acolhida..... **63**
Figura 5 - Ordenamento de Fronteira..... **67**
Figura 6 - Acolhimento em Pacaraima e Boa Vista..... **68**
Figura 7 - Acolhida em Pacaraima-RR..... **69**
Figura 8 - Abrigos em Boa Vista-RR..... **71**
Figura 9 - Organograma FT Log Hum..... **76**
Figura 10 - Mapa de Apoio da ACNUR no Brasil..... **94**

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Células da governança política da Operação Acolhida..... **76**

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AP – Avançada Progressista

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Bda Inf Sl – 1º Brigada de Infantaria de Selva

BV-8 – Alojamento Boa Vista Nr 8

CAI – Centro de Atendimento aos Imigrantes

CICV – Comissão Internacional da Cruz Vermelha

CMM – Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais

COMIRAT – Comitê Municipal de Atenção aos Refugiados de Porto Alegre

COMIRAT/RS – Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

EB – Exército Brasileiro

FAB – Força Aérea Brasileira

FMI – Fundo Monetário Internacional

FT Log Hum – Força-Tarefa Logística Humanitária

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MD – Ministério da Defesa

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MINUSTAH – *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*

OI – Organismos Internacionais

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAA – Posto de Atendimento Avançado

PADF – Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento

PE – Polícia do Exército

PEF – Pelotão Especial de Fronteira

PJ – Primeiro Justiça

PITRIG – Posto de Interiorização e Triagem

PRI – Posto de Recepção e Identificação

P Trig – Posto de Triagem

PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela

R4V – Plataforma Regional de Resposta aos Venezuelanos

UNFPA – Fundo das Nações Unidas para as Atividades Populacionais

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VES – Vaga de Emprego Sinalizada

VIGIAGRO – Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional

VP – Vontade Popular

SUMÁRIO

Introdução..... **14**

CAPÍTULO 1 – Migrações internacionais, políticas migratórias, governança e o fenômeno da securitização..... **25**

1.1 Migrações internacionais: teorias e principais fluxos globais..... **25**
1.2 Migrações Sul-Sul..... **27**
1.3 Políticas migratórias nos fluxos migratórios globais..... **32**
1.4 Análise crítica do conceito de Governança..... **35**
1.5 Infraestrutura Migratória..... **38**
1.5.1 Infraestrutura Humanitária..... **41**
1.6 Securitização como política migratória..... **43**
1.6.1 Contribuições da Escola de Copenhague..... **43**
1.6.2 Securitização nos estudos de segurança internacional..... **45**
1.6.3 Securitização das migrações internacionais..... **52**

Capítulo 2 - A governança política da Operação Acolhida: dinâmicas de securitização e descentralização..... **56**

2.1 A governança política da Operação Acolhida..... **56**
2.1.1 Operação Acolhida em Roraima..... **58**
2.1.2 Arcabouço jurídico das ações de assistência emergencial..... **59**
2.1.3 Estrutura da governança política da Operação Acolhida..... **62**
2.1.4 Fases da governança política da Operação Acolhida..... **66**
2.1.5 Ordenamento de Fronteira..... **66**
2.1.6 Acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos..... **67**
2.2 A dinâmica da securitização da governança política da Operação Acolhida..... **72**
2.2.1 A atuação das Forças Armadas..... **72**
2.2.2 A lógica da securitização..... **79**
2.3 A dinâmica da descentralização..... **88**
2.3.1 Caminhos da descentralização em Roraima..... **91**
2.3.2 Números de migrantes e refugiados venezuelanos descentralizados (interiorizados) atualmente..... **95**

CAPÍTULO 3 – A descentralização induzida de migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR: descrição e análise do trabalho de campo e seus resultados..... **96**

3.1 Considerações iniciais dos entrevistados..... **103**
3.2 O protagonismo das ONGs e dos representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos..... **106**
3.3 Ações de acolhimento e integração (não) realizadas pelas prefeituras municipais..... **111**

3.4 Desafios na inserção socioeconômica de migrantes e refugiados venezuelanos nos locais de destino..... **124**
3.5 A atuação das Forças Armadas na governança política da Operação Acolhida e na descentralização da comunidade venezuelana..... **126**
3.6 A descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos para os municípios analisados..... **129**
3.7 Considerações finais dos entrevistados..... **132**
Considerações finais..... **135**
Referências..... **143**
Apêndices..... **153**

Introdução

As dinâmicas das migrações internacionais têm se intensificado ao longo do século XXI, trazendo importantes modificações nos fluxos migratórios. Uma significativa mudança que tem ocorrido é o aumento das migrações para e entre o Sul Global, devido ao processo de globalização e às crescentes restrições de fronteiras impostas pelos países do Norte.

Nesse contexto, a migração venezuelana tem ganhado evidência e importância nos debates acadêmicos, políticos e midiáticos. Atualmente, estima-se que cerca de 7 milhões de venezuelanos já deixaram seu país; desses, aproximadamente 6 milhões buscaram refúgio em países latino-americanos (Arena *et al.*, 2022).

As consequências da crise econômica e política na Venezuela impulsionaram e impulsionam as migrações venezuelanas contemporâneas. A intensificação da crise econômica se deu a partir de 2014, com a queda vertiginosa do preço do barril de petróleo a nível mundial, sua principal fonte de receita (Baeninger; Canales, 2018). A partir da queda do valor do petróleo, sua moeda nacional (bolívar) começou a se desvalorizar, o que ampliou ainda mais a crise econômica no país (Baeninger; Canales, 2018). Como consequência imediata da crise econômica, começaram a faltar produtos de primeira necessidade, tais como remédios e artigos de higiene pessoal, o que ocasionou sérios problemas de saúde e de segurança alimentar, criando as condições para uma crise humanitária. Esse contexto de queda no poder de compra dos cidadãos venezuelanos, atrelado à crise de exportação de petróleo constituiu assim a chamada hiperinflação.

Outros aspectos relevantes sobre a economia da Venezuela são as sanções financeiras e econômicas impostas pela comunidade internacional. Vale ressaltar que a Venezuela é o quarto país que exporta petróleo para os Estados Unidos (Baeninger; Silva, 2018). Como exemplo, os Estados Unidos em 2017, impuseram sanções financeiras severas, incluindo a proibição de negociação de novas ações e títulos emitidos pelo governo venezuelano e sua estatal petrolífera (Petróleo da Venezuela S.A. - PDVSA), o que agravou ainda mais a crise no país (Venezuela [...], 2019).

Já na esfera política, a intensificação da crise venezuelana iniciou-se com a

morte do presidente Hugo Chávez em 2013, o que acarretou no processo eleitoral para escolha do novo presidente da República Bolivariana da Venezuela. Após transcorrido todo o processo eleitoral, Nicolás Maduro (Partido Socialista Unido da Venezuela – PSUV) foi eleito em uma disputa acirrada contra Henrique Capriles (Primeiro Justiça – PJ). Em 2014, os opositores do presidente Nicolás Maduro convocaram manifestantes em apoio ao plano chamado "*La Salida*", cujo objetivo era a remoção do presidente do cargo, o que desencadeou muitas manifestações de ruas conhecidas como "*guarimbas*" (Baeninger; Silva, 2018).

Durante as manifestações de rua contra o governo de Nicolás Maduro em 2014 e 2017, membros das forças de segurança venezuelanas, juntamente com grupos de apoiadores do governo armados chamados "*colectivos*", atacaram violentamente os milhares de manifestantes (Venezuela [...], 2020). Em 2017, o presidente Nicolás Maduro anunciou que havia assinado um decreto no qual convocava uma Assembleia Nacional Constituinte, com a intenção de mudar a Constituição de 1999. Dessa forma, foram redefinidos os poderes do Executivo e substituído o poder Legislativo da Assembleia Nacional, liderada pela oposição (Baeninger; Silva, 2018; Venezuela [...], 2019).

Em 2018, ocorreram novas eleições presidenciais e a oposição apresentou candidatura própria com o candidato Henri Falcón (Avançada Progressista – AP). Nicolás Maduro foi reeleito com mais de seis milhões de votos[1] para cumprir mais seis anos de mandato, apesar de as eleições terem sido marcadas por diversas denúncias de fraudes (Baeninger; Silva, 2018). Posteriormente, em 23 de janeiro de 2019, o deputado nacional e presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó (Vontade Popular – VP), autodeclarou-se Presidente da República Bolivariana da Venezuela. O mesmo contou com a aprovação de diversas autoridades e lideranças mundiais, o que aprofundou ainda mais a crise política no país (Gatinois *et al.*, 2019).

Já a partir de 2016, Colômbia, Peru e outros países do continente americano, incluindo o Brasil[2], começaram a identificar um aumento expressivo no número de

[1] A participação dos eleitores chegou a 46%, considerada muito baixa, comparando-se a de 2013, quando chegou a 80%. Entretanto, considerando que na Venezuela as eleições são facultativas, o percentual da eleição de 2018 foi considerado satisfatório (Baeninger; Silva, 2018).

[2] A partir de 2010, iniciou-se um fluxo contínuo de migrantes de outras nacionalidades para o Brasil, em destaque as migrações dos haitianos, senegaleses e outras nacionalidades africanas (Simões, 2017), acarretando em um expressivo aumento nos números de solicitações de refúgio, asilo e residência temporária ao Brasil.

registros de venezuelanos entrando em seus respectivos territórios (Baeninger; Canales, 2018). Segundo dados da R4V (Plataforma Regional de Resposta aos Venezuelanos), até junho de 2022 foram registrados 351.958 migrantes e refugiados[3] venezuelanos[4] no Brasil (Plataforma [...], 2022). Vale mencionar que estes registros se referem à autorização de residência temporária (Portaria Interministerial 09/2018) e de reconhecimento da condição de "refugiado" (Lei Nº 9.474, de 22/1997). Esses dois mecanismos jurídicos são utilizados por grande parte dos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil.

Sua entrada no Brasil ocorre principalmente pelo Norte do país, por via terrestre, entre Santa Elena de Uaíren (Venezuela) e Pacaraima (Brasil) no estado de Roraima. As principais cidades de Roraima para as quais essas pessoas se deslocam são Pacaraima e a capital Boa Vista. É importante destacar que o estado de Roraima possui a maior concentração de migrantes e refugiados venezuelanos no país (Simões, 2017).

Com a chegada massiva de migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima, os sistemas públicos de saúde e assistência social naquele estado da federação se tornaram insuficientes. Houve um aumento na procura de atendimento de saúde por parte dos migrantes e refugiados venezuelanos, o que teria gerado um colapso no sistema de saúde do estado; isso teria provocado a então governadora Suely Campos (PP) a decretar situação de emergência social por 180 dias (Decreto 24.469/2017) (Baeninger; Silva, 2018). Com a falta de políticas de acolhimento por parte dos governos estadual, municipal e federal, os migrantes e refugiados venezuelanos começaram a montar suas moradias em acampamentos improvisados e a viverem nas ruas de Pacaraima e Boa Vista (Baeninger; Silva, 2018).

Após intensa discussão e pressões da sociedade civil a respeito da situação dos migrantes e refugiados venezuelanos e do colapso dos serviços públicos do

[3] A Lei Brasileira de Refúgio (Lei nº 9.474/1997) define que um refugiado é qualquer indivíduo que abandona seu país de origem por temores legítimos de perseguição relacionados à raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou devido a uma grave e generalizada violação dos direitos humanos em seu país. Por outro lado, os migrantes são indivíduos que deixam seus países de maneira voluntária, geralmente em busca de melhores condições de vida. Eles têm a possibilidade de retornar ao seu país de origem sem riscos à sua integridade e continuam a contar com a proteção de seu Estado. No Brasil, os direitos e deveres dos migrantes estão estabelecidos na Lei n º 13.445/2017 (Diferenças [...], 2024).

[4] Ao longo desta investigação serão utilizados os termos "migrantes e refugiados venezuelanos" para tratar deste deslocamento populacional que utiliza estes dois mecanismos jurídicos (Portaria Interministerial 09/2018 e Lei Nº 9.474, de 22/1997) para registro no Brasil.

estado de Roraima, finalmente, o governo federal do então Presidente Michel Temer (MDB) intercedeu e editou a MP 820/2018, a qual constituía o Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento dos migrantes venezuelanos – Operação Acolhida (Baeninger; Silva, 2018). Com isso, foram construídos 13 abrigos em Roraima (nas cidades de Pacaraima e Boa Vista) pelo Exército Brasileiro, além da distribuição de alimentos e medicamentos aquela população. A coordenação da Operação Acolhida foi realizada pelo ex-ministro da Saúde do governo Bolsonaro, o General Eduardo Pazuello. Após transcorrida a construção dos abrigos, muitos migrantes e refugiados venezuelanos não possuíam suas próprias atividades laborais e começaram a buscar alternativas para não depender apenas de doações da sociedade civil e da ajuda humanitária dos órgãos responsáveis pela Operação. Dessa forma, ficava mais latente a necessidade de buscar por outros estados na perspectiva de conquistar vagas de empregos no Brasil e melhores condições de vida.

Como alternativa para essa demanda, o governo federal através da Operação Acolhida, desenvolveu a estratégia de interiorização dos migrantes e refugiados venezuelanos para outros estados do país. Ela teve como objetivo principal oferecer oportunidade aos venezuelanos que desejassem buscar atividades laborais em outras regiões, além de diminuir a pressão sobre os serviços públicos daquele estado (Baeninger; Silva, 2018). Em 2018, vários municípios participaram da iniciativa de interiorização, a qual somou um total de 2.970 migrantes e refugiados interiorizados em diferentes municípios do Brasil. Segundo o painel de interiorização, entre 2018 a setembro de 2021, foram interiorizados 60.788 migrantes e refugiados venezuelanos em diversos municípios da federação (UNHCR, & IOM, 2021).

Vale lembrar que a Operação Acolhida foi a primeira operação de ajuda humanitária em território nacional, sendo 500 milhões de reais o gasto (até 2020) do governo federal com a Operação. Ela está no seu 8° contingente e já contou com a participação de pelo menos 4 mil militares brasileiros. As Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) coordenam a Operação com a participação de 11 ministérios e diversas agências (Clímaco [...], 2020). Vale destacar que os gastos com a Operação Acolhida, de 2018 a 2022, foram de 713.819.815,38 milhões de

reais, segundo o Portal da Transparência[5] (Brasil, 2024). Essa busca só foi possível graças a um artigo intitulado “O acolhimento humanitário e a interiorização dos migrantes venezuelanos em Roraima”, de autoria de Aurelio Toaldo Neto, publicado na Revista do TCU (Toaldo Neto, 2022). De outra forma, os dados sobre os gastos com a Operação Acolhida são complexos e imprecisos.

Considerando o exposto, a presente tese se insere nos debates contemporâneos relacionados às políticas migratórias no país. O processo de pesquisa vivido no mestrado[6] instigou-me ao desafio de tratar das migrações venezuelanas para o Brasil, dada à complexidade e heterogeneidade da concepção, etapas, implementação e desafios da Operação Acolhida. A Operação é considerada uma das principais ações para o controle e acolhimento de migrantes no Brasil, envolvendo diversos atores e instituições.

Assim, a pesquisa pretende contribuir com a discussão da nacionalização das questões e políticas migratórias, sob a ótica disciplinar da Ciência Política, em diálogo com as Relações Internacionais. O artigo de Fernández-Rodríguez e Freier (2024) destaca que, apesar dos avanços significativos nas pesquisas sobre políticas migratórias na América Latina, ainda persistem lacunas consideráveis no campo, como a falta de estudos empíricos sobre o impacto das políticas migratórias e investigações acerca de como as políticas públicas locais influenciam os processos de acolhimento e integração. As autoras apontam a necessidade urgente de mais estudos empíricos que investiguem de maneira aprofundada como as políticas migratórias afetam, de fato, os migrantes e as sociedades receptoras, abrangendo áreas como condições de acolhimento, integração social e econômica, segurança, xenofobia, acesso a direitos, integração comunitária, impactos econômicos, cultura, identidade e segurança pública. Nesse contexto, a presente tese buscou contribuir para a diminuição dessas lacunas, especialmente ao investigar o impacto das políticas públicas locais no processo de acolhimento e integração dos migrantes e refugiados venezuelanos. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo em três municípios da região Sul do Brasil, visando

[5] Pesquisando em: Inicio > Programas e Ações Orçamentárias > Ação Orçamentária e selecionando Ação Orçamentária – Código: 219C com o nome de “Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras”.

[6] Vale mencionar que minha pesquisa de dissertação realizada para o curso de Mestrado em Ciência Política (UFPel), analisou comparativamente as políticas migratórias municipais de Pelotas e Rio Grande para a recepção e acolhimento dos migrantes senegaleses.

compreender as práticas adotadas por essas cidades e os desafios enfrentados pelos migrantes.

A investigação buscou analisar a estrutura governamental e a participação das Forças Armadas na Operação Acolhida, além de investigar a descentralização desta Operação (estratégia de interiorização) para os entes subnacionais no sul do Brasil, durante os anos de 2018 e 2022. O período marca o primeiro ano de funcionamento da Operação Acolhida, a especificidade da pandemia decretada em 2020 que precarizou e vulnerabilizou ainda mais a saúde e a vida destes migrantes e refugiados em solo brasileiro[7] e o término do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

Com isso, pretende-se contribuir para a agenda de pesquisa que problematiza a execução e os desafios dessa Operação, oferecendo a exploração de aspectos ainda pouco analisados pela literatura nacional disponível. Dessa forma, esta tese buscou investigar a securitização da governança política[8] da Operação Acolhida através da participação das Forças Armadas, trazendo como contribuição original uma análise da descentralização (interiorização) induzida por esta Operação em três diferentes municípios da Região Sul do Brasil. Foram selecionados um município de cada estado que mais interiorizou migrantes e refugiados venezuelanos (de janeiro de 2018 a dezembro de 2022), sendo eles Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR. Este recorte permitiu viabilizar a pesquisa empírica em suas diferentes nuances.

Neste contexto, o problema central e norteador da tese foi a de analisar aquilo que esta tese chamou de dinâmicas da governança política da Operação Acolhida: securitização, através da atuação das Forças Armadas em sua condução, e descentralização, dada o aspecto federativo do Estado brasileiro. Interessou à pesquisa observar como essa dupla dinâmica esteve relacionada, ou seja, como a combinação entre securitização e descentralização impactou na responsabilidade de acolhimento e integração dos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil, em

[7] No contexto da pandemia da COVID-19, o governo brasileiro editou a Portaria Nº 125, de 19 de março de 2020, restringindo excepcionalmente e de forma temporária a entrada de estrangeiros no país. Tal portaria autorizou o fechamento da fronteira com a Venezuela e restringiu o acesso de pessoas ao território brasileiro (Monitoramento [...], 2020, p.1).

[8] A "Operação Acolhida" é conduzida por uma lógica de “governança”, a qual pode operar por meio de regras e normas acordadas entre atores governamentais e não governamentais (Rosenau; Czempiel, 2000). O conceito de governança é trabalhado no Capítulo 1 da tese e pode ser encontrado nas próprias denominações oficiais da Operação (Assistência [...], 2019).

três municípios da Região Sul do país.

A hipótese a ser investigada sugere que a combinação das dinâmicas de securitização e descentralização na Operação Acolhida influenciou de maneira significativa a responsabilidade dos municípios brasileiros na acolhida e integração dos migrantes e refugiados venezuelanos. A securitização, manifestada pela atuação das Forças Armadas, pode ter contribuído para uma abordagem mais rígida e militarizada da migração no estado de Roraima, além de ter impactado diretamente o processo de deslocamento de migrantes e refugiados venezuelanos para outros municípios do Brasil, na tentativa de desafogar o grande fluxo de venezuelanos em Pacaraima e Boa Vista. Essa atuação buscou não apenas aliviar a superlotação dos abrigos coordenados pelas Forças Armadas, mas também descongestionar os serviços públicos das cidades de Roraima. Assim, a abordagem securitária adotada pelas Forças Armadas se mostra como um mecanismo para justificar a descentralização do acolhimento, promovendo uma redistribuição dos migrantes e refugiados entre diferentes regiões do Brasil, enquanto o governo federal minimiza sua responsabilidade direta na integração dessa comunidade.

Por outro lado, a descentralização, característica do Estado federativo brasileiro, permitiu que os municípios adaptassem suas estratégias de acolhimento às particularidades locais e estaduais, criando oportunidades para a implementação ou não de políticas públicas específicas. A descentralização, facilitada pela atuação militar, não apenas aliviou a pressão sobre os serviços públicos em Roraima, mas também redefiniu as funções dos municípios envolvidos, que passam a assumir um papel central na gestão e integração dos migrantes. Essa estratégia pode resultar em um dilema: enquanto a descentralização busca uma solução mais local e prática para o acolhimento, também pode criar lacunas significativas em termos de recursos e políticas integradas de apoio aos migrantes.

Nesse contexto, com o elevado fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos nos abrigos de Roraima (Pacaraima e Boa Vista), a securitização da governança política da Operação Acolhida, por meio da participação das Forças Armadas, induziu a criação de uma estratégia de descentralização com o intuito de desresponsabilizar o governo federal na integração e acolhida dessa comunidade. Portanto, a hipótese principal desconfia que a interação entre securitização e descentralização, apoiando-se estrategicamente na ideia governança, impacta e

compromete diretamente a eficácia do acolhimento e a qualidade da integração social e econômica dos migrantes venezuelanos em seus novos destinos no Brasil.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar o funcionamento das duas principais dinâmicas da governança política da Operação Acolhida – a securitização e descentralização –, buscando perceber seus impactos sobre a responsabilidade humanitária do Estado brasileiro em acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos na sociedade de destino, especialmente em três municípios brasileiros. Especificamente, pretendeu-se: descrever o arranjo institucional sobre o qual a governança política da Operação Acolhida se apoia, considerando suas particularidades enquanto política de Estado e a concepção humanitária que lhe deve orientar; Identificar os elementos de securitização envolvidos na Operação, dada à atuação das Forças Armadas no seu planejamento e execução; Investigar como ocorreu a interiorização desta Operação em três municípios da Região Sul do Brasil, de modo a confrontar a hipótese da pesquisa.

O caminho percorrido na construção desta tese buscou atingir os dois primeiros objetivos específicos com o auxílio de fontes secundárias, ou seja, em dados já publicados ou compilados por outros (Ander-Egg, 1985). Estas informações foram pesquisadas através de sites oficiais (ligados aos governos nacionais brasileiro e venezuelano), bibliotecas virtuais, sites de organizações nacionais e internacionais que lidam com a temática migratória, como a (R4V), coordenada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Também, foram consultadas reportagens e diferentes tipos de legislações brasileiras pertinentes (Lei nº 13.445/2017 - institui a Lei de Migração, Lei nº 9.474/1997 – Estatuto dos Refugiados, Lei nº 13.684/2018 – trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária).

De grande valia se revelou a Plataforma R4V, um mecanismo de coordenação que reúne 43 organizações, entre Agências da ONU e organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais no Brasil, cujo objetivo é coordenar as ações de agências da ONU e organizações da sociedade civil para promover o acesso a direitos, serviços básicos, proteção, autossuficiência e integração socioeconômica, tanto para a população em questão, quanto para as comunidades

que a acolhem (Monitoramento [...], 2020; Plataforma [...], 2022).

Além disso, outros sítios de pesquisa foram de suma importância para encontrar dados estatísticos, tais como o do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o do Ministério do Trabalho, o do IBGE, o do Observatório das Migrações Internacionais (Relatórios anuais da OBMigra, o da Polícia Federal e das prefeituras analisadas. Essas tinham como intenção principal subsidiar os dados quantitativos que foram utilizados ao longo do trabalho para aprofundar as demandas, características e especificidades dos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil.

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada para a coleta de dados primários relacionados ao terceiro objetivo específico da tese. Foram utilizadas também entrevistas abertas que deram mais liberdade aos entrevistados e assim auxiliar na investigação de campo de modo mais geral. Os seguintes atores específicos foram entrevistados: lideranças dos migrantes e refugiados venezuelanos, representantes de ONGs que trabalham com os migrantes e refugiados venezuelanos, além de representantes dos poderes públicos municipais que tratam das migrações em três municípios do Sul do Brasil – em cada estado, foi selecionado o município que mais interiorizou migrantes e refugiados venezuelanos no país no período de análise da tese. As cidades escolhidas para a pesquisa foram: no Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Santa Catarina – Chapecó e Paraná – Curitiba[9]. As perguntas e levantamentos que foram realizados tiveram como objetivo principal analisar se os migrantes e refugiados venezuelanos estão acolhidos e integrados em suas respectivas sociedades de destino. Como perguntas basilares foi indagado algumas questões proeminentes, tais como: a) Foi criada alguma política específica nos municípios estudados para garantir o acolhimento e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?; b) Existe uma relação entre os poderes públicos municipais que serão analisados e o governo federal no que se refere à governança migratória de venezuelanos?; c) Os municípios analisados possuem algum mecanismo de acompanhamento e/ou monitoramento para verificar o acolhimento e integração de migrantes e refugiados venezuelanos nas sociedades

[9] De janeiro de 2018 a dezembro de 2022, dos 87.582 migrantes e refugiados interiorizados no Brasil, teve-se a seguinte distribuição regional: 6.810 (Região Norte, exceto Roraima); 3.706 (Região Nordeste); 12.721 (Região Centro-Oeste); 19.114 (Região Sudeste); 45.590 (Região Sul). Na Região Sul, os municípios de cada estado que mais receberam migrantes e refugiados interiorizados foram: RS: Porto Alegre – 2.545; SC: Chapecó – 3.045; PR: Curitiba – 5.388. (UNHCR, & IOM, 2022). Vale lembrar que esses dados foram extraídos no final de 2022 e, atualmente, o painel de interiorização contém apenas os dados a partir de abril de 2018.

de destino? Os roteiros das entrevistas podem ser conferidos nos apêndices E a M ao final desta pesquisa.

A aproximação com os sujeitos da pesquisa foi feita primeiramente por meio de pesquisas em sites institucionais, redes sociais, universidades e com pesquisadores, a fim de descobrir os contatos pessoais e profissionais de cada representante. Depois de conseguir estes contatos foram enviados emails, mensagens em aplicativos de mensagens instantâneas e realizadas conversas por telefone explicando a pesquisa e os procedimentos metodológicos. Após receber o retorno de alguns representantes de diferentes setores, buscou-se fazer uma entrevista aberta, através de uma plataforma de reuniões virtuais de preferência do entrevistado, visando explicar a pesquisa e conhecer um pouco mais a realidade de cada representante. Logo após, combinou-se um segundo momento para que os mesmos pudessem responder a questões complementares às informações das entrevistas abertas, no intuito de testar a hipótese da referida tese.

Assim, buscou-se analisar as respostas pela perspectiva de cada ator entrevistado e as principais ações e iniciativas governamentais e não governamentais voltadas à recepção dos migrantes e refugiados venezuelanos. Devido à pandemia e a incerteza do retorno a normalidade, muitos recursos tecnológicos foram utilizados para diminuir a distância, e minimizar as dinâmicas de reuniões e encontros. Por isso, o contexto pandêmico permitiu que novas formas alternativas de coleta de dados fossem implementadas no cotidiano dos pesquisadores. Dito isso, para facilitar a coleta de dados foram utilizados recursos remotos, incluindo ferramentas de comunicações alternativas como: serviços de comunicação por vídeo, serviços de mensagens instantâneas, redes sociais, telefones, emails e outros instrumentos comunicacionais. Inicialmente, pretendia-se realizar também visitas *in loco* para buscar extrair informações relevantes e complementares para a coleta de dados. Contudo, a incursão presencial no campo se revelou dispendiosa e incerta quanto aos seus resultados, seja pela dinâmica da pandemia, seja pela resistência das prefeituras.

A aproximação com o universo da pesquisa ocorreu através de contatos constantes com as respectivas organizações da sociedade civil, e representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos e também com os três principais equipamentos que o ACNUR disponibiliza para o acolhimento e integração de

migrantes e refugiados venezuelanos interiorizados nos locais de destino final, que são: **Centros de Acolhida e Integração**, **Serviços de Referências** e **Serviços e Apoios Complementares**. Estes equipamentos serão melhor especificados no Capítulo 2 da tese. Todos os Estados da Federação possuem estes equipamentos coordenados por diversas organizações da sociedade civil e instituições governamentais.

A tese está dividida em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. O **capítulo 1,** denominado de **Migrações internacionais: políticas migratórias, governança e o fenômeno da securitização**, propõe-se a abordar as migrações internacionais contemporâneas, com ênfase nas migrações Sul-Sul e na América Latina, para contextualizar o tema da pesquisa. Em seguida, aborda perspectivas teóricas e empíricas das políticas migratórias globais, introduz brevemente o conceito de governança e suas nuances, e discute as características da securitização e sua presença nas políticas migratórias. O **capítulo 2,** intitulado de **A governança política da Operação Acolhida: dinâmicas de securitização e descentralização,** descreve as ações de assistência emergencial do governo federal para o acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil, com foco na atuação das Forças Armadas na fase inicial da Operação Acolhida em Pacaraima e Boa Vista. Também, aborda a descentralização desses migrantes para outros municípios brasileiros. Já o **capítulo 3,** chamado **A descentralização induzida de migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR: descrição e análise do trabalho de campo e seus resultados**, apresenta o processo de coleta de dados da pesquisa, analisando as principais ações realizadas por representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos, ONGs e as prefeituras de Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR. Por fim, as conclusões retomam a problemática da tese, sua hipótese e os resultados encontrados.

CAPÍTULO 1 – Migrações internacionais, políticas migratórias, governança e o fenômeno da securitização

Inicialmente, este capítulo aborda as migrações internacionais contemporâneas em nível global, com ênfase nas migrações Sul-Sul, especialmente na América Latina, que constituem o contexto desta pesquisa. Em seguida, são revisadas algumas abordagens teóricas e empíricas sobre as políticas migratórias em um contexto global. O capítulo também apresenta, de forma breve, o conceito de governança e suas principais nuances, com o objetivo de explicar a importância dessa categoria na condução da Operação Acolhida. Por fim, discute as características da securitização como fenômeno social e sua manifestação nas políticas migratórias, uma vez que a literatura especializada aponta para a lógica securitária da Operação, visando entender a participação das Forças Armadas na condução da Operação Acolhida até a fase de descentralização.

1.1 Migrações internacionais: teorias e principais fluxos globais

A princípio, as migrações internacionais, encontram-se em situação de destaque na agenda internacional. Para Patarra e Baeninger (2004), as migrações internacionais no contexto da globalização vêm ganhando repercussão em todos os níveis e recebendo contribuições, teóricas e empíricas, que corroboram com sua diversidade, significados e implicações.

Segundo Siciliano (2013), migrações internacionais não tratam apenas do deslocamento de pessoas de um lugar à outro, mas de uma jurisdição à outra. Conforme Reis (2011), a percepção das migrações internacionais como tema estratégico nas Relações Internacionais no século XXI é cada vez mais proeminente. Zolberg (2006) afirma que se trata de um processo estritamente político, pois não se dedica apenas em regular as fronteiras e, sim, de elaborar e impor regras sobre aquisição, manutenção, perda ou renúncia voluntária de cidadania em todos os aspectos ligados à política, economia, sociedade e cultura.
Herédia e Gonçalves (2017), por sua vez, afirmam que os movimentos migratórios internacionais são considerados como pertencentes aos novos fluxos demográficos. Os autores enfatizam que os migrantes disputam a hegemonia de novos territórios, além de fugir de perseguições políticas, étnicas e repressões múltiplas. Possuem

como objetivos a busca de novos espaços territoriais, ou de um mercado de trabalho mais promissor ou apenas visam atividades que lhe garantam o mínimo de subsistência. Destacam que a migração pode ser conceituada como mobilidade espacial da população, sendo essa geradora de modificações nos relacionamentos interpessoais e na relação dos sujeitos com o ambiente físico. Por fim, esclarecem que as migrações internas e externas estão ligadas diretamente aos processos globais de mudança, sendo que as questões migratórias ligadas às conjunturas políticas, sociais e econômicas controladas pelas inter-relações entre os Estados-nações.

Outra autora que auxilia na conceitualização de migrações internacionais dentro deste contexto é Baganha (2011). Segundo a autora, migrações internacionais dizem respeito às leis que induzem a relocalização dos seres humanos, ou seja, ao exercício do direito soberano de controlar quem tem condições de entrar, de permanecer e de pertencer ao Estado-nação. Tendo na maioria das vezes um caráter político, essas migrações não abarcam apenas a relocalização física dos migrantes, mas uma mudança jurídica e de pertencimento ao Estado-nação.

Além disso, outros autores que se destacam por abordarem as questões migratórias são Zamberlam *et al.* (2013), que discorrem:

> O movimento migratório que é mundial exige em cada lugar do mundo novas atitudes. O que é global precisa localmente desenvolver projetos que envolvam a qualidade de vida. A presença do migrante questiona e provoca a comunidade que o acolhe dando início à construção de uma nova convivência humana (*Ibid*., p.5).

Os fluxos migratórios têm aumentado no mundo contemporâneo e comprovam cientificamente esta afirmação, citando, por exemplo, que em 1910 a população mundial era de 1,6 bilhões de habitantes e os migrantes eram 33 milhões. Já em 2013, a população mundial era de 7 bilhões e o número de migrantes internacionais era de 232 milhões. Assim, a população mundial cresceu 4,3 vezes, enquanto a migração quase dobrou, chegando a 7,1 vezes. Apresentam de igual forma que a movimentação de migrantes tem avançado em todas as direções, porém em menor escala de países do Norte para o Sul: cerca de 35,4%, ao contrário do que ocorre de países do Sul para o Norte com 64,6% (Zamberlam *et al.*, 2013).

As migrações internacionais foram intensificadas pela globalização: segundo Wenden (2016), desde meados dos anos de 1970, elas triplicaram: 77 milhões em 1975, 120 milhões em 1999, 150 milhões no início dos anos 2000 e atualmente 240 milhões. No que tange às migrações internacionais no sentido global, relata o autor:

> Esse processo tende a continuar, pois os fatores da mobilidade estão longe de desaparecer; eles são estruturais: defasagens entre os níveis de desenvolvimento humano (que combinam a expectativa de vida, o nível de educação e o nível de bem-estar) ao longo das grandes linhas de fratura do mundo; crises políticas e ambientais que são "produtoras" de refugiados e deslocados; redução do custo dos transportes; generalização da emissão de passaportes, inclusive nos países de onde outrora era difícil partir; falta de esperança nos países pobres e mal governados; papel das mídias; tomada de consciência de que é possível mudar o curso da própria vida pela migração internacional; e, enfim, as mudanças climáticas. (*Ibid*., p. 18).

A União Europeia ainda é o destino mais procurado mundialmente pelos migrantes, à frente, por exemplo, dos Estados Unidos que se encontra em segundo lugar, dos países do Golfo em terceiro e da Rússia em quarto lugar (Wenden, 2016).

1.2 Migrações Sul-Sul

Esta seção trata da importância das migrações Sul-Sul para o aprofundamento das discussões da temática, migrações internacionais contemporâneas, discorrendo sobre algumas migrações de diferentes países do Sul Global, suas características e particularidades. Segundo Singer (2002), as migrações internacionais no século XXI têm sido marcadas por fluxos migratórios que incluem percursos cada vez mais recorrentes, entre países do Sul Global. Isso ocorre, devido às restrições impostas pelos países do Norte em relação à entrada e permanência de migrantes internacionais. Além disso, as migrações Sul-Sul entre e em direção aos países da América Latina, na última década, evidenciam a complexidade e heterogeneidade das migrações internacionais (De Hass, 2010).

Outro aspecto relevante mostra que as migrações Sul-Sul se consolidam no contexto do processo mais amplo das migrações transnacionais[10], refletindo e

[10] Segundo Zubrzycki (2017), os constantes deslocamentos entre os países de origem e de destino, e a alta taxa de retorno, mantendo fortes laços sentimentais, econômicos e culturais com seu país de origem, além do envio de remessas de dinheiro para seus familiares, transformam estas migrações

reconfigurando os condicionantes que acontecem de forma exógena às fronteiras nacionais. Vale ressaltar que a governança das migrações internacionais sugere que o Sul, na perspectiva global das migrações, seja reconhecido como ator social na construção e implementação do Pacto Global[11]. Com isso, a participação do Sul no processo do Pacto Global implica a não hierarquia na conceitualização das migrações ordenadas. Logo, o Sul não é apenas emissor de emigrantes, narrativa esta estimulada pelo Norte Global; por isso, é necessário destacar que sua posição geopolítica apresenta novas adjacências aos fluxos migratórios nesses países (Baeninger *et al.*, 2018).

A tese traz ainda a perspectiva migratória de países Sul-americanos como Chile, Argentina, Equador e Brasil como exemplos que apresentam esta nova leva de fluxos migratórios chamados de migrações Sul-Sul. Se a primeira onda migratória na América do Sul (final do século XIX e as primeiras décadas do século XX) fez parte do grande fluxo migratório transcontinental de europeus para as Américas, a atual faz parte do aumento e consolidação dos deslocamentos Sul-Sul (Canales, 2018).

O Chile, por exemplo, tem percebido um aumento expressivo dos fluxos migratórios em seu país nos últimos anos. É oportuno destacar que o país está passando por uma nova onda migratória, que se iniciou na década de 1980, e tem aumentado significativamente nos últimos anos. A migração contemporânea no Chile é marcada principalmente por fluxos de países vizinhos, especificamente, destaca-se o caso da migração peruana, que constitui seu principal fluxo, contribuindo com 30% do número total de migrantes. Além disso, outros fluxos se destacam como as migrações de colombianos, bolivianos e equatorianos, que compõem fluxos emergentes que adquirem pesos relevantes na dinâmica migratória chilena (*Ibid*.). Por sua vez, os equatorianos, e mais recentemente os venezuelanos, fazem parte de novos fluxos migratórios Sul-americanos para o Chile, que, como no caso colombiano, indica que a influência migratória chilena tende a rapidamente atravessar a zona fronteiriça para se tornar um destino de importância regional e continental (*Ibid*.).

---

em "migrações transnacionais".

[11] A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2016, aprovou a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados, na qual consta a realização do "Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular", em 2018. Trata-se de acordo internacional intergovernamental para a migração Internacional (Baeninger *et al.*, 2018).

Em relação ao Equador, o crescimento do fluxo migratório se inicia na década de 2000, mostrando o papel do Chile como destino alternativo contra o freio da emigração equatoriana para a Espanha influenciada pela crise econômica naquele país. O mesmo ocorre com os migrantes venezuelanos, que sem dúvida, está intimamente ligada à crise política e econômica enfrentada por este país ao longo dos anos. Isso ocorre pelo contexto de um longo ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico do Chile, que atuaria como um importante fator de atração migratória, especialmente no que diz respeito à estagnação e crise que têm enfrentado países que, como Argentina e Venezuela foram historicamente os principais destinos da migração Sul-americana (Canales, 2018).

A partir deste momento serão analisados os fluxos migratórios na Argentina trazendo como contribuições os estudos de Bruno e Maguid (2018). No início do século XXI, avançou-se no que tange a migração internacional, tanto no MERCOSUL - Mercado Comum do Sul (Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, de dezembro de 2002), quanto na Argentina, principal país receptor da migração do Cone Sul. Essa expansão migratória só foi possível, pois a Argentina permitiu a residência legal de migrantes tendo como único requisito ser cidadão de qualquer um dos países que assinaram o tratado de integração (*Ibid*.). No ordenamento jurídico argentino sobre migrações, em 2004, foi promulgada a Lei de Imigração 25.871, que constitui uma mudança de paradigma na política migratória do país. Ela reconhece o direito de migrar como direito humano e em 2006 implementou a operação de regularização documental massiva de “Pátria Grande”. Porém, em janeiro de 2017, ocorreu um retrocesso com a promulgação do Decreto de Necessidade e Urgência 70/2017 que alterou a referida Lei, estabelecendo um procedimento de expulsão sumária de estrangeiros, ferindo o direito de defesa e seu acesso à justiça (Bruno; Maguid, 2018).

Outro aspecto relevante mostra que a incidência de migrantes fronteiriços na Argentina praticamente não alterou desde o primeiro Censo populacional de 1869, representando entre 2 e 3% da população total da Argentina, indicando a persistência desses fluxos migratórios por tempo indeterminado – em 2010, constituíam 3,1% dos 40 milhões de habitantes no país. Já a taxa de crescimento, de acordo com a origem migratória, vem se diferenciando ao longo do tempo. No período 1991-2001 ocorreu um aumento significativo da entrada de migrantes

peruanos – que chegou a quadruplicar neste período –, seguidos de migrantes bolivianos e mais moderadamente de migrantes paraguaios. Os migrantes chilenos e uruguaios, por outro lado, reduziram a entrada em território argentino, enquanto os migrantes brasileiros continuam em números estáveis de entrada no país (*Ibid.*). Atualmente, na Argentina, os migrantes paraguaios e bolivianos representam quase dois terços do total e, por outro lado, os migrantes colombianos, equatorianos e venezuelanos representam os fluxos migratórios contemporâneos, aproximando-se de 2% (Bruno; Maguid, 2018).

No Brasil, os principais migrantes do Sul global não pertencentes à América Latina são os migrantes haitianos e senegaleses. Quando se fala em migrações contemporâneas em territórios brasileiros, além dos migrantes venezuelanos, está se falando de dois povos especificamente que são haitianos e senegaleses. Segundo Uebel:

> [...] a imigração de haitianos e senegaleses ganhou destaque na composição dos estoques imigratórios nestas duas escalas a partir de um período de tempo muito recente (2013-2014). Tal situação se dá após a crise econômica internacional aliada à guerra civil e crise humanitária no Haiti bem como a instabilidade econômica e política do Senegal, somando-se à atratividade econômica e laboral verificadas pelo Brasil e Rio Grande do Sul (Uebel, 2015, p.141).

Vale destacar que em razão de grandes acordos diplomáticos, crescimento econômico e dois grandes eventos esportivos mundiais que ocorreram no Brasil que foram a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 houve um aumento significativo dos fluxos migratórios no país. Dentre estes migrantes, destacam-se os migrantes da América Latina e da África. Estes migrantes ficaram distribuídos em diferentes estados do Brasil, como em São Paulo e Rio de Janeiro, porém no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina esta concentração de migrantes foi ainda mais intensa (Tedesco, 2017). Nos últimos anos, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) que lançou recentemente um documento sobre o refúgio (Sistema [...], 2016), os números de migrantes senegaleses e haitianos praticamente dobraram em relação a outros povos, principalmente nos chamados "solicitantes de refúgio".

Além disso, em relação aos refugiados não se pode esquecer o grande aumento da chegada de migrantes haitianos em território brasileiro. A relação diplomática entre Brasil e Haiti contribuiu para um dos maiores deslocamentos

populacionais que se tem conhecimento no Brasil. Conforme, Vigevani e Cepaluni (2007), a política externa do Brasil no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), almejando maior projeção no cenário regional e internacional, encontrou no Haiti uma maneira de consolidar este objetivo. Nesse caso, o país aceitou o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (em francês, *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti,* a Minustah), enviando um contingente de aproximadamente 1.200 militares.

Já as migrações venezuelanas para outros países do Sul global ganham destaque no mundo contemporâneo, devido aos discursos acadêmicos, midiáticos e políticos. Muitos fatores impulsionaram as migrações venezuelanas, tais como a crise econômica, política e humanitária (falta de artigos de primeira necessidade). Assim, países como Colômbia, Trinidad e Tobago e mais recentemente o Brasil, viram o fluxo de migrantes venezuelanos aumentarem significativamente a partir de 2016. No caso brasileiro, a entrada dos migrantes venezuelanos é realizada majoritariamente pelo extremo norte do país, pelo estado de Roraima. Desse modo, constata-se um aumento da migração venezuelana, que é percebida de diferentes formas. O número de solicitantes de refúgio venezuelanos passou de 829, em 2015, para 3.368, em 2016, e 7.600 venezuelanos pediram refúgio na capital roraimense até junho de 2017 (Simões, 2017). Vale mencionar que o aprofundamento das migrações venezuelanas para o Brasil terá destaque maior nesta pesquisa nos capítulos 2 e 3.

Finalizando esta seção, apresentam-se os dados atuais da ACNUR[12] (até dezembro de 2020), os quais mostram que 82,4 milhões de pessoas refugiadas em todo o mundo foram forçadas a se deslocar por diferentes motivos, tais como resultado de perseguição, conflitos, violência, violação de direitos humanos ou eventos que perturbam drasticamente a ordem pública (Dados [...], 2021). Em

[12] O ACNUR, em colaboração com organizações parceiras, o Governo Federal e a sociedade civil, realiza diversas ações para garantir a integração dos refugiados venezuelanos no Brasil. Essas iniciativas visam promover seus direitos e bem-estar, além de contribuir para a sociedade brasileira. Entre as ações destacam-se a Rádio Comunitária "La Voz de Los Refugiados", que, produzida pelos próprios refugiados, combate a desinformação e fornece informações sobre direitos e deveres; o projeto "Fútbol Sin Fronteras", que usa o esporte para promover direitos humanos, igualdade de gênero e resolução de conflitos; a resposta a emergências, como a enchente em Manaus, com a evacuação e assistência imediata aos refugiados; a capacitação profissional em parceria com instituições como o Senac, visando a empregabilidade; e ações voltadas para a proteção de populações vulneráveis, como crianças, mulheres e indígenas refugiados, oferecendo apoio educacional, social e comunitário. Essas ações ressaltam a importância da colaboração local e internacional na gestão de crises humanitárias (UNHCR, 2022).

relação aos migrantes internacionais, o número total até dezembro de 2021 foi o de 281milhões de pessoas que se deslocaram em todo mundo, o equivalente a 3,6% da população global (Onu News [...], 2022).

Além disso, deve-se mencionar a Guerra na Ucrânia que desde 24 de fevereiro de 2022, desencadeou uma crise humanitária sem precedentes no mundo contemporâneo. Segundo pesquisa realizada pela OIM (Organização Internacional para as Migrações), entre 24 de março a primeiro de abril de 2022, estima-se que cerca de 7,1 milhões de ucranianos já se deslocaram internamente ou participaram de fluxos de mobilidade com o objetivo de fugir deste conflito armado (OIM, 2022).

1.3 Políticas migratórias nos fluxos migratórios globais

A partir de agora apresenta-se os principais mecanismos jurídicos responsáveis pela entrada, saída e permanência de migrantes utilizados no contexto global, bem como, as divisões e características das políticas migratórias.

Como definição inicial se utilizará o conceito cunhado pelo cientista social De Haas (2011, p. 25, tradução nossa): “as políticas de migração podem ser definidas como as leis, regras, medidas e práticas implementadas pelos Estados Nacionais com o objetivo declarado de influenciar o volume, a origem e a composição interna dos fluxos migratórios”. Além do mais, Zamberlam *et al.* (2013, p.15) esboça sua analogia descrevendo que "as leis restritivas são frutos do medo, a coragem de discutir é fruto de um progresso da humanidade que vê o mundo das fronteiras cair, precisando articular um novo direito internacional com a realidade migratória".

Segundo Baganha (2011), as fronteiras no espaço pertencentes à União Europeia foram abolidas, mas não se criou nenhuma política migratória comum para receber os "nacionais de países terceiros". Isso ocorre, principalmente, por interesses geoeconômicos e políticos, bem como aspectos históricos, em contextos coloniais. Em algumas situações, a influência das negociações de grupos e cidadãos com ascendência migrante ou colonial foi crucial para impedir o avanço de um consenso de política migratória da União Europeia.

Em relação às questões legislativas, a autora (*Ibid.)* reforça que cabe ao Estado implementar a legislação que trata da relação entre o cidadão estrangeiro e o Estado Nacional, sendo que este Estado tem por função a responsabilidade de

regular a entrada, a permanência, a aquisição de nacionalidade e até mesmo a expulsão de cidadãos estrangeiros de seu território nacional. Salienta ainda que qualquer política migratória deve levar em consideração dois aspectos distintos a conhecer, um aspecto quantitativo, ou seja, quantos migrantes devem o país receber, e outro aspecto qualitativo, ou seja, qual deve ser o perfil dos migrantes. Por isso, fica evidente que a soberania nacional ainda tem influência nas ações e políticas implementadas nos países receptores de migrantes, cabendo a cada país optar por uma política migratória mais repressiva ou mais inclusiva.

Pensando em políticas migratórias, outro conceito que se apresenta como proeminente é o da "segurança". A mídia, principalmente após o ataque terrorista do 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos, em uma perspectiva global contribuiu muito para que migrantes muçulmanos e, principalmente, pessoas na condição de refugiadas, fossem consideradas terroristas. Este tem sido um dos principais motivos para que ocorra tanta comoção por parte da sociedade global em fechar as fronteiras com a justificativa de impedir supostamente o avanço do terrorismo global. Corroborando com esta ideia, Bauman (2005) ao citar Stephen Castles, argumenta que após os acontecimentos do 11 de setembro, os refugiados têm representado uma ameaça transnacional terrível para a segurança das nações, mesmo que nenhum dos terroristas do 11 de setembro fossem de fato refugiados ou solicitantes de asilo.

Bauman (2005) atribui às políticas migratórias, a condição de controle das fronteiras externas para seleção e exclusão dos migrantes. Para isso, o autor utiliza Hedetoft que complementa afirmando que as fronteiras se transformaram em "membranas assimétricas" que permitem a saída, porém "protegem a entrada de pessoas indesejáveis de países terceiros". Além disso, as fronteiras se tornam mais seletivas, inchadas, diversificadas e difundidas. Conforme Bauman (2005, p. 87) expõe:

> Instituindo medidas de controle nas fronteiras externas, mas, o que é igualmente importante, um regime mais estrito de expedição de vistos de países de imigração do "Sul" (...) [as fronteiras] se diversificaram, da mesma forma que seus controles, ocorrendo não apenas nos locais convencionais, (...) mas em aeroportos, embaixadas e consulados, centros de asilo e no espaço virtual na forma de colaboração estabelecida entre polícia e autoridades de imigração em diferentes países.

O pleno entendimento da categoria política migratória é explicitado por

Siciliano (2013, p.15):

> Outro foco de atenção dos autores que teorizam sobre a política imigratória recai sobre os fatores que influenciam no acolhimento do imigrante pela sociedade receptora. Nesse aspecto duas vertentes se distinguem: uma que se ocupa em identificar os elementos que facilitam/dificultam a integração do imigrante; outra que defende que não deve haver integração (que pressupõe assimilação), mas uma acomodação (que pressupõe o reconhecimento das diferenças) e se ocupa de identificar formas mais eficientes de gerenciar as dissonâncias culturais a fim de administrar a convivência de cidadãos nacionais com estrangeiros.

Conforme analisado anteriormente, as políticas migratórias podem ser consideradas como integrativas ou acomodativas quando servem para o acolhimento dos migrantes nos países de origem. Corroborando com essa ideia Zapata-Barrero menciona:

> Ao falar de integração, seja qual for o significado que se dá ao termo, refere-se sempre a um único destinatário: o imigrante. A “acomodação”, por outro lado, tem como unidade de análise a relação entre imigrantes e cidadãos com diferentes estruturas institucionais (áreas públicas). Essas áreas públicas de interação são o próprio contexto das políticas de “acomodação” (Zapata-Barrero, 2004, p.25).

Este mesmo autor apresenta um conceito chamado de “políticas de acomodação" que é basilar para seus estudos a respeito das migrações na Espanha. Por isso, Zapata-Barrero (2004) discorre que ao falar de "acomodação" estamos falando de três premissas distintas. A primeira fala da bidirecionalidade, na qual temos como debates e discussões atuais o entendimento de que os migrantes são aqueles que devem se adaptar e se modificar para se inserir em nossa sociedade. Na maior parte se utilizam do conceito de "integração", mas na verdade este termo se trata de uma assimilação disfarçada de um conceito considerado politicamente correto, tendo como intuito incluir os "outros" e um "nós”. Segundo o autor (*Ibid.*), esta assimilação não tem nenhum fator de transformação entre migrantes e cidadãos. A segunda premissa diz respeito às relações horizontais e verticais. Ou seja, não está se falando de relações horizontais, entre migrantes ou migrantes e cidadãos, mas sim está se ressaltando a importância das relações verticais, relações entre migrantes e cidadãos, mas isso no âmbito de nossas instituições públicas. Já a terceira premissa diz respeito ao conceito de "acomodação", já que sempre que se fala de políticas e imigrações - falando de acolhidas abstratas. Quando - de "sociedade de acolhida" - partindo do pressuposto

de que essa sociedade é a mesma para todas as pessoas e para todos os países. Além disso, o termo "acomodação" não se refere a uma sociedade intangível, mas a uma sociedade real: instituições públicas, ou seja, diferentes espaços públicos que compõem cada instituição, territórios ou níveis determinados de governo.

Tendo analisado estas questões de políticas de acomodação, Zapata-Barrero (2004) ressalta, ainda, que levando em consideração estas três premissas sobre as políticas de acomodação é perceptível que a mesma deve ser uma política de gestão de processos que visem às adequações gerais para a chegada dos migrantes. Para o autor (*Ibid.*), falar em política de acomodação é pensar na acomodação entre os cidadãos e migrantes, que devem adaptar-se às novas situações de convívio no contexto delimitado pelas instituições públicas. Enfatiza, dessa forma, que essa tríade entre cidadãos-instituições-migrantes faz parte do principal componente das políticas de acomodação, consolidando o marco do processo de mudanças na sociedade receptora das migrações. Falar de política de acomodação, segundo Zapata-Barrero (2004), significa falar de gestão de conflitos entre cidadãos-instituições-migrantes, em uma sociedade multicultural.

Para finalizar esta seção, é importante ressaltar que as políticas migratórias são complexas e relevantes para garantir a permanência, saída, ou até mesmo a expulsão de migrantes em países receptores. O certo é que a busca por uma política migratória inclusiva que vise o acolhimento do migrante no país receptor, torna-se indispensável para os contextos das migrações internacionais. Por isso, as políticas de acomodação evidenciadas por Zapata-Barrero, que visa esta relação entre cidadãos-instituições-migrantes, torna-se de suma importância para buscar esta inclusão efetiva dos migrantes na sociedade de destino.

1.4 Análise crítica do conceito de Governança

A análise do conceito de governança revela complexidades e desafios significativos na sua compreensão e aplicação. Quando associado a uma ação emergencial – como é o caso do objeto desta tese nos anúncios oficiais –, torna-se ainda mais intrigante. Ao discutir governança, ressalta-se a complexidade das interações entre diferentes atores – governamentais e não governamentais – que participam da gestão de fluxos migratórios. Compreender a lógica da governança,

portanto, permite analisar criticamente não apenas a eficácia das intervenções na Operação Acolhida, mas também os desafios inerentes à sua implementação, que frequentemente envolvem disputas de poder e a necessidade de equilibrar segurança e direitos humanos. Essa articulação é fundamental para que o leitor perceba a relevância do conceito de governança na análise do objeto central desta tese, iluminando as tensões entre a ação colaborativa e as pressões securitárias.

Conforme argumenta Offe (2009), autor dos argumentos a seguir nos próximos parágrafos, a governança enquanto conceito oscila entre dois polos: a estrutura e o processo. Este conceito é usado para descrever, por um lado, a "estrutura de regras" e, por outro, o processo de direção que ocorre dentro dessas estruturas. No entanto, a literatura revela uma lacuna importante na definição mais clara deste termo, uma vez que a governança não possui um verbo correspondente que permita uma descrição direta de suas ações, ao contrário de termos como "governar" ou "globalizar". Além disso, o conceito de governança carece de um oposto claro, ao contrário de outras categorias como "militar" versus "civil" ou "governo" versus "oposição". Isso sugere uma tendência para a harmonização ideológica, onde o conceito é utilizado de forma a englobar todos os atores relevantes em redes cooperativas, minimizando a percepção de conflitos de poder. Tal ambiguidade permite que a governança seja usada de forma flexível para descrever uma ampla gama de arranjos institucionais e processos.

O conceito de governança é alvo, assim, de várias críticas que apontam para suas limitações e ambiguidades. Primeiramente, a falta de uma definição clara e o uso flexível do termo permite que ele seja associado a uma ampla gama de atributos positivos e eufemismos. Isso pode levar a uma interpretação excessivamente otimista da governança como uma solução para todos os problemas coletivos, sem considerar a realidade de disputas políticas e conflitos de interesse.

Em segundo lugar, a crítica da polissemia aponta que a governança é descrita frequentemente de forma vaga e abrangente, o que dificulta a avaliação de sua eficácia e qualidade. A falta de um denominador comum entre diferentes formas de governança, desde redes informais até mecanismos de combate à corrupção, revela uma necessidade de maior clareza conceitual.

A despolitização da abordagem de governança é outra crítica importante. A

tendência de olhar desde as perspectivas das elites organizacionais e ignorar as questões de poder e conflito social pode limitar a compreensão das implicações práticas da governança. O conceito, portanto, enfrenta o desafio de equilibrar a teoria e a prática, garantindo que as soluções propostas sejam verdadeiramente eficazes e representativas das necessidades sociais.

Risse (*apud* Offe, 2009) destaca que a governança é frequentemente mais centrada na estrutura do que nos atores individuais. Ele observa que a falta de um verbo específico para a governança reflete uma característica fundamental: a governança não pode ser atribuída diretamente a um sujeito específico. Em vez disso, a governança parece operar como um fenômeno desprovido de um agente claro, similar à globalização, onde algo acontece, mas ninguém fez isso.

O contraste entre governança e governo é um ponto central na literatura. Na obra seminal de Rosenau e Czempiel (2000), os autores afirmam que a governança não é o mesmo que governo. Enquanto o governo é sustentado por uma autoridade formal e poder de polícia, a governança refere-se a atividades baseadas em objetivos comuns e pode operar independentemente de uma autoridade formal. Os autores argumentam que a governança pode ocorrer sem um governo formal, abrangendo regimes que operam através de regras e normas acordadas entre atores governamentais e não governamentais. Essa visão sugere que a governança pode funcionar efetivamente mesmo sem o endosse de uma autoridade central, desafiando a tradicional distinção entre governo e governança. Assim, Rosenau e Czempiel (2000) ainda discutem como as dinâmicas centralizadoras e descentralizadoras têm desafiado e enfraquecido as constituições nacionais e os tratados, ao deslocar os centros de autoridade. Eles observam que, apesar de os governos ainda manterem sua soberania em muitos aspectos, uma parte significativa de sua autoridade foi transferida para coletividades supranacionais. Deste modo, funções de governança estão cada vez mais sendo realizadas por entidades que não têm origem nos governos centrais.

Governança é frequentemente apresentada como uma alternativa ao governo tradicional, caracterizado pela hierarquia e competência estatal (Offe, 2009). Ainda Offe (2009) citando Risse argumenta que a governança pode ser vista como uma abordagem mais moderna e consensual, distinta do governo, que opera através de hierarquias estatais. Desta forma, a governança pode ser compreendida

como uma forma de coordenação entre múltiplos atores, não necessariamente relacionada a uma agência com competência clara para governar. Contudo, o fato de a lógica da governança envolver múltiplos atores de modo aparentemente horizontal e descentralizado, não lhe atesta representatividade, legitimidade e *accountability* (Ballestrin, 2010).

Portanto, enquanto a governança oferece uma alternativa ao governo tradicional, abordando a coordenação entre múltiplos atores, sua ambiguidade e polissemia dificultam uma avaliação precisa de suas contribuições e limitações. A literatura sugere que é necessário um entendimento mais claro e contextualizado da governança para avaliar suas reais implicações para a ordem política e social. Como se verá no próximo capítulo, a ação emergencial que irradia da Operação Acolhida utiliza o conceito de governança para fundamentar a participação de diferentes atores na condução desta operação na busca por acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos, uma vez que mobiliza o ACNUR, Forças Armadas, organizações da sociedade civil e prefeituras na criação de soluções emergenciais e coletivas. Além disso, com a descentralização, a responsabilidade pelo abrigamento e acolhida passa a ser delegada à governança em um nível local, envolvendo principalmente prefeituras e organizações da sociedade civil, inclusive da população migrante.

1.5 Infraestrutura Migratória

Nesta subseção serão abordadas as principais características e conceitos a respeito da categoria contemporânea de infraestrutura migratória para assim avançar na subcategoria infraestrutura humanitária que será utilizada ao longo desta pesquisa.

A princípio utiliza-se como base a pesquisa de campo de longo prazo dos autores Xiang e Lindquist (2014) sobre a migração de mão de obra de baixa qualificação, com foco em particular nos casos da China e Indonésia, a qual resultou em um artigo científico que será utilizado para abordar esta categoria. Com isso, os autores (*Ibid.*) trazem o conceito de infraestrutura migratória que são as tecnologias, instituições e atores sistematicamente interligados que facilitam ou condicionam a mobilidade de migrantes laborais. Vale lembrar que para eles, esta

categoria serve como um conceito para desempacotar o processo de mediação, ou seja, a migração pode ser melhor compreendida se o foco utilizado for à infraestrutura, ao contrário de focar nas políticas governamentais, no mercado de trabalho ou nas redes sociais dos migrantes.

Para esses autores (*Ibid.),* a infraestrutura migratória conceitua a migração como movimentos multidirecionais e autoajustados, mudando o foco de como o comportamento migratório se mantém estável para como a migração é mediada. Sobre isso, os autores complementam que alguns fluxos migratórios podem ser fragmentados e de curta duração, mas a infraestrutura mantém uma particular estabilidade e coerência. Com isso, a infraestrutura migratória foca seus esforços epistêmicos na análise de como a mobilidade é estruturada. Ainda, ressaltam que não só a infraestrutura migratória é menos elaborada sobre a perspectiva do país receptor, mas também depende cada vez mais do país de origem destes migrantes para alcançar seus objetivos, por exemplo, através da certificação de saúde, capacitação e treinamento pré-partida. Isso torna particularmente importantes casos como a Indonésia e a China.

Ainda sobre este conceito, Xiang e Lindquist (2014) destacam que a infraestrutura migratória busca em primeiro plano os elementos de infraestrutura que são implícitos em conceitos como indústria, instituição e redes, tendo como foco operações governamentais e formuladores de políticas. Além disso, a infraestrutura migratória inclui uma gama mais ampla de atores envolvidos nos processos decisórios. Para compreender melhor esta categoria, os autores (*Ibid*.) estipulam cinco dimensões da infraestrutura migratória: o comercial (intermediários de recrutamento); a regulamentação (aparato estatal e procedimentos para documentação, licenciamento, treinamento e outros propósitos); o tecnológico (comunicação e transporte); o humanitário (ONGs e organizações internacionais); e o social (redes de migrantes). A seguir será especificada cada dimensão desta categoria.

Segundo os autores (*Ibid.*), a infraestrutura comercial considera a indústria migratória como uma forma de negócio que presta pouca atenção ao fato de que os “corretores migratórios” não estão simplesmente vendendo oportunidades de migração no exterior. Estão também lidando com vários elementos da infraestrutura, tais como coletar documentos, organizar exames médicos ou

organizar treinamento/capacitação pré-partida – que têm efeitos regulatórios de longo alcance.

Em relação à infraestrutura regulatória, os autores (*Ibid.*) mencionam que está intimamente relacionada ao "aparato migratório". Para eles, a infraestrutura regulatória trata de sistemas de registro de dados particularmente confiáveis que também é considerado importante, tendo como objetivo principal, tanto proteger os direitos das pessoas migrantes, como dos ilegais e dos indocumentados.

Já a infraestrutura tecnológica, - TIC (tecnologia de informação e comunicações) - não só revolucionou a comunicação entre os migrantes, como também facilitou o recrutamento e seleção de migrantes laborais em busca de oportunidades de emprego de baixa qualificação. É assim, interagindo com outros componentes, que a infraestrutura tecnológica se torna particularmente importante para as migrações internacionais.

Os autores (*Ibid.*) ainda irão abordar a infraestrutura humanitária, fazendo parte desta categoria a mídia de massa, organizações internacionais e ONGs – essas desempenham papéis relevantes e se relacionam umas com as outras através de circuitos de financiamento e redes de defesa transnacionais. A importância das ONGs mostra que as mesmas passaram a moldar a migração através de intervenções políticas ativas e a defesa pública, sendo fundamentais para a infraestrutura humanitária transnacional.

A última dimensão (*Ibid.*) se refere à infraestrutura social. As chamadas redes de migrantes que são modulares e podem ser copiadas, estendidas e adaptadas, mas precisam ser representadas em interações com outras forças sociais. É examinando estas propriedades infraestruturais que - explorar produtivamente a explicação do poder das redes de migrantes, ou o que - de infraestrutura social. Nesses casos, o social toma forma diretamente de uma infraestrutura de pessoas. Além disso, para os autores (*Ibid.*) cada uma das cinco dimensões da infraestrutura migratória deve ser considerada interagindo entre si para garantir melhor acolhimento aos migrantes.

Por fim, os autores (*Ibid*.) afirmam que a migração não deve ser pensada como uma linha entre dois lugares geográficos, mas sim como um espaço multifacetado de mediação ocupado por intermediários de recrutamento comercial – grande e pequeno, formal e informal – burocratas, ONGs, migrantes e tecnologias.

Portanto, a infraestrutura migratória não só explica a migração como resultado de forças maiores, mas também busca explicar processos sociais mais amplos, através da migração como uma lente analítica.

1.5.1 Infraestrutura Humanitária

Como dito anteriormente, esta subcategoria pertence à infraestrutura migratória e torna-se relevante, pois será utilizada ao longo da pesquisa como um diferencial da Operação Acolhida no Brasil. Para isso, inicialmente será analisada as principais discussões e características desta subcategoria.

Moulin e Magalhães (2020) escreveram um artigo científico resultado de uma pesquisa de campo, afirmando que o objetivo da pesquisa[13] foi o de avançar na aplicação da noção de infraestrutura com foco em suas dimensões construídas, tecnologias e logísticas para o estudo de práticas humanitárias, dando ênfase à criação, construção e improvisação constante de infraestrutura humanitária.

Os autores demonstram a complexidade da Operação Acolhida em Roraima que contou com o apoio das agências da ONU e mais de 100 entidades da sociedade civil. Isso levou à construção do que eles irão chamar e desenvolver conceitualmente de “infraestrutura humanitária” composta por postos de recepção e triagem construídos no estado de Roraima. Para os pesquisadores, essa categoria promove as habilidades dos migrantes para se destacarem como sujeitos políticos de um contexto migratório. Com isso, aprofunda-se a percepção de como os migrantes respondem, enquanto sujeitos políticos, aos mecanismos de controle humanitário e suas infraestruturas. Por isso, a Operação Acolhida apresenta-se como infraestrutura humanitária. Moulin e Magalhães (2020) abordam assim, as principais características da Operação Acolhida e sua logística humanitária. No princípio, a força tarefa fora criada em julho de 2018, sendo liderada pelo governo federal e por agências da ONU, com coordenação do Exército Brasileiro. Essas ações e iniciativas foram parte de um esforço maior para manter o controle de fronteiras e estender a assistência humanitária para migrantes venezuelanos.

A categoria "migrante por razão humanitária" foi criada a partir de uma situação emergencial para a regularização dos migrantes, cujas respostas

[13] Os autores realizaram três visitas a Boa Vista e Pacaraima, individualmente e como parte de uma equipe de pesquisadores, entre julho de 2018 e fevereiro de 2019.

governamentais foram incapazes de gerenciar, em parte devido a uma infraestrutura humanitária pré-existente considerada insuficiente. Os autores reforçam os dois principais instrumentos jurídicos utilizados pelos migrantes venezuelanos em Roraima como pilares para a infraestrutura humanitária que são: solicitante de refúgio e residência temporária por razões humanitárias.

Os autores (*Ibid.*) demonstram a importância dos postos de recepção e triagem que foram projetados para habilitar a circulação de migrantes venezuelanos em Roraima de acordo com linhas funcionalmente estabelecidas. Estes postos são ocupados pela Polícia Federal (responsável pelo processamento de imigração e verificação), o ACNUR (solicitantes de refúgio), o OIM (residentes temporários), a ANVISA (Agência Nacional de Segurança Sanitária, responsável pelo controle das doenças dos migrantes e histórico de vacinação), bem como por uma infinidade de ONGs parceiras e agências governamentais que controlam o perímetro, emitem licenças de trabalho e distribuem alimentos e suprimentos básicos. Ao lado da infraestrutura de recepção, triagem e processamento de dados, uma rede de abrigos se espalhou em Pacaraima e Boa Vista. Em relação a isso os autores (*Ibid*.) mencionam que em Pacaraima foi construído um abrigo para indígenas venezuelanos e um centro de trânsito; Boa Vista, por outro lado, testemunhou o surgimento de 12 abrigos, que podem abrigar mais de 8.000 migrantes ao todo. Vale mencionar que o governo federal se refere a essas habitações como "casas de trânsito".

Nesta pesquisa, Moulin e Magalhães (2020) ainda presenciaram, além dos militares envolvidos nesta Operação, instituições de caridade dirigidas por evangélicos, mórmons, católicos e outros grupos missionários, e seculares que estavam ativamente envolvidos não só na construção e organização de abrigos, como também oferecendo assistência humanitária. Durante o trabalho de campo realizado pelos autores, eles identificaram mais de 50 agências governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, trabalhando diretamente na recepção e resposta a emergência humanitária. Vale ressaltar que os autores (*Ibid*.) em seu trabalho de campo descreveram a forma como as rotinas dos venezuelanos são organizadas em abrigos em Boa Vista, oferecendo um exemplo de como a infraestrutura humanitária governa a vida cotidiana dos migrantes venezuelanos impondo disciplina na alimentação e limpeza, porém oferecendo certa autonomia e

autodeterminação.

Por fim, Moulin e Magalhães (2020) ressaltam que a infraestrutura humanitária de postos de triagem e abrigos, tecnologias da informação e processos logísticos foram instituídos como resposta à heterogeneidade e o grande fluxo migratório de venezuelanos que chegaram a Roraima, estabelecendo mecanismos de controle sobre estes migrantes. Com isso, Moulin e Magalhães (2020) ressaltam que a infraestrutura humanitária moldada em torno da Operação Acolhida foi acompanhada por uma gramática normativa de uma ordem administrativa e jurídica, destinada a processar, classificar as pessoas e atribuir status, e direitos e, assim, produzir e modular identidades migrantes.

1.6 Securitização como política migratória

Nesta subseção, a securitização da política migratória torna-se indispensável para o aprofundamento desta categoria que servirá de base para a construção e desenvolvimento de parte do segundo capítulo. Inicialmente será detalhada esta categoria muito estudada na área de Relações Internacionais que discute a mesma no contexto da segurança internacional. Para isso, em um primeiro momento esta subseção trará a historicidade desta categoria e suas principais correntes de teóricos e pensadores. Logo após, se fará necessário aprofundar as características desta categoria e sua contribuição para o debate de segurança internacional. E por fim, pretende-se mostrar que esta categoria utilizada por um viés humanitário se transforma em políticas migratórias securitizantes.

1.6.1 Contribuições da Escola de Copenhague

Como ponto de partida, Silva (2020) mostra que na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, os estudiosos da Escola de Copenhague (Ole Waever, Barry Buzan e Jaap de Wilde) buscaram novas alternativas para os estudos a respeito de segurança internacional. Anteriormente, o enfoque era exclusivamente militar e estratégico concedido às questões de segurança; porém, com o fim do conflito bipolar, as ameaças ao sistema internacional oriundas de setores considerados não tradicionais começaram a ganhar protagonismo. Neste sentido, Tanno (2003)

descreve que a Escola de Copenhague (*Oficialé Copenhegen Peace Research Institute* (COPRI)) foi criada em 1985 com vistas a estimular estudos para a paz e a segurança internacional. Vale destacar que este Instituto atualmente se tornou referência na área de segurança internacional. Seus primeiros estudos tiveram como intuito o debate acadêmico na área de segurança internacional, além de buscar a inserção do continente europeu na ordem internacional no período pós-Guerra Fria (Tanno, 2003).

Com isso, a centralidade no estadocentrismo enquanto objeto exclusivo de análise passou a dividir com outras categorias o protagonismo de estudos de segurança (Silva, 2020). Vale lembrar que as categorias trazidas pela Escola de Copenhague e por seus principais autores (Waever, Buzan e Wilde) estimularam importantes debates entre os acadêmicos na década de 1980. Outro fator que teve uma grande repercussão na década de 1990 foi o enfraquecimento da visão securitária realista, a qual não previa o fim da Guerra Fria e com isso surgiu o estabelecimento de uma nova dinâmica no sistema internacional (*Ibid*.).

Ainda segundo Silva (2020), ao tirar o protagonismo do Estado como único objeto de análise para desenvolver o estudo sobre segurança internacional, Buzan, Waever e Wilde na obra *Security: a New Framework for Analysis* (1998) detalharam os assuntos de segurança em setores específicos, dentre eles: o militar, político, econômico, societal e ambiental. Além disso, Tanno (2003) ainda afirma que na área de segurança internacional, o debate permitiu a consolidação de três vertentes teóricas a seguir: a tradicionalista, a abrangente e a crítica. Porém, o foco desta subseção será a vertente abrangente que versa sobre os estudos de segurança que devem incorporar tanto as ameaças militares, quanto àquelas advindas de outras áreas específicas como a política, econômica, ambiental e societal (*Ibid.*).

Segundo a mesma autora, a Escola de Copenhague visou desenvolver um conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente. Porém, com o fim da Guerra Fria, os Estados europeus teriam que desenvolver duas ações distintas nas áreas de defesa e segurança. A primeira seria desenvolver um processo de europeização de suas políticas de defesa e segurança; a segunda lidar com o conteúdo de uma política de segurança propriamente europeia. Com isso, a segurança na Europa estaria cada vez mais vinculada a questões como migração e identidades nacionais, e em menor

grau relacionada com questões militares *stricto sensu*. Segundo a autora:

> No início de seus estudos, a Escola de Copenhague continuou a utilizar o conceito de segurança atrelado à lógica realista. Adotando a teoria desenvolvida por Barry Buzan, que postulava que os estudos de segurança deveriam incluir as ameaças derivadas dos setores econômicos, político, societal e ambiental, mas deveriam manter o Estado como unidade principal de análise (Tanno, 2003, p.55).

Posteriormente, iniciou-se um processo de desvinculação da categoria de segurança sob a ótica do Estado e sua consequente vinculação com as identidades nacionais. Contudo, mostrou-se necessário que os pesquisadores deveriam se debruçar em estudos tanto de segurança estatal, quanto de segurança societal (*Ibid.*). Por fim, a Escola de Copenhague atentando-se a utilização do conceito de segurança, utilizado por Buzan, era extremamente vinculado à lógica realista e com isso decidiu incorporar a contribuição de Ole Wæver, que rejeitou o estadocentrismo realista e defendeu a necessidade de identificar objetos de referência no campo da segurança em cada setor específico (Santos, 2020).

1.6.2 Securitização nos estudos de segurança internacional

Para iniciar esta subseção será utilizada a obra *Security: a New Framework for Analysis* (Buzan; Waever; Wilde; 1998) que se destacou por discutir a securitização nos estudos de segurança internacional. Segundo os autores, o conceito de segurança aborda a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão, ou como um tipo particular de política, ou como algo que a transcende. Assim:

> Securitização pode então ser vista como uma versão extrema da politização [...] Segurança é, assim, uma prática autorreferida porque é no contexto desta prática que se torna uma questão de segurança [...] não necessariamente porque haja uma ameaça existencial real, mas porque é apresentada como ameaça (Buzan; Waever; Wilde; 1998, p.23-24 tradução nossa).

Para os autores, a securitização neste contexto mostra que o Estado ao perceber algo como ameaça para sua segurança, pode utilizar-se de medidas excepcionais com o objetivo de conter esta ameaça, tratando esta situação como uma condição emergencial. Para complementar esta afirmação destacam: “a

inovação da segurança tem sido a chave para legitimar o uso da força, mas geralmente ela tem aberto caminho para o Estado mobilizar, ou para ter poderes especiais para lidar com ameaças existenciais" (Buzan; Waever; Wilde, 1998, p. 23, tradução nossa). Os autores (*Ibid.*) lembram quando uma determinada questão que não é debatida como um assunto político acaba se transformando, abruptamente e de maneira acelerada, em um assunto de segurança – no qual inclusive possa ser levado em consideração a violação de regras legais e sociais. Para exemplificar e categorizar melhor esta assertiva, os autores comentam:

> O poder discursivo da securitização une atores e objetos: atores securitizantes são definidos como 'atores que securitizam questões ao declarar algo — um objeto de referência — existencialmente ameaçado', sendo os objetos de referência 'aquilo que está ameaçado existencialmente e possui uma reivindicação legítima por sobrevivência' (Buzan; Waever; Wilde, 1998, p. 36, tradução nossa).

Em sua concepção, os atores securitizantes mais comuns são os líderes religiosos, burocratas, governos, lobistas e grupos de pressão. É oportuno ressaltar que a securitização é intersubjetiva e socialmente construída, sendo assim, um objeto de referência para se manter no campo da legitimidade geral como algo que necessita sobreviver, deve se consolidar como uma ameaça, e, assim, levar outros atores a seguir ou, pelo menos, a tolerar ações que do contrário não seriam legítimas, neste caso introduzindo o fator da excepcionalidade. Esta categoria não é mantida em mentes subjetivas e isoladas, é uma qualidade social, uma parte discursiva, socialmente constituída, do reino intersubjetivo. Assim, os autores defendem que cabe ao pesquisador, a princípio, somente identificar uma questão que está sendo apresentada como uma demanda pertencente à segurança e, assim, aprofundar os estudos de maneira a obter juízo de valores. Neste sentido, os acadêmicos e pesquisadores podem se posicionar politicamente de uma forma mais explícita, quer seja denunciando tentativas de securitização consideradas ilegítimas, quer seja refutando as argumentações do agente securitizador. Nesse processo, os atores envolvidos tentarão transformar uma demanda política para algo em caráter emergencial. Este tipo de processo identifica uma situação em que seja intransponível a utilização de meios extraordinários para conter o problema.

Assim, para os autores, a securitização se refere a um movimento conceitual amplo que busca analisar como qualquer questão pode ser enquadrada em termos

de segurança por determinados atores, permitindo o uso de medidas extraordinárias dentro da legalidade. Dessa maneira, os estudos de segurança precisariam combinar as análises de estudos sobre a segurança estatal com as de segurança societal, sendo que a primeira deveria se preocupar com a soberania e a segunda com a identidade dos indivíduos em determinado coletivo.

Outra contribuição que se apresenta de suma relevância é de Buzan e Hansen (2012) na obra “A evolução dos estudos de Segurança Internacional”. Os autores afirmam que o conceito mais abrangente de “segurança” se aproxima do discurso de segurança nacional, o que corresponde a um destaque na autoridade, na confrontação e na construção de supostas ameaças e inimigos, além da capacidade de tomar decisões e adoção de medidas de emergência. Sendo assim, a securitização se refere, resumidamente, ao processo de apresentar uma questão em termos de segurança, ou seja, como uma ameaça existencial. A utilização da securitização como forma de contrariar os direitos humanos e aplicar punições severas com o subterfúgio de garantir a segurança pode ser observada na realidade:

> Uma preocupação específica se pautava na forma como a tecnologia da informação e as securitizações se conectavam nos discursos nas práticas dos governos ocidentais. A securitização de “terrorismo” no núcleo da GGcT - Guerra Global contra o Terrorismo - funcionava, segundo os estudiosos críticos, para legitimar a transgressão de uma quantidade de direitos humanos e civis, de modo mais notável, talvez, no tratamento de prisioneiros em Guantánamo e nos programas clandestinos da chamada rendição extraordinária, por meio da qual se acreditava que suspeitos de terrorismo eram transferidos para regimes suspeitos de utilizarem tortura (Buzan; Hansen; 2012, p. 365).

Em *Regions and Powers: The Structure of International Security* (2003), Barry Buzan e Ole Waever afirmam que durante a década de 1990, com a influência da globalização iniciou-se uma securitização político-militar. Ocorreu nesta época uma compreensão de segurança mais dinâmica e aberta do que sua tradicional menção militar. Para os autores, essa abordagem pode ser descrita superficialmente como teorias alicerçadas no pós-Guerra Fria e nesta perspectiva a securitização é conceituada como um ato performativo, dinâmico e complexo. Fica claro que a maioria das ações de segurança se concentra especificamente em torno de Estados nacionais, porém não seria prudente defender analiticamente a exclusão da possibilidade de que outras unidades, setores ou níveis possam ser

analisados como objetos de referência para segurança. Nesta lógica, muitos outros pesquisadores nos últimos anos sentiram a necessidade de cada vez mais incluir nos estudos sobre segurança elementos novos do que apenas permanecer com a segurança político-militar. A princípio, pode-se expandir o conceito de segurança para novos setores da sociedade, mantendo o Estado como foco e como único objeto de referência. No caso de se trabalhar especificamente com casos sobre segurança societal, fez com que os autores percebessem certa problemática metodológica. Isso ocorreu, pois se a segurança é sempre para o Estado, como consequência "a segurança" significa a segurança do Estado contra a própria sociedade, ou seja, a sociedade pode ser insegura e a segurança societal alta. Por isso, essa situação era perversa.

Assim, em outra obra de 1993, Waever *et al.*, abriram a opção de analisar outro objeto de referência: no setor societário, o objeto de referência poderia ser qualquer coletividade que define sua sobrevivência como ameaçada em termos de identidade. Além disso, esta obra detalha minuciosamente o entendimento protocolar de como funciona o processo de securitização de questões analíticas em uma determinada sociedade. Segundo Buzan e Waever (2003), ao examinar diferentes objetos de referência e agentes securitizadores, torna-se possível formular uma teoria geral das condições sob as quais um agente "securitiza" algum tema com sucesso, originado por uma ameaça em nome de um "objeto de referência" específico. Por razões distintas, isso é realizado mais facilmente em detrimento de coletividades limitadas (Estados, nações, religiões, clãs, etc.) do que em nome de indivíduos ou da humanidade. Nesta lógica, uma questão de segurança é colocada (por um agente securitizador) como uma ameaça a sobrevivência de algum objeto de referência (nação, Estado, sistema internacional liberal, ordem econômica, as florestas tropicais), que se legitima ter o direito de sobreviver. Com isso, uma vez que uma demanda de sobrevivência envolve necessariamente ações de excepcionalidades, fica difícil não agir de maneira acelerada na resolução deste problema, tornando-se indefensável deixar esta questão para a política normal. Para resolver esta problemática o agente securitizador busca alternativas para reivindicar, portanto, o direito de usar meios extraordinários ou infringir regras normais, por razões de segurança emergencial.

No caso da segurança societal importa distinguir entre objetos de referências

(tudo aquilo que deve ser garantido) e agentes securitizadores (atores que fazem reivindicações sobre esta segurança). Buzan e Waver (2003) alertam que os estudos securitários emergem do fato de que distintos atores se mantém de forma divergente; logo diferentes situações políticas e culturais permitem a securitização em distintos setores e dinâmicas – por exemplo, a peculiaridade da segurança societal causada pelas contradições inerentes à proteção da identidade.

Em outra análise, os autores Buzan e Waever (2003) demonstram que em certos casos a função principal de estudos sobre securitização é o de mapear o que é securitizado ou analisar se alguma secutritização específica é poderosa ou não possui como parâmetros indicadores analíticos. Em outras situações, deve-se explorar a profundidade e a certeza de algumas questões de securitização. Para eles, quando o foco está em um determinado país, isso pode ser realizado e perguntando de que forma o processo de securitização se baseia na identidade nacional e, por conseguinte, quais questões de securitizações são mais fáceis ou difíceis de articular no campo político. Por isso, uma teoria baseada na securitização fará parte da agenda de segurança de um Estado/ Nação levando em consideração diferentes questões em diferentes regiões, à medida que os atores diferem, assim como a importância relativa dos diferentes setores. Os autores (*Ibid.*) nesta obra trazem fortemente o conceito de segurança regional, que não será tratado nesta subseção, pois o foco para a tese será segurança societal no campo da segurança nacional. Com isso, os processos de securitização podem definir ameaças como derivadas do nível global (instabilidade financeira, aquecimento global, americanização), além de objetos de referência também serem protegidos a nível global (o regime econômico global, o ecossistema, a norma de não proliferação) ou em outros níveis como regional (comunidade, Estado, região).

Nesta mesma percepção, a ideia essencial na teoria dos autores (*Ibid.*) é que a dinâmica de segurança possui uma forte territorialidade e, com base nisso, pode acomodar diferentes atores sem muita dificuldade. Porém, esta situação torna-se incompatível com a ideia globalista extrema de que todos os níveis estão se dissolvendo em apenas um setor. Embora parte da nova agenda de segurança seja desterritorializada, sobretudo nos setores econômico e ambiental, para os autores a territorialidade continua a ser uma característica definidora primária de (in)segurança dinâmica. Seguindo neste raciocínio, as regiões formam subsistemas

nos quais a maior parte da interação de segurança é interna e local; por isso, Estados temem sofrer ameaças constantes de seus vizinhos e com isso se aliam a outros atores regionais, e na maioria das vezes as fronteiras entre as regiões são, muitas vezes geograficamente determinadas – ou são ocupadas por um isolador, como ocorre na Turquia, Birmânia, Afeganistão. Corroborando com esta ideia, a aproximação territorial física simples tende a gerar mais interação de segurança entre vizinhos do que entre estados localizados em diferentes áreas. O que confirma a tese de que a proximidade territorial é potente para a segurança, porque muitas ameaças viajam mais facilmente em distâncias curtas do que em longas. Essa proximidade territorial aparece mais forte na interação de segurança e mais óbvia nos setores militares, políticos, societais e ambientais (*Ibid.*).

Como exemplo hipotético, os autores especulam: se o Japão securitizar o arroz estrangeiro colocando como uma ameaça à identidade nacional da coletividade japonesa e, assim, buscar a legitimidade de medidas emergenciais protecionistas em violação aos regulamentos da OMC (Organização Mundial do Comércio), em contrapartida os Estados Unidos poderiam securitizar esta mesma ação como uma ameaça à ordem econômica internacional liberal (e aos interesses econômicos dos EUA), podendo assim se seguir um ciclo de ações securitizantes. Seguindo nesta exemplificação de ações securitizantes, os autores ainda mencionam que muitos processos de securitização a nível global ocorrem cotidianamente (preocupações como o que ocorrem sobre a identidade em Cairo e Copenhague; suprimentos excessivos de armas do mercado sombrio em Albânia e Abkhazia; temores financeiros em Moscou e Malásia; ameaças de terrorismo no Uzbequistão e nos EUA, etc.). Na maioria destes casos de ações securitizantes será utilizado, portanto, muitos resultados concretos tais como guerras, expulsões de pessoas em massa, fluxos de refugiados em larga escala e outros métodos de emergência como indicadores de securitização. Na contemporaneidade, estas ações securitizantes fazem parte da nova agenda de segurança que em grande parte se concentram em preocupações estritas sobre identidade e migrações (*Ibid.*).

Neste momento, a segurança no setor societal se torna necessária para o entendimento de securitização e suas diversas características. Conforme mencionado anteriormente, os setores que se destacam em relação à segurança

internacional são o político, econômico, ambiental e societal, além do militar[14]. Quando se fala em setor societal está se referindo à identidade; por isso, a insegurança societal acontece quando comunidades ou coletivos de qualquer espécie definem um acontecimento ou potencialidade como uma ameaça à sua sobrevivência enquanto coletivo. Ou seja, a segurança societal diz respeito aos grandes grupos de identidades autossustentáveis (*Ibid.*).

Segundo Silva (2020), o setor societal foi introduzido pela Escola de Copenhague, através da obra *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* de Ole Waever publicada em 1993. Nesta obra, a definição das ameaças a esse setor societal varia conforme o entendimento de sociedade analisada. Os pesquisadores da Escola de Copenhague afirmam que a sociedade é mais do que as somas das partes, mas não pode ser reduzida ao indivíduo porque depende da existência de uma identidade coletiva. No sistema internacional moderno, as identidades estão geralmente organizadas sob a forma de tribos, clãs, nações, civilizações e religiões. Para isso, o sucesso ou insucesso de uma iniciativa de securitização não depende, exclusivamente, apenas do esforço dos agentes securitizantes: é preciso que a questão represente socialmente como uma ameaça à segurança (Silva, 2020).

Conforme Silva (2020), as ameaças societais existem, portanto, quando estas entidades se encontram em perigo iminente. Geralmente, a segurança societal é relacionada com a segurança política, porém a segurança política versa sobre estabilidade institucional dos Estados, sistemas de governo e ideologias, enquanto a segurança societal versa sobre a proteção de identidades coletivas por intermédio do Estado. Como exemplo, o autor cita as migrações, que no contexto da segurança societal, se apresentam como uma ameaça em potencial na medida em que podem suscitar danos ao que uma coletividade específica avalia como sendo de sua identidade. Com isso, existe uma tendência em relação aos processos de globalização que acabam ressaltando problemas relativos à migração e intolerância religiosa, tornando neste sentido estas temáticas imprescindíveis às pesquisas centradas no setor societal (*Ibid.*).

Por fim, Silva (2020) observa que uma ameaça em potencial dentro do setor

[14] O setor militar trata das relações de coerção energética; o setor político trata das relações de autoridade, status governativo e reconhecimento; o setor econômico trata das relações de comércio, produção e finanças; o setor societal trata das relações de identidade coletiva; e o setor ambiental trata das relações entre a atividade humana e a biosfera planetária (Buzan; Waever; Wilde, 1998).

societal pode se transformar em uma ameaça à existência ou à continuidade de uma determinada população ou de grupos de indivíduos em uma sociedade a qual pertença originalmente. A securitização, assim, envolve uma prática intersubjetiva, na medida em que o agente securitizador busca maneiras de correlacionar socialmente uma ameaça identificada à sobrevivência de uma comunidade. Nesse sentido, destaca-se que as demandas mais usualmente tratadas como ameaças nesse setor societal são a migração e as competições geradas pela globalização.

1.6.3 Securitização nas migrações internacionais

Nesta subseção o foco será a utilização de questões humanitárias para justificar emprego de ações securitizantes no cenário de fluxos migratórios. Com isso as contribuições de Machado (2021) são de extrema relevância para iniciar o debate a respeito desta temática. Segundo a autora:

> Diante de um contexto internacional cada vez mais marcado pela reafirmação de muros, fronteiras e nacionalismos, pelo recrudescimento de políticas e práticas de diferenciação, pensar no papel de políticas de identidade e de demarcação do cidadão nacional frente ao refugiado torna-se um relevante instrumento de resistência e tentativa de ruptura com determinadas verdades que estão a todo tempo sendo firmadas e, por conseguinte, contestadas. [...] Sob a lente dos estudos de Segurança, a questão migratória torna-se ainda mais nebulosa, haja vista que pode ser lida por diferentes correntes com preocupações desde ameaças materiais e soberanas - com enfoque no controle de fronteiras, vigilância, defesa - até mobilizações discursivas e xenófobas contra essa circulação heterogênea intimidando o “construto homogêneo nacional” (Machado, 2021, p. 28-29).

A citação acima demonstra que o Estado diante dos fluxos migratórios tem enfrentado uma dicotomia muito delicada em relação à securitização de migrações internacionais, já que de um lado precisa resolver a contenção de fluxos migratórios desenfreados – quer seja pelo trancamento de fronteiras, muros, limitação de entradas, quer seja pela imposição de forças policiais e militares –, por outro lado deve buscar ações de acolhida e integração para os estrangeiros que adentram ao seu território em busca de melhores oportunidades de vida. Mas tem outra questão que vem chamando atenção destes estudos que é o nacionalismo e a soberania que constantemente, no campo discursivo, sofre ameaças de estrangeiros em território originário. Geralmente essas ameaças discursivas focam em temas como

“roubo de empregos pelos estrangeiros”, “utilização de serviços públicos pelos estrangeiros”, “marginalização com a chegada de estrangeiros”, “invasão de estrangeiros”, entre outras. Seguindo nesta linha, Machado (2021) reforça a rotulação dos fluxos migratórios ativada pelas grandes mídias nacionais e internacionais como “crise”, “onda”, “enxurrada” de refugiados, enfatizando números e suscitando ideias em termos de perigo, desordem e caos. Os meios de comunicação auxiliam na construção de um discurso inicial que posteriormente pode justificar iniciativas securitizantes para contenção de “ameaças”. Nesse contexto, aquele que atravessa a fronteira e tem a ousadia de adentrar ao espaço nacional, além de sem agência política é tido como vítima, é diferente e, portanto, ameaçador na sua alteridade (*Ibid*.). Em nível global e também nacional, tornou-se corriqueira a implantação de Estados de emergência, de exceção, nos quais um governo militar e organizações humanitárias tornam-se os modelos de resposta às situações desordenadas (*Ibid*.).

Ainda segundo Machado (2021), com a propagação midiática de agentes securitizadores acendendo um caloroso debate sobre a crise, ações do Estado consideradas emergenciais são demandadas e tomadas, transcorrendo uma lógica securitária, militarizada, com o objetivo de salvaguardar e controlar as fronteiras e a soberania nacional. Dessa forma, o Estado como agente securitizador utiliza intermediários (Forças Armadas, Policiais, e outras instituições) colocando de um lado espectadores sensibilizados pela condição precária dos migrantes ou refugiados que chegam ao Estado receptor, enquanto outros defendem o fechamento da fronteira, a deportação, a restrição e cotas para o acesso aos serviços públicos básicos. Neste caso será o objeto de referência a ameaça constante do território e da identidade do cidadão originário.

Avançando nesta questão, a autora também destaca que:

> Nesse sentido, a crise migratória contemporânea constitui-se como um dos grandes temas da política internacional, trazendo questões como o humanitarismo das nações e no vértice oposto, a rigidez do Estado soberano e a conexão entre território, população e manutenção da segurança que ainda circunda a imaginação política global (Machado, 2021, p. 8).

Dessa perspectiva, o agente securitizador para se consolidar e assim evitar ameaças externas e manter uma coesão interna, fomenta discursos que colocam o outro como perigoso, desordeiro, inumano; em contrapartida, menciona o nacional

dependente de proteção, que por sua vez, incorpora consciente e/ou inconscientemente um sentimento patriotista/belicista. Assim sendo, observa-se um tratamento da temática, sobre fluxos migratórios, voltada para a ameaça e para a divisão entre “nós” (homogêneos, cidadãos originários) e os “outros” (refugiados, migrantes e estrangeiros). Esta lógica discursiva de invasão e necessidade de reafirmação da identidade é uma tentativa de ordenamento, legitimação de uma identidade coesa frente a uma alteridade ameaçadora (Ibid.).

Finalmente, Machado (2021) discorre que é fundamental compreender que existe uma conexão entre fluxos migratórios e securitização, levando o conceito de segurança para além de ameaças físicas, objetivas, e observando as representações identitárias dos Estados como construções. A autora (*Ibid.*) ao trabalhar com a securitização e as migrações venezuelanas em Roraima, traz elementos centrais na busca por atrelar estas duas categorias principais no que se refere ao estágio inicial da Operação Acolhida como ordenamento de fronteira e acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos.

Outra autora que traz a temática securitização e os fluxos migratórios é Vasconcelos (2021). Sua tese argumenta que ações consideradas como humanitárias têm se mostrado, nas últimas décadas, como justificativa para o avanço de políticas de securitização. Como exemplo destas políticas, apresenta-se o combate ao tráfico de pessoas como uma maneira de controlar o deslocamento de sujeitos considerados indesejáveis, ao mesmo tempo em que se utiliza uma narrativa moralizante anti-prostituição e humanitária. Com isso, de uma vez só se limita a entrada de estrangeiros sob o pretexto moral do perigo da prostituição e se retira do país estrangeiros ligados a esta prostituição, mesmo que de forma voluntária, sob a narrativa de “ações humanitárias”. A autora acrescenta que, assim como as políticas humanitárias ocultam intenções de securitização, os “campos de refugiados” são controlados e monitorados a partir de discursos humanitários que servem para a produção da exclusão e contenção das diferenças.

Buscando discorrer sobre os principais fluxos migratórios globais na perspectiva de diferentes autores e visões analíticas, este capítulo buscou enfatizar as migrações Sul-Sul, analisando resumidamente os fluxos migratórios dos países como Equador, Argentina, Brasil e Chile e suas principais dinâmicas migratórias. O capítulo trouxe contribuições sob a ótica de diferentes autores sobre a categoria

políticas migratórias. Além disso, apresentou, de forma breve, o conceito de governança e suas principais nuances. Abordou ainda as categorias de infraestrutura migratória e infraestrutura humanitária. Por fim, analisou o conceito de securitização, cujo objetivo desta breve revisão foi o de discutir minuciosamente este conceito com suas características contemporâneas. Ou seja, buscou explorar o conceito de securitização por um viés de política migratória. Em um primeiro momento esta subseção apresentou a historicidade desta categoria e suas principais correntes de teóricos e pensadores, através da subseção sobre a Escola de Copenhague. Logo após, fez-se necessário aprofundar as características desta categoria e sua contribuição para o debate de segurança internacional em uma subseção que discutiu a securitização no contexto da segurança internacional. E por fim, esta subseção procurou trazer a ideia de políticas migratórias securitizantes que podem se utilizar da retórica humanitária.

Com isso, este capítulo buscou elementos teóricos para a construção dos capítulos subsequentes, que apresentarão os resultados da pesquisa documental e empírica. O objetivo principal deste capítulo foi construir uma base teórica sob a ótica de diferentes autores e áreas, ampliando os estudos sobre migrações internacionais e buscando compreender, por meio desses conceitos, a complexidade e originalidade da Operação Acolhida. A categoria de securitização tornou-se fundamental para a compreensão do aparato militar em relação às principais ações da Operação Acolhida.

No próximo capítulo a pesquisa buscará desenvolver inicialmente uma descrição sobre as fases iniciais da Operação Acolhida – ordenamento de fronteiras e acolhimento – e apresentar as principais ações governamentais, a nível federal (Governo Federal) na figura do então presidente Michel Temer (MDB). E assim relacionar estas práticas com ações securitizantes para conter o grande número de migrantes e refugiados venezuelanos entrando na fronteira de Roraima. E finalmente, o capítulo abordará a descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil.

Capítulo 2 - A governança política da Operação Acolhida: dinâmicas de securitização e descentralização

Este capítulo inicialmente descreve as etapas e características das ações de assistência emergencial implementadas pelo governo federal e seus desdobramentos. Além disso, analisa a atuação das Forças Armadas na operacionalização e implementação da Operação Acolhida, especialmente em sua fase inicial nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima. Por fim, o capítulo aborda a descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos para outros municípios do Brasil.

2.1 A governança política da Operação Acolhida

A partir do segundo semestre de 2017, o fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil estava se tornando cada vez mais intenso, indicando também a permanência desta comunidade no país (Assistência [...], 2019). Isso gerou grandes impactos para os serviços públicos daquele estado de Roraima, ampliou a demanda local por assistência social, saúde e segurança, além de alterar a rotina dos municípios e dos cidadãos roraimenses (*Ibid.*).

Naquele contexto, em 15 de fevereiro de 2018, o então presidente Michel Temer (MDB), por meio da Medida Provisória nº 820 e dos Decretos nº 9.285 e 9.286, ambos com mesma data, reconheceu o aumento populacional desordenado e imprevisível ocorrido no estado de Roraima, como consequência do fluxo migratório de migrantes e refugiados venezuelanos, determinando medidas emergenciais para o acolhimento dessas pessoas em situação de vulnerabilidade (Compêndio [...], 2019).

Com isso, surgiu a primeira e principal ação emergencial, a Operação Acolhida, que é uma resposta humanitária do governo federal para o intenso fluxo migratório de venezuelanos na fronteira entre os dois países. Vale lembrar que esta Operação foi criada em 2018, com o objetivo de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos. Outra ação emergencial é a descentralização (interiorização) de migrantes e refugiados venezuelanos, que faz parte da Operação Acolhida. Esta descentralização consiste na interiorização voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios

de Roraima para outras cidades do Brasil. A descentralização, visa permitir que os migrantes e refugiados venezuelanos beneficiados tenham melhores oportunidades de integração social, econômica e cultural, bem como reduzir a pressão sobre os serviços públicos atualmente existente principalmente em Roraima, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. Esta ação envolve o governo federal, estados, municípios, as Forças Armadas, órgãos do Judiciário, organizações internacionais e mais de 100 organizações da sociedade civil. Além disso, a Operação Acolhida é considerada uma grande força-tarefa logística humanitária coordenada pelo governo federal, por meio da Casa Civil e mais 12 Ministérios (Brasil, 2023; Gadêlha; Ribeiro, 2023).

Baseada na Diretriz Ministerial 03/2018, do Ministério da Defesa, a Operação Acolhida foi instituída para promover ações de apoio aos imigrantes venezuelanos que têm ingressado no país pelo Estado de Roraima. A Operação envolve Marinha, Exército, e Força Aérea Brasileira (FAB), em cooperação com outros órgãos municipais, estaduais e federais, para assegurar a dignidade dessa população por meio do apoio em áreas de política social, segurança e saúde (Brasil, 2023a). A Operação Acolhida vem sendo executada com coordenação e sinergia entre o componente militar, denominado Força-Tarefa Logística Humanitária – FT Log Hum, e cerca de 120 (cento e vinte) agências e instituições civis, nas quais estão presentes: Órgãos Governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal; Organismos Internacionais (OI); Organizações não Governamentais (ONG) e a sociedade civil (Brasil, 2022a).

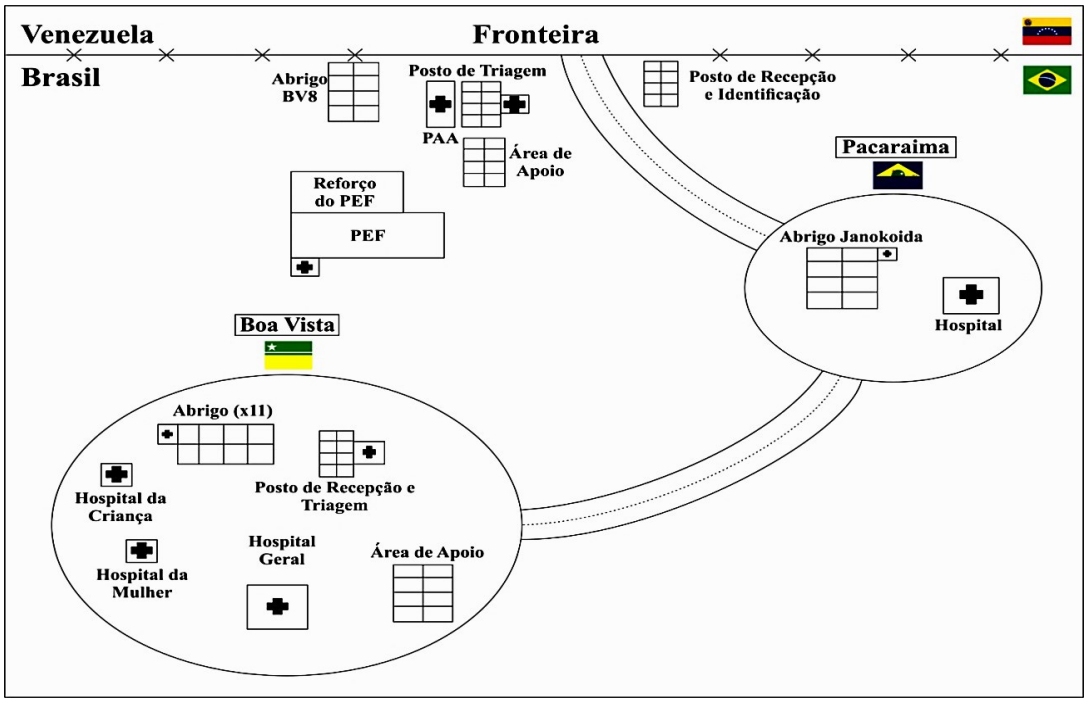
Para compreender a complexidade destas ações de assistência emergencial é importante destacar o número de venezuelanos reconhecidos como refugiados no Brasil pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que foi de 53.485, até dezembro de 2022 (CONARE, 2023). Vale ressaltar que a Venezuela foi o país que mais solicitou este reconhecimento neste período. Já em relação ao número de migrantes, segundo a Plataforma R4V os migrantes venezuelanos que solicitaram e foram atendidos com residência temporária no Brasil foi de 376.353, até novembro de 2022. O número total de migrantes e refugiados venezuelanos residentes oficialmente no Brasil é de 408.504 até dezembro de 2022 (Plataforma [...], 2023). É importante destacar que o Brasil é o quinto destino mais procurado por esses migrantes e refugiados para iniciar uma nova vida. Em primeiro lugar está a Colômbia, com 1.842.390 migrantes e refugiados venezuelanos; seguida pelo Peru,

com 1.286.464; Equador (513.903) e Chile (448.138) ocupam a terceira e quarta posição, respectivamente (Dourado; Bittencourt, 2022).

2.1.1 Operação Acolhida em Roraima

Após estes números oficiais extraídos pelas instituições responsáveis pelo controle e monitoramento de migrantes e refugiados venezuelanos, a pesquisa irá propor a apresentação de figuras que demonstram a complexidade e amplitude desta Operação no Brasil.

Figura 1 - Operação Acolhida em Roraima



Fonte: Ilustração retirada do (Compêndio [...], 2019).

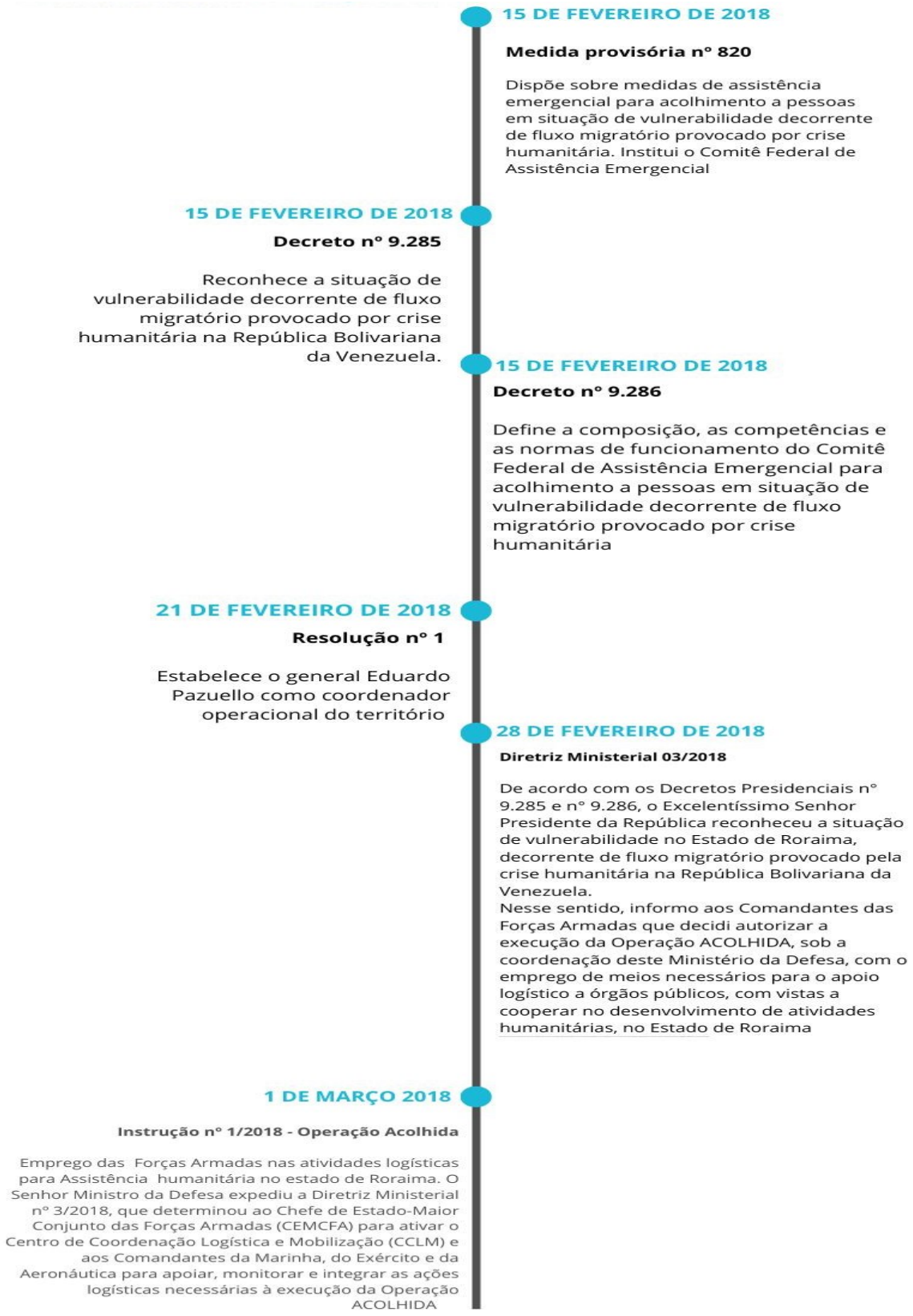
Ao analisar a ilustração, verifica-se a grande estrutura montada pelas Forças Armadas, por meio da Operação Acolhida, que tem como objetivo inicial de garantir a ordem e o controle entre as fronteiras, buscando alternativas para o acolhimento emergencial de migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima, especificamente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. Vale lembrar que as ilustrações aqui têm como intuito detalhar as fases e características da Operação Acolhida em sua fase inicial.

2.1.2 Arcabouço jurídico das ações de assistência emergencial

Outro aspecto relevante é a estrutura jurídica para a criação da Operação Acolhida, o que se torna de suma importância para entender como se chegou à fase de descentralização desta Operação. Vale destacar que a Operação Acolhida foi criada pela Medida Provisória nº 820/2018, convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 13.684/2018, que trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, e institui o Comitê Federal de Assistência Emergencial regulado pelo Decreto nº 9.970 de 2019 (Brasil, 2023a).

Abaixo seguem duas ilustrações, realizadas pelo próprio autor, que demonstram essa evolução temporal destas medidas jurídicas adotadas pelo governo federal do então presidente Michel Temer (MDB) na intenção de garantir a acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil.

Figura 2 – Arcabouço Jurídico das Ações de Assistência Emergencial 2018/2019



Fonte: Elaborada pelo próprio autor com base (Assistência [...], 2019; Brasil, 2018).

Figura 3 – Arcabouço Jurídico das Ações de Assistência Emergencial 2018/2019

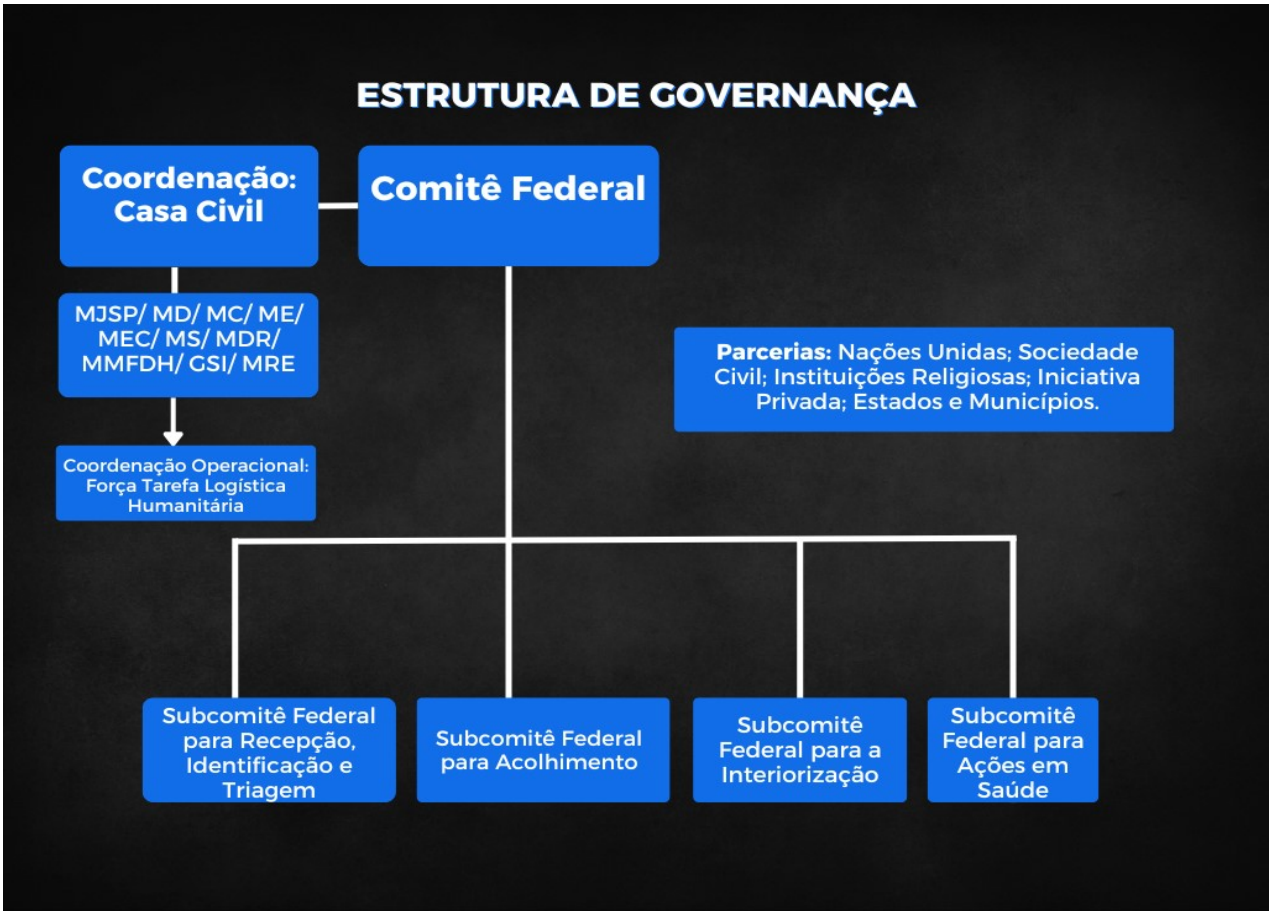
Fonte: Elaborada pelo próprio autor com base (Assistência [...], 2019) .

Para complementar esta discussão sobre as ações e atos jurídicos utilizados pelo governo federal 2018/2019, é relevante destacar os instrumentos normativos que asseguram a permanência no Brasil de migrantes e refugiados venezuelanos. Por isso, seguem os principais meios jurídicos utilizados pelo governo federal (Assistência [...], 2019), que são: **Lei nº 9.474**, de julho de 1997 que regulamenta a implementação do Estatuto dos Refugiados no país**; Lei nº 13.445**, de maio de 2017 que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante e estabelece condição de igualdade entre imigrantes e nacionais em território brasileiro; **Portaria interministerial n º 9**, de março de 2018 que possibilitou regularização migratória por residência temporária para venezuelanos; **Lei nº 13.684**, de junho de 2018 que estabelece medidas de assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos, reconhece a crise humanitária emergencial e cria o Comitê Federal de Assistência Emergência; **Portaria Interministerial nº 15**, de agosto de 2018 que dispensou a necessidade de documento comprovando filiação, sendo o suficiente uma autodeclaração do imigrante para solicitação de residência no país.

2.1.3 Estrutura de governança política da Operação Acolhida

Neste momento, aborda-se a estrutura de governança política da Operação Acolhida e seus comitês e subcomitês responsáveis pela condução destas ações. A seguir, será apresentada uma ilustração que demonstra esta teia de instituições governamentais criadas para dividir as ações e planejamento desta Operação.

Figura 4 - Estrutura de governança política da Operação Acolhida



Fonte: Elaborada pelo próprio autor com base (Assistência [...], 2019)

Destaca-se que o Decreto Nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021, estabelece que cabe ao Comitê Federal de Assistência Emergencial as seguintes atribuições: a) articular ações, projetos e atividades desenvolvidas com apoio dos governos federal, estaduais, distrital e municipais no âmbito da assistência emergencial; b) estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias do governo federal para a implementação da assistência emergencial; c) supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos que atuem na execução das medidas estabelecidas pelo Comitê Federal; d) propor aos órgãos competentes medidas para assegurar os recursos necessários à implementação das ações, dos projetos e das atividades de assistência emergencial; e) acompanhar e avaliar a execução da assistência emergencial e adotar medidas para a mitigação de riscos; f) elaborar relatório semestral de suas atividades, com a avaliação da execução e dos resultados. Além

disso, ao Comitê Federal compete, ainda, indicar Coordenador Operacional para atuar em área afetada por fluxo migratório provocado por crise humanitária. Por fim, cabe também ao Comitê firmar parcerias com: (órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; entes federativos; organizações da sociedade civil; entidades privadas; especialistas; e organismos internacionais) (Brasil, 2021).

O Comitê Federal contará ainda com os seguintes Subcomitês segundo Resolução nº 9, de 1º de novembro de 2019: Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; Subcomitê Federal para Acolhimento; Subcomitê Federal para Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; e o Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes (Brasil, 2019).

Cabe ao Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes: a) organizar a fronteira brasileira que apresente intenso fluxo migratório; b) apoiar a elaboração, a manutenção e a atualização do cadastro dos imigrantes que adentram o território brasileiro em fronteira com intenso fluxo migratório; c) organizar e promover a regularização migratória dos imigrantes na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório; d) orientar e fomentar a vigilância sanitária na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório; e) organizar e promover a imunização dos imigrantes na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório, se necessário; f) organizar a acolhida humanitária dos imigrantes na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório e o encaminhamento para os abrigos, se necessário; g) orientar e fomentar a administração, a fiscalização e o controle aduaneiro na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório; h) planejar, implementar e monitorar estratégias para agilizar e organizar o atendimento dos imigrantes nos serviços disponíveis nos postos de identificação e de triagem na fronteira brasileira (Brasil, 2019).

Ao Subcomitê Federal para Acolhimento compete: a) estabelecer regras e parâmetros a serem seguidos pelos gestores dos abrigos e pela população abrigada; b) atualizar o cadastro dos imigrantes abrigados no País; c) garantir a oferta de atendimento em saúde para os imigrantes abrigados no País, em cooperação com o Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes; d) garantir a inserção dos adultos e das crianças imigrantes abrigados, na rede de ensino local; e) organizar a prestação de serviços humanitários nos abrigos por organizações parceiras (*Ibid.*).

O Subcomitê Federal para Interiorização compete: a) estabelecer diretrizes e procedimentos para a interiorização dos imigrantes que se encontram em fronteira com intenso fluxo migratório; b) apoiar a Organização das Nações Unidas na elaboração, na manutenção e na atualização de cadastro dos imigrantes; c) articular com as unidades federativas a disponibilização de vagas de acolhimento provisório, mediante integração da rede de políticas públicas estaduais e locais; d) manter cadastro atualizado de vagas de abrigamento no País; e) selecionar os imigrantes a serem interiorizados; f) elaborar e emitir orientações relativas à interiorização; g) realizar o acompanhamento dos imigrantes interiorizados; h) elaborar estratégias de inserção social nos municípios de destino dos imigrantes; i) articular oferta de qualificação profissional dos imigrantes interiorizados; j) articular o atendimento de saúde dos imigrantes para interiorização (*Ibid.*).

Por fim, compete ao Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos migrantes: a) coordenar as ações para o controle de surtos e epidemias; b) implantar e implementar ações no posto de atendimento avançado e no hospital de campanha, se necessário; c) coordenar as ações federais integradas para saúde planejadas e em execução na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório; d) articular com os entes federativos locais para garantir a resposta adequada para o cuidado em saúde; e) coordenar e orientar a prestação de cuidados em saúde aos imigrantes que se encontram na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório; f) promover a integração com os gestores e os técnicos da rede de saúde local para atenção aos imigrantes que se encontram na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório; g) estabelecer diretrizes, fluxos e procedimentos clínicos aos imigrantes que se encontram na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório; h) organizar e manter o cadastro atualizado de vacinação de imigrantes que se encontram na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório; i) orientar e encaminhar os imigrantes que se encontram na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório aos programas preventivos de promoção da saúde; j) garantir a oferta de vacinas para imunização de imigrantes que se encontram na fronteira brasileira com intenso fluxo migratório, em especial a tríplice bacteriana e a tríplice viral (Brasil, 2019).

2.1.4 Fases da governança política da Operação Acolhida

Para melhor compreensão, conforme já demonstrado em diversos momentos desta pesquisa, é fundamental especificar cada fase desta governança política da Operação Acolhida no que se refere à busca por parte do governo federal pela garantia de integração e acolhida de migrantes e refugiados venezuelanos.

A primeira fase denominada de **ordenamento de fronteira** visa garantir a recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem dos migrantes e refugiados venezuelanos a partir da entrada no país em Pacaraima/RR. Já a segunda fase chamada de **acolhimento** tem como objetivo principal garantir o abrigamento para migrantes e refugiados venezuelanos em situação de vulnerabilidade. E por fim apresenta-se a última fase que é a **interiorização** que proporciona aos migrantes e refugiados venezuelanos o deslocamento para outras Unidades da Federação a partir de Roraima, visando à oferta de oportunidades e inserção social e econômica (Assistência [...], 2019).

A seguir são detalhadas as duas primeiras fases da Operação Acolhida com suas principais características e desdobramentos dessa governança política pelo governo federal do então presidente Michel Temer (MDB).

2.1.5 Ordenamento de Fronteira

Inicialmente, na primeira fase chamada de Ordenamento de Fronteira, diversos Órgãos governamentais e não governamentais trabalham nesta etapa na tentativa de garantir a integração e acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos. Abaixo segue ilustração que melhor especifica esta fase.

Figura 5 - Ordenamento de Fronteira

Fonte: Ilustração retirada do texto (Assistência [...], 2019).

Nesta fase da Operação Acolhida, a preocupação principal do governo federal estava em controlar o fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos na divisa entre Roraima e Venezuela, regularização documentária, oferecer atendimento de saúde e encaminhar estas pessoas para abrigos de acolhida.

2.1.6 Acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos

Quanto à segunda fase desta governança política da Operação, chamada de Acolhimento, que envolve a atuação conjunta entre o Ministério da Cidadania, ACNUR e Forças Armadas. O Ministério da Cidadania e ACNUR são responsáveis pela coordenação do acolhimento e da assistência aos migrantes e refugiados venezuelanos, e as Forças Armadas cuidam da logística e saúde nos abrigos (Assistência [...], 2019).

Neste contexto, várias ações são executadas para garantir o mínimo de

subsistência e direitos dos migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima. Entre estas ações, destacam-se: três refeições por dia; distribuição de kits de higiene pessoal e limpeza, fraldas; limpeza diária; aulas de português; atividades com crianças; atividades culturais, lúdicas e recreativas; fornecimento de matéria-prima para artesanato indígena Warao; provisão de serviços telefônicos para comunicação com parentes na Venezuela; e proteção, defesa de direito e segurança 24 horas (*Ibid.*)**.**

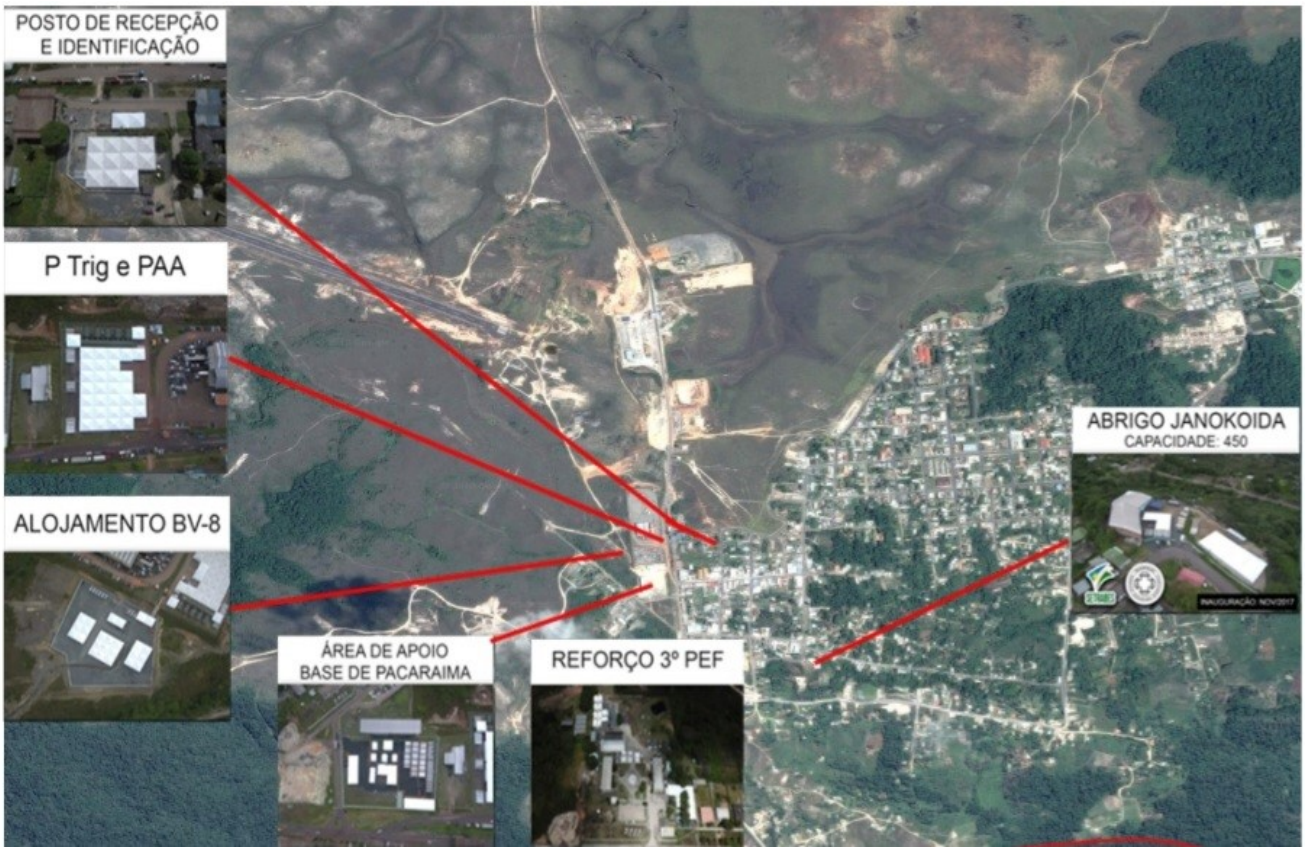
A seguir, serão apresentadas duas ilustrações (Figuras 7 e 8) retiradas do texto (Assistência [...], 2019) que demonstram a complexidade e a infraestrutura humanitária de acolhimento para migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima.

Figura 6 - Acolhimento em Pacaraima e Boa Vista

Fonte: Ilustração retirada do texto (Assistência [...], 2019).

Estas ilustrações servem para apresentar a complexidade desta infraestrutura humanitária que é Operação Acolhida, desde as fases 1 e 2 até a fase 3, que é a descentralização (estratégia de interiorização). Com isso, pretende-se simplificar as características e divisões desta Operação e apresentar suas principais ações na tentativa de integrar e acolher os migrantes e refugiados venezuelanos. Para isso, outra ilustração se torna necessária para destacar os principais setores responsáveis pela acolhida em Pacaraima-RR.

Figura 7 - Acolhida em Pacaraima-RR



Fonte: Ilustração retira do texto (Compêndio [...], 2019).

Vale destacar que, neste momento, alguns setores nesta ilustração serão especificados para melhor compreensão e análise desta infraestrutura humanitária em Pacaraima-RR. O Posto de Recepção e Identificação (PRI) é uma estrutura estabelecida para atender à demanda de documentação, alimentação e apoio sanitário e, assim, permitir que o migrante e refugiado venezuelano possa ser atendido com a vacinação prevista, primeiros socorros, ligação telefônica ao exterior, além de auxílio na orientação jurídica. Os principais órgãos que trabalham em conjunto neste setor são: Ministério da Defesa (MD), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde, Polícia Federal, Conselho Tutelar e Defensoria Pública da União (Compêndio [...], 2019).

Já em relação ao Posto de Triagem (P Trig), é uma estrutura montada para atender aos migrantes e refugiados venezuelanos logo após saírem do PRI. Neste

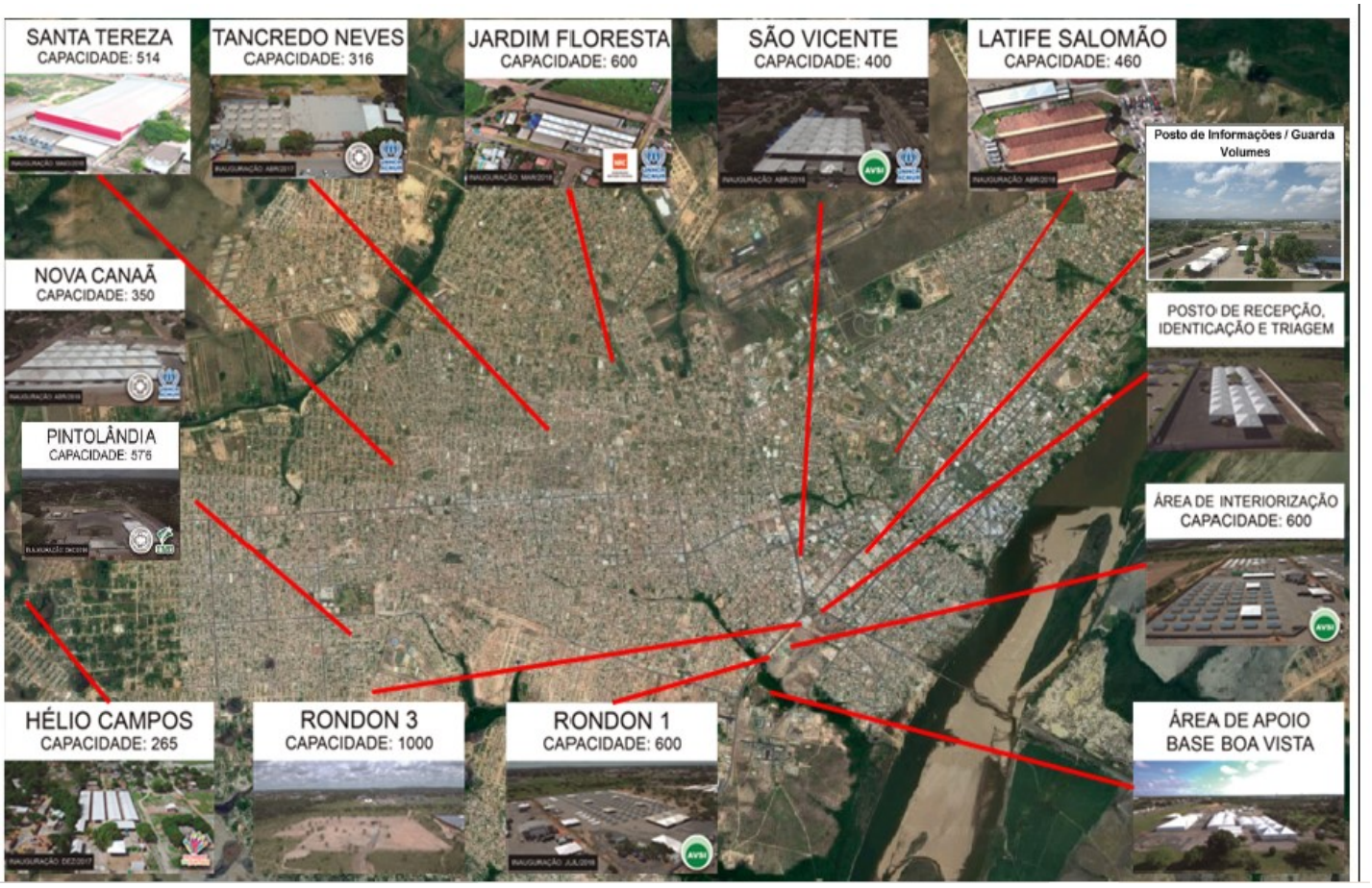
local, que os migrantes e refugiados são revistados e inspecionados. Eles passam por um pré-registro de regularização e cadastro de migração. Posteriormente, é regularizada a situação migratória de cada um e, em seguida, é prestado o atendimento médico e fornecida a alimentação gratuita. Este setor conta com salas e áreas comuns destinadas à inspeção médica, à segurança e às demais agências que fazem parte da Operação, como: Comissão Internacional da Cruz Vermelha (CICV); ACNUR; Agência das Nações Unidas para Migrações (OIM); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Fundo das Nações Unidas para as Atividades Populacionais (UNFPA); Ministério dos Direitos Humanos; Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO); Polícia Federal; Receita Federal; Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); e Ministério da Saúde (*Ibid.*, 2019); Outro setor que merece destaque é o Posto de Atendimento Avançado (PAA), um módulo do tipo Hospital de Campanha do Exército Brasileiro, com sala de espera/triagem, ambulatório, farmácia, enfermagem e banheiros. Destina-se a prestar atenção médica de emergência, em casos de isolamento de migrantes e refugiados venezuelanos. O encaminhamento médico pode ocorrer em qualquer momento ou de acordo com o fluxo dos migrantes (Compêndio [...], 2019).

Avançando no detalhamento da ilustração, o setor Alojamento Boa Vista Nr 8 (BV-8) é de caráter temporário, utilizado para atender à demanda dos migrantes e refugiados venezuelanos que estão em trânsito para a capital Boa Vista-RR. Possui alojamentos destinados aos desassistidos, com capacidade para atender cerca de 500 pessoas/dia (Compêndio [...], 2019). No que se refere ao Funcionamento das Estruturas “Base de Apoio”, é uma estrutura montada para coordenar as missões recebidas pelo comando da Operação Acolhida, estabelecendo ações e diretrizes para a execução das missões de cada estrutura montada (*Ibid.*). O Reforço do PEF (Pelotão Especial de Fronteira) é um efetivo de militares destinados a reforçar o pelotão que está na fronteira. O reforço do PEF apoia à execução das atividades previstas, com o intuito de contribuir para o bom andamento da missão (*Ibid.*). Por fim, o abrigo Janokoida, que tem capacidade para abrigar 450 migrantes e refugiados venezuelanos indígenas, atende às demandas de apoio logístico de transporte, alimentação, saúde e segurança dos migrantes venezuelanos indígenas, provenientes da etnia Warao (Compêndio [...], 2019).

Mais uma ilustração mostra-se relevante para compreender o funcionamento

dos abrigos em Boa Vista-RR. Os 13 abrigos distribuídos em Roraima atendem a diferentes perfis de migrantes e refugiados venezuelanos com capacidades limitadas. No decorrer desta Operação, a demanda tornou-se inviável devido ao grande número de venezuelanos entrando no Brasil, o que acarretou a necessidade de implementar estratégias para aliviar a superlotação desses espaços habitacionais. Assim, abaixo, a pesquisa apresenta uma ilustração dos abrigos distribuídos em Boa Vista-RR.

Figura 8 - Abrigos em Boa Vista-RR



Fonte: Ilustração retirada do texto (Compêndio [...], 2019).

Após a análise da figura 8, a pesquisa trará no Apêndice A, algumas características de cada abrigo em Boa Vista-RR para detalhar esta infraestrutura humanitária montada em Roraima pelo governo federal, sob o comando das Forças Armadas.

2.2 A dinâmica da securitização da governança política da Operação Acolhida

Neste momento é fundamental observar que muitos textos utilizados como base para a construção deste capítulo foram escritos diretamente por oficiais do Exército Brasileiro (EB) que participaram ativamente desta operação e produziram trabalhos acadêmicos levando em consideração suas experiências nesta força tarefa. Tratam-se, portanto, de autores-atores da Operação.

2.2.1 A atuação das Forças Armadas

Primeiramente, será descrito o papel desempenhado pelas Forças Armadas na condução da governança política da Operação, detalhando o contingente, organização, planejamento, atribuições e efetiva participação dos militares nesta Operação. Em seguida, será observado as diferentes críticas (feitas por pesquisadores e textos complementares) à participação das Forças Armadas na coordenação dos abrigos, na condução e na militarização da governança política da Operação Acolhida. Por fim, será feito um resumo com as principais contribuições a respeito desta temática visando sistematizar a participação dos militares nesta Operação.

Inicialmente será utilizado o trabalho de Pinho (2019)[15], o qual informa que após definidas as competências de cada órgão, o Ministro da Defesa haveria designado o General do Exército Brasileiro Eduardo Pazuello para exercer a função de Coordenador Operacional da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum)[16]. Na função de Coordenador Operacional, o então General de Brigada Eduardo Pazuello, comandante da Base de Apoio Logístico do Exército Brasileiro, localizada no Rio de Janeiro/RJ, a partir de seu trabalho no Estado-maior, elaborou o Plano Operacional da Operação Acolhida para o Estado de Roraima, dividindo os esforços entre a Força-Tarefa Logística Humanitária e a Força Aérea. O planejamento apresentado utilizou inicialmente as instalações do Exército Brasileiro

[15] Escreveu um Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comando e Estado - Maior do Exército, como requisito para a obtenção do título de especialista em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. No qual constam as experiências vividas pelo autor que foi comandante do 1º Batalhão Logístico de Selva, localizado em Boa Vista, no estado de Roraima no período de 2016 a 2018.

[16] Neste capítulo esta sigla irá aparecer diversas vezes. Vale lembrar que esta Força-Tarefa nada mais é do que a militarização da Operação Acolhida.

e da Força Aérea Brasileira (FAB), localizadas na região de Boa Vista e de Pacaraima. Vale ressaltar que a 1º Brigada de Infantaria de Selva (Bda Inf Sl) seria o grande suporte para os desdobramentos das ações, com o Posto de Comando da FT Log Hum localizado em Boa Vista e uma base avançada localizada em Pacaraima. Segundo o autor, o objetivo principal desta FT Log Hum era a de desafogar a grande quantidade de migrantes e refugiados venezuelanos presentes nas ruas de Boa Vista fato que trouxe muita pressão da sociedade local contra os migrantes e refugiados, acarretando em atritos que poderiam resultar em consequências desastrosas.

Em relação à participação da 1º Bda Inf Sl, Pinho (2019) menciona a montagem, manutenção e condução dos diversos processos logísticos e administrativos da operação, contando com diversos rodízios de militares de diferentes Comandos Militares de área que a cada 90 dias revezavam (tendo como base a Operação Minustah do Haiti) para suprir as demandas do organograma da FT Log Hum. A Base de Pacaraima era composta de um posto de Recepção e Identificação, um Posto de Triagem, um Posto de Atendimento Avançado (PAA), dois Abrigos – sendo um indígena e o outro não indígena – e uma Área de Apoio. No que se refere à Base de Boa Vista, a concepção original vislumbrava um Posto de Recepção, Identificação e Triagem, onze Abrigos e uma Área de Apoio. A ideia inicial da Operação era que o migrante e refugiado, após percorrer as bases, estivessem em condições sanitárias e documentais de permanecer em um abrigo e, ao final deste processo e de maneira voluntária, ficassem aptos para participar da Interiorização em alguma região brasileira – para que assim pudesse buscar uma colocação no mercado de trabalho e então almejar seus meios de subsistência no Brasil, reduzindo significativamente sua condição de vulnerabilidade social.

Outro trabalho que destaca o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida foi o de Cruz (2020).[17] Nele, discorre-se sobre as especificidades dos abrigos construídos para alojar de maneira digna os migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima, sendo que a principal finalidade da construção destes abrigos era a de dar suporte de hospedagem, oferecendo aos migrantes e refugiados um local temporário de permanência enquanto aguardavam a

[17] Tenente Coronel - Gustavo Lopes da Cruz que escreveu uma monografia para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

interiorização ou o retorno à Venezuela. Cabe salientar que as montagens dos abrigos de Pacaraima e Boa Vista foram diretamente organizadas e implantadas pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Boa Vista. Estes abrigos teriam seguido padrões de referências recomendadas pelo ACNUR, levando em consideração critérios de dimensão, espaçamento entre as barracas (abrigos), espaços de convivência/lazer, números adequados de banheiros, entre outros. Alguns abrigos são coordenados por militares da FT Log Hum e outros pelo ACNUR.

Outro aspecto relevante que Cruz (2020) aborda é a existência de diferentes perfis de ocupantes destes abrigos, tais como homens solteiros, mulheres solteiras, famílias, pessoas LGBTs, além de migrantes e refugiados venezuelanos indígenas. Em um tom autocongratulatório, o mesmo afirma que:

> Os militares da Operação Acolhida oferecem todo o apoio logístico necessário ao seu funcionamento, executando obras e reparos de engenharia, segurança externa e interna, atenção médica e alimentação. No tocante ao apoio de alimentação, a Força-Tarefa Logística Humanitária fornece refeições quentes para os abrigos ocupados por não indígenas e gêneros secos para os indígenas, compatíveis com seus hábitos culinários (*Ibid.*, p. 36).

Na mesma linha, Duarte (2019, p. 20)[18] comenta em seu trabalho:

> A escolha do Exército Brasileiro pelo Governo Federal baseou-se em sua capacidade logística, operacional e de comando e controle, além do fato de já possuir contratos pré-existentes de materiais e serviços voltados ao apoio em ações de acolhimento humanitário, fruto do exercício de logística multinacional interagências Amazonlog conduzido pelo Comando Logístico do Exército Brasileiro em 2017, na cidade de Tabatinga, estado do Amazonas.

Em 15 de fevereiro de 2018, os então Ministros da Casa Civil (Eliseu Padilha), Justiça e Segurança Pública (Torquato Jardim), Defesa (Raul Jungman) e o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (Westphalen Etchegoyen) apresentaram ao então Presidente da República Michel Temer (MDB) a exposição dos motivos para Projeto de Medida Provisória (MP) que dispunha sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento à pessoas em situação de

[18] Escreveu sua dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima. Vale lembrar, que Álvaro Duarte era oficial de carreira do EB, atuante na Operação Acolhida, e mora desde 2016 em Roraima.

vulnerabilidade decorrente de crise humanitária da Venezuela. Com isso, o Presidente da República publicou a MP 820 e os Decretos nº 9.285 e 9.286, todos em 2018, como uma resposta do governo federal no sentido de iniciar ações emergenciais, as quais tinham como objetivo principal minimizar o impacto da migração venezuelana no estado de Roraima. Os desdobramentos operacionais ficaram caracterizados pelas Operações: Controle (ordenamento de fronteiras) e Acolhida (abrigamento), e da Operação Tucuxi (voltada para a Garantia da Lei e da Ordem fruto do aumento das tensões e conflitos entre brasileiros e venezuelanos na fronteira do Brasil com a Venezuela). Conforme argumenta Duarte (2019, p. 94):

> Após a determinação do Ministro da Defesa do Exército Brasileiro de realizar a Operação Controle, coube à 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl), sediada em Boa Vista - RR, desenvolver as ações mediante a utilização de suas Organizações Militares diretamente subordinadas (OMDS), além do apoio do 6ª Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC), sediado em Boa Vista - RR e de outras organizações militares sediadas em Manaus – AM.

No intuito de cumprir a missão imposta pelo Ministério da Defesa, o então Comandante da 1ª Bda Inf Sl determinou aos seus subordinados: cooperar com o Comando Militar da Amazônia no combate aos ilícitos transfronteiriços; melhorar o controle migratório referente ao fluxo migratório venezuelano; realizar ações militares preventivas e repressivas, na Região de Pacaraima, Bonfim e nas vias que ligam essas regiões à cidade de Boa Vista (*Ibid.*).

Em agosto de 2018 foi implementada a Operação Tucuxi como resultado das tensões internas derivadas dos conflitos entre cidadãos brasileiros e migrantes e refugiados venezuelanos:

> A escalada das tensões na fronteira foram resultados de uma série de ocorrências entre brasileiros e venezuelanos na faixa de fronteira, sendo que o ápice ocorreu no dia 17 de agosto de 2018, no município de Pacaraima, quando um comerciante foi assaltado e espancado supostamente por venezuelanos, tal evento desencadeou uma onda de manifestações de brasileiros descontentes com a crise migratória, culminando na expulsão e queima das barracas e dos pertences dos venezuelanos acampados nas ruas de Pacaraima. Atentos ao aumento das tensões, militares da Operação Acolhida, cientes que haveria risco à integridade física dos imigrantes que estavam no Posto de Identificação e Recepção, orientaram esses imigrantes a retornarem à Venezuela (Duarte, 2019, p. 101).

O então Presidente da República Michel Temer teria autorizado o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na faixa de fronteira Norte e Leste do Brasil, bem como nas rodovias federais do estado de Roraima. Com isso, a 1ª Bda Inf Sl ficou responsável por coordenar e controlar as ações resultantes dessa autorização presidencial. Além disso, no dia 12 de setembro de 2018, o Presidente da República ampliou a área de abrangência da Operação, autorizando as Forças Armadas a atuarem também na proteção das instalações/abrigos e das atividades de acolhimento de refugiados.

A seguir, serão apresentadas figuras que servirão para sistematizar os dados e procurar ilustrar a dimensão da Operação Acolhida, tendo como foco a participação das Forças Armadas. Inicialmente, Duarte (2019) apresenta um organograma da FT Log Hum citando as chamadas Células desta Força-Tarefa. Abaixo segue organograma:

Figura 9 - Organograma FT Log Hum

Fonte: (Duarte, 2019)

Apresenta-se a seguir uma tabela especificando as Células da Operação Acolhida e suas respectivas seções e funções:

Tabela 1 – Células da governança política da Operação Acolhida

Células	Seções	Funções
Célula de Operações	Seção de Inteligência (D-2); Seção de Operações (D-3); Seção de Operações futuras (D-5); Seções de Operações Psicológicas (D-8) e Seção de Assuntos Civis (D-9).	Ações de coordenação, controle e sincronização de todas as ações conduzidas pelas agências envolvidas.
Célula de Comunicação	Seção de Comunicação Social	Responsabilidade de preservar e

Social	(D-7)	fortalecer a imagem de todos os participantes perante a sociedade brasileira e diante da comunidade internacional.
Célula Logística	Seção de Pessoal (D-1); Seção de Logística (D-4) e Seção de Finanças (D-10).	Responsável pela coordenação, controle e a sincronização da logística no ambiente interagências, congregando as atividades de logística, de pessoal e de finanças da operação.
Célula Comando e Controle	Seção de Comando e Controle (D-6)	Responsabilidade de estruturar o sistema de coordenação, comunicações, controle e inteligência. Tem a missão de gerenciar o sistema e os meios de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), empregados na coordenação das ações conduzidas no ambiente interagências, para proporcionar consciência situacional ao Coordenador Operacional e ao Estado Maior.
Célula de Saúde	Seção de Saúde (D-11)	Responsabilidade pela coordenação das atividades de apoio de saúde na Operação Acolhida aos migrantes e refugiados venezuelanos pelas Forças Armadas e pelas agências participantes.
Célula Interiorização	Seção de Interiorização (D-11)	Responsável pela coordenação do processo de transferência dos migrantes e refugiados venezuelanos para outros estados e cidades brasileiras, por meio de um cadastramento e triagem final.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados de Duarte (2019).

Para buscar um aprofundamento nas divisões e subdivisões do contingente das Forças Armadas na Operação Acolhida, o documento denominado Emprego do Exército Brasileiro na Operação Acolhida – Enfoque na organização e no funcionamento das estruturas montadas para atender os imigrantes – (Compêndio [...], 2019) será de suma importância para esta tarefa. No Apêndice B desta pesquisa, tendo como base dados deste documento (*Ibid.*), será especificado através de outras tabelas o contingente e as responsabilidades de cada seção das células.

No que se refere às estruturas logísticas implementadas pelas Forças Armadas na Operação Acolhida nos municípios de Pacaraima e Boa Vista é proeminente a participação maciça dos militares na execução, planejamento e operacionalização desta Operação. Estas estruturas compõem os postos e abrigos que visam acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos nas cidades analisadas. Conforme mencionado anteriormente, será apresentada uma sistematização destes dados com base no documento Compêndio (2019) que ilustrará a ampla participação das Forças Armadas na governança política da Operação Acolhida (FT Log Hum). Nos Apêndices C e D da pesquisa constam tabelas com as estruturas logísticas da FT Log Hum montadas pelas Forças Armadas contendo as estruturas, contingente de militares e os principais objetivos nas respectivas cidades de Pacaraima e Boa Vista.

Após análise dos dados, utilizando também os apêndices B, C e D, fica latente a participação ostensiva dos militares na Operação Acolhida através da ocupação de diferentes cargos e funções. Com isso, o total de militares que trabalham ativamente na Operação Acolhida, participando de um rodízio a cada 90 dias, é de 207 militares nas seções das células; 38 militares que trabalham nas estruturas logísticas de Pacaraima; 139 militares que trabalham nas estruturas logísticas de Boa Vista. Totalizaram-se, assim, 384 militares que trabalham ostensivamente na Operação Acolhida nas cidades de Pacaraima e Boa Vista.

A função logística de transporte merece destaque na etapa final da Operação Acolhida, no que se refere ao deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos para o interior do Brasil por meio de dois tipos de modais: Modal aéreo realizado pela FAB e o **Modal rodoviário realizado predominantemente pelo EB**. No modal rodoviário, foram empregados ônibus do Exército Brasileiro, no deslocamento Pacaraima-Boa Vista, Boa Vista-Manaus, além do translado Aeroporto-Casa de Passagem e nos deslocamentos Capital-Interior até 150 Km. Já em relação ao modal aeroviário foram utilizadas aeronaves da FAB no deslocamento Boa Vista-Base Aérea Militar e Boa Vista-destino final. Utilizou-se, também, aeronaves fretadas pela FT Log Hum nos deslocamentos Boa Vista-Base Aérea Militar e Boa Vista-destino final. Houve, ainda, a compra de passagens (FT Log Hum e OIM) nos deslocamentos Manaus-Base Aérea Militar e Manaus-destino final. Por fim, teve-se o acordo de cooperação, em que as empresas aéreas parceiras

disponibilizam acentos vagos em seus voôs nos deslocamentos de Boa Vista-destino final, Manaus-destino final e Base Aérea Militar-destino final.

A próxima subseção tem a intenção de mostrar como a participação das Forças Armadas na Operação Acolhida contribuiu para o processo de securitização desse fluxo migratório, em uma perspectiva crítica no sentido de tutela, disciplina e imposição dos militares em relação aos migrantes e refugiados venezuelanos nos abrigos de Pacaraima e Boa Vista no estado de Roraima.

2.2.2 A lógica da Securitização

Inicialmente, Vasconcelos (2021) observa que embora os abrigos, coordenados pelos militares em Roraima e no Amazonas, não possam ser considerados campos de refugiados, há diversas aproximações, o que indica a constituição de um modelo híbrido de campo de refugiados e abrigamento de migrantes. Para a autora, isso fica claro ao se perceber como os migrantes venezuelanos são tutelados pelos administradores dos abrigos a partir de uma política de securitização, sob a égide do medo, da ameaça e da desconfiança.

Avançando nesta discussão, Vasconcelos (2021) relata que a Operação Acolhida, vem seguindo uma tendência global de aumento de iniciativas de controle migratório sob a justificativa do humanitarismo e da solidariedade universal. Sua pesquisa indicou que o discurso e as ações de recepção e acolhimento governamentais em relação aos migrantes venezuelanos oscilavam entre as narrativas do humanitarismo e da securitização. Com isso, de um lado, existem ações assistencialistas pontuais e o reconhecimento dos venezuelanos enquanto migrantes vulneráveis; e de outro, repressão policial e tentativas do controle do fluxo migratório. As contribuições da investigação de Vasconcelos (2021) demonstram como a vulnerabilidade dos migrantes venezuelanos é mobilizada como justificativa para o avanço de políticas de securitização e higienização social, amparados juridicamente em questões humanitárias.

Paiva e Gonçalves (2021), por sua vez, trazem contribuições significativas resultantes da pesquisa realizada pelos autores iniciada em 2016 e ainda em andamento, através do Grupo de Pesquisa Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio). A

investigação visa analisar a situação dos refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil e a resposta do governo brasileiro para acolhimento e integração desta comunidade iniciada com a Operação Acolhida. Como metodologia, os autores realizaram entrevistas com os representantes do poder público e de entidades da sociedade civil envolvidos na Operação Acolhida nos municípios de Boa Vista e Pacaraima no estado de Roraima em 2018, além de observações realizadas durante visitas técnicas. Segundo eles, as ações iniciais dos governos locais foram as de construir abrigos improvisados na intenção de retirar os migrantes e refugiados venezuelanos das ruas de Pacaraima e Boa Vista, além de diversas tentativas de fechar as fronteiras, criar barreiras sanitárias para impedir a mobilidade desta população. No início da chegada dos migrantes e refugiados venezuelanos, muitas organizações não governamentais, nacionais e internacionais, chegaram aos municípios de Pacariama e Boa Vista e se estabeleceram para auxiliar esta população, o que acabou contribuindo para as mudanças no cenário político e econômico local.

Ainda segundo Paiva e Gonçalves (2021) mesmo com a participação de diversos atores envolvidos na Operação Acolhida, o grande protagonista na fronteira e nos abrigos foi o Ministério da Defesa, com a atuação direta das Forças Armadas que ficaram responsáveis pela Logística e a Segurança das ações da Operação. Vale mencionar que os denominados “Abrigos Humanitários” estavam sobre controle e gestão do Ministério da Defesa, Secretária Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social de Roraima, e do ACNUR. Em relação aos abrigos, os pesquisadores ressaltam que foram estruturados com barracas do Exército Brasileiro (EB) ou da ONU, ou com casas montáveis utilizadas universalmente em campos de refugiados (que não leva em consideração o calor intenso do estado de Roraima). Assim, a organização destes abrigos lembraria muito as imagens de campos de refugiados, tanto pela quantidade de pessoas, quanto pela disponibilidade das células de moradia. A diferença é que os abrigos murados possuem o controle de entrada e saída por parte do EB.

A pesquisa dos autores Paiva e Gonçalves (2021) ainda demonstra que as diversas formas de controle e disciplina lembram muito as instituições assistenciais destinadas à população de rua brasileira, que inclusive podem ser advertidos e desligados no caso de descumprimento de quaisquer destas regras disciplinares

impostas pelas Forças Armadas. Ainda, identificaram a presença de profissionais da assistência social, psicólogos e antropólogos nos dois abrigos, nos quais a gestão fora realizada pela Secretaria Estadual de Bem-Estar, no caso dos abrigos destinados aos indígenas. Nos demais abrigos ficou evidente a ausência de profissionais da área social e de poucas ou nenhuma atividade socioeducativa e pedagógica. As preocupações mais regulativas na área jurídico-normativo da condição migratória eram, assim, predominantes em relação as questões socioeconômicas e psicológicas. No que se refere às entrevistas, os autores mencionam que escutaram profissionais das organizações da sociedade civil, da Universidade Federal de Roraima, da Polícia Federal, das Forças Armadas e dos poderes estadual e municipal. Após analisar as entrevistas, concluíram que uma das principais críticas realizadas por parte dos representantes da sociedade civil se deu em relação ao montante de recursos federais destinados a Operação Acolhida que não obtinha fiscalização, controle e participação social dos gastos. O que havia eram encontros quinzenais coordenados pelo general responsável da Operação compostos por todas as entidades, na intenção de prestar contas e atualizar a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos. Porém, o que se notou, nas observações, foram encontros verticalizados, informativos e induzidos pelo Ministério da Defesa.

As entrevistas realizadas pelos autores ainda trouxeram também relatos de dias tensos, principalmente nos finais de semana, quando as organizações ligadas aos migrantes e refugiados venezuelanos estavam fechadas. Com isso, estes migrantes e refugiados ficavam vulneráveis nas ruas de Pacaraima e Boa vista e a população nativa era incentivada pelas lideranças locais a hostilizar esta população. Os autores mencionam que mesmo com a forte presença das Forças Armadas, em 2018, houve um episódio de expulsão de migrantes e refugiados venezuelanos em Pacaraima e o assassinato brutal de um venezuelano em Boa Vista. Por fim, os pesquisadores destacaram que a militarização federal através das Forças Armadas tem sido constantemente utilizada sobre o pretexto de manter a ordem e a segurança pública e vêm recebendo duras críticas de organizações ligadas aos Direitos Humanos, com episódios constantes de violência e violação de direitos humanos. Com isso, a utilização das Forças Armadas nas ações humanitárias requer atenção das instituições democráticas e republicanas já que, além de

substituírem o lugar das políticas públicas de maneira emergencial, tem reproduzido as formas de dominação de classe que foram responsáveis pela criação do Estado brasileiro.

Além disso, Vasconcelos e Machado (2021)[19] afirmam que para os militares brasileiros a Operação Acolhida é uma atividade de ajuda humanitária inédita para todos os participantes. Os autores acrescentam que no contexto da Operação, perceberam certa política de higienização dos espaços públicos por intermédio da retirada de migrantes e refugiados venezuelanos das ruas, canteiros de avenidas, terrenos baldios e prédios abandonados de Pacaraima e Boa vista. A pesquisa desses autores mostra a mudança na política migratória brasileira, através da Operação Acolhida em Roraima apontando ao modelo aproximado de campo de refugiados utilizados internacionalmente. Seria, segundo eles e conforme já mencionado, um modelo híbrido de campo de refugiados, sob a perspectiva dos abrigos gerenciados pelos militares em Roraima.

Os pesquisadores reforçaram ainda que a segurança dos abrigos era feita pela Polícia do Exército (PE) que realizava rondas constantes nos onze abrigos. Os autores relataram que foram testemunhas de certa higienização nos arredores dos abrigos, por parte da PE, atendendo a demanda da população local. Os abrigados eram “orientados” a não manter aglomerações nos arredores dos abrigos e a PE fazia rondas seguidas, com revistas aleatórias, pedindo para os migrantes ou refugiados venezuelanos para circularem ou entrarem nos abrigos. Teria existido, assim, uma força desproporcional por parte da PE em abordar os migrantes e refugiados venezuelanos nos arredores destes abrigos. Nas entrevistas e observações realizadas pelos autores, notaram o desconforto dos migrantes e refugiados venezuelanos com as câmeras de vigilância espalhadas pelos abrigos e arredores, além das restrições de vestuário impostas pelos militares aos abrigados. Segundo entrevistados, no calor de Boa Vista, homens não poderiam andar sem camisa e mulheres não poderiam usar roupas curtas, situação que se assemelha muito a vida no interior de uma vila militar.

Os autores Vasconcelos e Machado (2021) ainda destacam que para os militares brasileiros não se trata de prover bem-estar aos migrantes e refugiados

[19] Escreveram um artigo elaborado com base em visitas realizadas aos abrigos em Boa Vista e Pacaraima, no período de setembro a outubro de 2018, bem como entrevistas com militares brasileiros, migrantes e refugiados venezuelanos, abrigados e representantes de organizações não governamentais, sobretudo religiosos.

venezuelanos e sim garantir a população local “segurança” e bem-estar, através da retirada desta população dos espaços públicos como praças, ruas, calçadas, canteiros de avenidas, terrenos baldios e prédios abandonados; e, alojando todos estes migrantes e refugiados em locais fechados com hora para entrar e sair. Os autores também citam o decreto presidencial que proporcionou aos militares o poder de polícia:

> O emprego da força era legitimado pelo decreto presidencial nº 9.483 de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO) que conferia poder de polícia às Forças Armadas. Publicado inicialmente em 29 de agosto de 2018, estava limitado à cidade fronteiriça de Pacaraima e fora motivado pela investida violenta de brasileiros contra um acampamento improvisado de venezuelanos/as à beira da estrada, queimando barracas, destruindo pertences dos/as imigrantes e forçando a travessia de retorno ao país de origem. O caso foi fartamente noticiado pela imprensa brasileira e internacional como sendo a resposta da população local a um crime supostamente cometido por venezuelanos/as (até o momento, sem comprovação). O decreto foi reeditado em 12 de setembro de 2018, por meio do decreto presidencial nº 9.501 ampliando o escopo de atuação dos militares para a proteção das instalações de acolhimento também na capital Boa Vista. Desta feita, a justificativa foram duas mortes ocorridas nas imediações de um abrigo. O roubo de uma lata de sardinha teria motivado a perseguição de um venezuelano por um grupo de brasileiros. Em luta corporal, o venezuelano esfaqueou um brasileiro (que faleceu) e, na sequência, foi espancado até a morte pelos demais. No final de outubro, foi publicado novo decreto (9.543 de 29/10/2018), renovando o prazo até o fim daquele ano (Vasconcelos; Machado, 2021, p. 7).

Como analisado pelos autores, ocorreram diversos episódios de agressões entre nativos e migrantes e refugiados venezuelanos, o que estendeu este poder de polícia das Forças Armadas por mais tempo e em diferentes espaços, como nos abrigos e nas ruas de Pacaraima e Boa Vista.

Os pesquisadores Vasconcelos e Machado (2021) ainda citam os chamados “delegados” e “colaboradores” no interior dos abrigos, entre os próprios abrigados. Entre as atribuições destes “delegados” e “colaboradores” estavam a de mediar relações entre os abrigados e os gestores destes abrigos, zelar pelo cumprimento das regras e organizar as tarefas diárias como limpeza e as filas de distribuição de alimentos. Esses “delegados” e “colaboradores” se sentiam empoderados pela condição de exercerem estas atribuições e decidiam desigualmente a distribuição de alimentos e tarefas diárias no interior dos abrigos. Houve diversas reclamações de migrantes e refugiados venezuelanos sobre o comportamento autoritário e parcial dessas pessoas. Ficou evidente, nas entrevistas realizadas pelos autores, que até

mesmo a permanência ou retirada de migrantes e refugiados venezuelanos dos abrigos dependeria da relação de subordinação e obediência para com estes “delegados” e “colaboradores”.

Os pesquisadores ainda notaram um certo silêncio sobre a existência de uma indústria das migrações que movimenta vultosos salários e cargos nestas missões humanitárias. Além disso, para os pesquisadores, tanto por parte das organizações internacionais quanto pelos militares, existia uma relação de tutela para com os migrantes e refugiados (como ocorre nos campos de refugiados), em nome de uma certa proteção, o que acabava por retirar a autonomia destes migrantes e refugiados venezuelanos.

Ainda, abordam o papel das organizações da sociedade civil local (ONGs, igrejas, sindicatos e outras associações) que realizavam o acolhimento e a recepção dos migrantes e refugiados venezuelanos, antes da chegada dos militares nos municípios pesquisados, já que a única assistência oferecida pelo governo do estado era um suporte logístico precário e ineficiente. Essas organizações eram majoritariamente entidades religiosas, que tinham como parceiros professores e alunos da Universidade Federal de Roraima, além das agências internacionais, que faziam este acolhimento aos migrantes e refugiados venezuelanos. Contudo:

> Em março de 2018, o início da Operação Acolhida foi marcado pela falta de interlocução com as ações preexistentes, de acordo com a Marielle de Roraima, representante da SCO [sociedade civil organizada]: ‘Quando o exército veio para cá, em março, não contaram com a gente para pensar junto e já começaram montando a estrutura e fazendo as coisas de cima para baixo (...) com a Operação Acolhida houve uma concentração das informações e desmobilização da rede de acolhimento da sociedade civil organizada’. Na busca por diálogo, em maio do mesmo ano, mediado pelo ACNUR, a SCO começou a participar quinzenalmente das reuniões da Operação. No entanto, estas organizações não encontraram espaço para debate e reflexão das ações no âmbito da operação (Vasconcelos e Machado, 2021, p. 9).

Conta, assim, que o governo federal após recorrer às Forças Armadas brasileiras, modificou a relação existente entre ACNUR e as agências internacionais com as organizações locais da sociedade civil, anteriormente central para a execução das ações nos abrigos por intermédio da colaboração de mão de obra voluntária. Com isso, essas organizações passaram a ter um papel menos relevante na interlocução e tomada de decisões na Operação. Até mesmo o acesso aos abrigos por parte das mesmas passou a ser burocratizado com a presença

monitorada dos militares, sendo que o contato com os abrigados passou a ser mediado pelos gestores dos abrigos. Ainda para esses pesquisadores, a sociedade civil local foi percebendo o fechamento de portas para a ajuda aos migrantes e refugiados venezuelanos e começaram a priorizar esta população mais vulnerável que viviam nas ruas de Pacaraima e Boa Vista – os migrantes e refugiados não tutelados pelos gestores dos abrigos.

Além disso, muitas dessas organizações indagavam quanto à transparência na aplicação dos recursos enviados pelo governo federal para os militares. Apesar das reuniões quinzenais, o destino orçamentário destes recursos não era bem definido e detalhado de maneira transparente. Para se ter uma ideia, o governo Temer realizou um repasse em 20 de novembro de 2018 de 75 milhões de reais ao Ministério da Defesa para garantir a assistência emergencial aos migrantes e refugiados venezuelanos e jamais foi discutido a destinação destes recursos com outras entidades. Estes recursos foram centralizados pelas Forças Armadas para execução e planejamento da Operação Acolhida (*Ibid*.).

Os pesquisadores ainda citam uma ativista de Direitos Humanos que critica a militarização da Operação Acolhida que retorna às formas anteriores de lidar com as questões migratórias, em nome da segurança e defesa da nação. A nova lei do migrante explicita que o migrante não pode e nem deve ser tratado como uma ameaça ao Estado[20]. Dito isso, por qual motivo foi acionado o Ministério da Defesa? A contribuição da ativista entrevistada pelos pesquisadores ainda deixa claro sua indagação a respeito do treinamento dos soldados para a defesa da pátria e não para lidar com questões humanitárias. Ela reafirma que os soldados são para defesa e ressaltou que seriam uma espécie de “soldado humanitário” (*Ibid*.).

Por fim, os pesquisadores afirmam que a interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos serviu para retirar a concentração de venezuelanos em Roraima e “dissolver” a presença desta população em todo o Brasil. A tensão, segundo eles, estava exclusivamente entre a vontade dos governos locais de se livrar desta população e a vontade voluntária destes migrantes e refugiados de se interiorizar. Embora muitos migrantes e refugiados venezuelanos optem por se interiorizar, muitos não o queriam pelo motivo de poder comercializar com a

[20] No dia 21 de novembro de 2017 o presidente Michel Temer publicou o Decreto nº 9.119 de 20 de novembro de 2017 que regulamenta a Lei nº 13.445, de 27 de maio de 2017, que institui a Lei da Migração.

Venezuela, produtos básicos e assim ter a capacidade de continuar a ajudar seus familiares venezuelanos. Portanto, o papel das Forças Armadas na coordenação dos abrigos em Roraima teria criado uma espécie de sistema híbrido de campo de refugiados, um meio termo entre a política migratória tradicional brasileira, a terceirização da assistência aos migrantes e refugiados venezuelanos e as políticas migratórias europeias – que geralmente são auxiliadas em campos de refugiados nas fronteiras europeias. Este campo de refugiados híbrido resulta em uma tentativa de higienização, quer seja pela interiorização dessas pessoas, quer pelo projeto de dissolução da diferença utilizando como recurso a extensão territorial e população brasileira. Em reportagem sobre o programa do governo venezuelano chamado “Volta à Pátria” com o intuito de receber migrantes e refugiados venezuelanos que estão em Roraima de volta ao seu país de origem, muitos alegaram no seu retorno a “asfixia” que sentiam ao viver nos abrigos administrados pelas Forças Armadas.

De acordo com Clímaco (2020), com a criação da Operação Acolhida foi estabelecida a Força-Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima, sendo a Operação a primeira missão de natureza humanitária executada em território nacional. A escolha do Exército Brasileiro teria sido justificada pela sua experiência de 15 dias da operação AmazonLog – um exercício militar multinacional de logística humanitária, realizado na cidade de Tabatinga (AM), na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, em novembro de 2017. O exercício militar contou com duas mil pessoas entre civis e militares de quase trinta países e tinha como objetivo simular um cenário de seca onde as pessoas fugiam para o Brasil.

De acordo com o autor, a Operação Acolhida se encaixou perfeitamente nas ambições do EB, pois oportunizou o aumento de sua influência no extremo norte da Amazônia e em regiões de fronteira com a Venezuela e Guiana. Através desta Operação, o EB teve a possibilidade de incorporar diretrizes contidas em seu Planejamento Estratégico como, por exemplo, fortalecer a imagem do EB como instituição do Estado, coesa e integrada à sociedade:

> A visão de futuro do Exército, contida no Plano Estratégico do Exército 2016-2019, diz respeito a instauração de uma nova doutrina que consiste na materialização da Força Terrestre 2022 (FT 22), integrada ao Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT). Não é também por acaso que durante a ditadura militar a "prioridade máxima” do regime era a integração da Amazônia brasileira como forma de eliminar a “desordem social” do território nacional e também como forma de incrementar a predominância do

> Brasil na América do Sul, esse foi o pensamento desenvolvido pela Escola Superior de Guerra (*Ibid*., p. 5).

Após analisar esta subseção em relação às criticas a participação das Forças Armadas na Operação Acolhida fica nítida a implementação de disciplinas militares no interior dos abrigos de Pacaraima e Boa Vista, tendo como exemplos formas de controle na utilização das vestimentas das mulheres e dos homens; nos horários para entrar e sair dos abrigos e para as refeições; nas câmeras de segurança ao redor e no interior dos abrigos; nas revistas desproporcionais aos migrantes e refugiados venezuelanos. A existência das figuras “colaboradores” e “delegados” foi outro aspecto que chamou atenção, pelas atribuições dadas a estas pessoas nos abrigos, com poder de influência entre militares e gestores dos mesmos. Inclusive, poder de determinar quais os migrantes e refugiados venezuelanos poderiam permanecer ou ser expulsos dos abrigos dependendo da subordinação ou obediência por parte desta população. Os recursos orçamentários enviados pelo governo federal para o Ministério da Defesa – que repassa os mesmos para os militares, gestores da Operação Acolhida – foi outro aspecto que suscitou desconfiança da sociedade civil local, pela não utilização detalhada e transparente dos mesmos. Também, foi registrado que a centralização das ações das Forças Armadas na Operação Acolhida praticamente excluiu atores da sociedade civil, pelo menos no que se refere às principais deliberações da Operação. As barracas/abrigos também dão ar de campo de refugiados das fronteiras europeias, o que não demonstra sentimento de acolhida e integração, além de não levar em consideração a alta temperatura no estado Roraima. Outrossim, no que diz respeito à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos, as críticas apontam que este processo é uma forma de dissolução de migrantes em todo território nacional, demonstrando uma transferência de responsabilidades entre o governo federal para os governos locais.

Embora, seja evidente a relevância da participação dos militares na gestão da Operação Acolhida, alguns pesquisadores demonstraram através de suas pesquisas de campo, uma certa relação de tutela entre militares e organizações internacionais para com os migrantes e refugiados venezuelanos. Alguns casos de agressões, inclusive com mortes, entre nativos, migrantes e refugiados venezuelanos também foi possível de encontrar nos resultados destas pesquisas, mesmo que em casos

específicos nada tenha sido comprovado em relação a supostos casos de roubos de migrantes e refugiados venezuelanos aos cidadãos roraimenses.

Observou-se que o total de militares envolvidos na Operação Acolhida, segundo dados desta pesquisa, foi de **384 militares** que se revezam **a cada 90 dias**. É oportuno mencionar que se desconhecem as qualificações militares em lidar com as questões migratórias e de direitos humanos, e muito menos se existe competência em relação ao tratamento humanitário que deve ser empregado no trato aos migrantes e refugiados venezuelanos. Fica claro nos dados compilados que um dos exercícios militares – chamado de AmazonLog e que durou 15 dias – foi o suficiente para o governo federal acionar as Forças Armadas e considerá-las aptas a coordenar a Força-Tarefa Logística Humanitária (Militarização da Operação Acolhida). O que chama atenção é a quase exclusão da sociedade civil local – que inicialmente estava disposta a acolher e integrar estes migrantes e refugiados venezuelanos – pela chegada dos militares, de forma acelerada e abrupta.

Vale ressaltar que em 2020 o governo federal já havia destinado 500 milhões de reais para a Operação Acolhida que foram utilizados pelos militares para garantir a execução dos três pilares desta Operação (ordenamento de fronteira; acolhimento; transporte para interiorização), mas segundo relatos dos pesquisadores, a destinação destes valores jamais foi discutida em conjunto com outras entidades de maneira democrática e participativa.

A militarização da governança política da Operação Acolhida suscita indagar sobre a securitização envolvida na infraestrutura migratória e humanitária improvisada, variando de imposição de disciplinas militares aos migrantes e refugiados venezuelanos nos interior dos abrigos; força desproporcional dos militares em inspeções nas entradas e saídas dos abrigos; higienização dos migrantes e refugiados venezuelanos nas ruas de Pacaraima e Boa Vista; transparência na destinação de recursos orçamentários da Operação Acolhida; e exclusão da sociedade civil local nas ações para o acolhimento e integração de migrantes e refugiados venezuelanos.

2.3 A dinâmica da descentralização

A fase 3 denominada estratégia de interiorização, que nesta pesquisa será

referida como descentralização da governança política da Operação Acolhida, serão apresentadas as diferentes etapas desta fase e sua significativa contribuição nesta Operação.

Inicialmente, a descentralização da governança política da Operação Acolhida (interiorização) é uma ação do governo federal para os migrantes e refugiados venezuelanos que residem em Roraima que visa, com segurança, mudar para outras regiões do Brasil em busca por melhores condições de vida. Vale mencionar que o processo de descentralização é estritamente voluntário e gratuito. Esta estratégia tem como prioridade atender migrantes e refugiados venezuelanos que estão em situação de vulnerabilidade nos municípios de Boa Vista e Pacaraima-RR, tanto em abrigos quanto fora deles (UNHCR, & IOM, 2023).

Dito isso, as principais modalidades de descentralização da governança política da Operação Acolhida são dividas em 4 tipos: descentralização institucional abrigo a abrigo, descentralização por Reunificação familiar, descentralização por Reunião Social e descentralização pelo trabalho.

A **descentralização Institucional abrigo a abrigo** é voltada para os migrantes e refugiados venezuelanos que estão no estado de Roraima e que precisam de abrigo na cidade para onde desejam residir fora do estado. Permite que os migrantes e refugiados venezuelanos possam ficar em outro abrigo até três meses, nesta nova cidade de destino. Vale mencionar que a prioridade é para os migrantes e refugiados que estão abrigados no abrigo Rondon 2, no município de Boa Vista-RR. Além disso, quando estiverem em qualquer um dos abrigos existentes em Roraima, os migrantes e refugiados venezuelanos devem informar a coordenação do abrigo sobre o desejo voluntário de participar da descentralização da Operação Acolhida. Após o registro, eles entram em uma lista de espera para a transferência para o abrigo Rondon 2, dependendo de vagas disponíveis. Em Roraima, os migrantes e refugiados que vivem em abrigos podem ser registrados, assim como os que vivem fora deles. Essas transferências dão prioridade para migrantes e refugiados venezuelanos levando em consideração o tempo de permanência no Brasil (data de entrada do protocolo de asilo ou residência temporária) (UNHCR, & IOM, 2023).

Em relação a **descentralização por Reunificação familiar** é estritamente para migrantes e refugiados venezuelanos que possuem familiares residindo fora do

estado de Roraima, devidamente comprovados, e têm condições financeiras e sociais para recebê-los em um novo município de destino. Essa modalidade apoia a reunificação de famílias que estão separadas devido às dinâmicas migratórias. Em Roraima, os migrantes e refugiados venezuelanos que vivem em abrigos podem ser registrados, assim como os que vivem fora deles. Para buscar essa modalidade, os migrantes e refugiados devem se registrar no PITRIG (Posto de Interiorização e Triagem) de Pacaraima ou em Boa Vista, no Centro de Referência da Universidade Federal de Roraima (*ibid.*).

Já a **descentralização por Reunião Social** é muito semelhante à reunificação familiar, com a única diferença de não ser necessário ter familiares no município de destino, mas sim um amigo ou alguém em quem os migrantes e refugiados venezuelanos possam confiar e estar disponível para recebê-los. Ou seja, estes migrantes e refugiados precisam ter o endereço da pessoa que irá recebê-los, e ao mesmo tempo a garantia de que estará em um local seguro e apropriado. Portanto, a pessoa que vai receber estes migrantes e refugiados deve apresentar comprovante de uma fonte de renda mensal, além de antecedentes criminais. Vale mencionar que, nesta modalidade as necessidades básicas devem ser fornecidas pela pessoa que esta disposta a receber estes migrantes e refugiados. Os migrantes e refugiados que vivem em Roraima podem ser registrados em abrigos, assim como os que vivem fora deles. Para participar dessa modalidade, esses migrantes e refugiados devem se registrar no PITRIG de Pacaraima ou Boa Vista ou no Centro de Referência da Universidade Federal de Roraima (UNHCR, & IOM, 2023).

Por último a **descentralização pelo trabalho**, também chamada de VES – Vaga de Emprego Sinalizada - visa interiorizar migrantes e refugiados venezuelanos que estão residindo no estado de Roraima e serão contratados por alguma empresa em outros estados. Funciona da seguinte maneira: as vagas de trabalho das empresas contratantes são gerenciadas e administradas pela “célula de internalização” (Governo Federal). Esta identifica as vagas, auxilia no processo de seleção dos trabalhadores e também no deslocamento para chegada no local de trabalho. Vale lembrar que a ACNUR pode fornecer suporte para os migrantes e refugiados venezuelanos em casos específicos de vulnerabilidade pelo primeiro mês na nova cidade de destino. Os migrantes e refugiados que vivem em abrigos podem

ser registrados, assim como aqueles que vivem fora deles. Para participar dessa modalidade, os migrantes e refugiados devem se registrar no PITRIG (Posto de Interiorização e Triagem) de Pacaraima ou Boa Vista. Uma vez confirmada à viagem, os migrantes e refugiados serão notificados sobre o processo e a data em que devem passar por um check-up (médico, verificação de documentação e atualização dos seus registros). Antes da viagem, eles também terão acesso a uma sessão chamada de “Informações sobre a cidade de destino” (UNHCR, & IOM, 2023).

A seguir a pesquisa apresenta o caminho percorrido pelos migrantes e refugiados venezuelanos até seu destino final, com base o texto (Interiorização [...], 2021). Este texto detalha de maneira específica à complexa e original infraestrutura humanitária utilizada pelo governo federal e pelas Forças Armadas, em conjunto com organizações internacionais, ONGs e a sociedade civil, no que se refere à descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos.

2.3.1 Caminhos da descentralização em Roraima

Primeiramente, os migrantes e refugiados venezuelanos que desejam ser interiorizados em Pacaraima-RR contam com cinco setores e instituições responsáveis por auxiliar essa comunidade na descentralização para outros municípios do Brasil. O primeiro é o Posto de Interiorização e Triagem – PITRIG (Pacaraima-RR), esse setor Identifica o interesse de migrantes e refugiados venezuelanos na interiorização, registro e encaminhamento para alojamento de trânsito BV8 (todas as modalidades); o segundo é o Alojamento de Trânsito BV8 que encaminha os migrantes e refugiados venezuelanos para o abrigo de Interiorização Rondon 2 que realiza procedimentos de pré-embarque (todas as modalidades); o terceiro é o Centro de Capacitação e Referência, no qual registra no Sistema Acolhedor a oferta de capacitação profissional para acelerar a integração de migrantes e refugiados venezuelanos; o quarto é a Comunidade Batista que é responsável pela identificação de perfis de migrantes e refugiados venezuelanos a serem recebidos nos centros de acolhida e integração nas cidades de destino, realização da preparação de listas de migrantes e refugiados beneficiários a serem interiorizados, registra no sistema acolhedor e no Sistema de Gestão de Casos do

ACNUR (proGres v4) e encaminha para o Abrigo Rondon 2; o quinto setor é o Fitness for Travel (FFT), que registra no Sistema de Gestão de Casos do ACNUR (proGres v4), coleta de dados, análise de proteção, encaminhamentos e provisão complementar de informação (todas as modalidades) (Interiorização [...], 2021).

Já os migrantes e refugiados venezuelanos quando na chegada, triagem e acolhimento temporário em Boa Vista-RR, contam com igualmente cinco setores e instituições para a descentralização dessa comunidade em outros municípios brasileiros. O primeiro é o PITRIG - Posto de Interiorização e Triagem responsável pela Identificação de perfis de migrantes e refugiados venezuelanos a serem recebidos nos centros de acolhida e integração nas cidades de destino, realiza a preparação das listas de migrantes e refugiados interessados na Interiorização, referenciamento para cadastro no sistema Acolhedor nos abrigos ou Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) e orientação para inclusão nos registros para realocação; o segundo é o CCI - Centro de Coordenação de Interiorização que articula junto com a equipe de planejamento logístico da estratégia de interiorização, realiza coordenação e previsão de voos mensais com base no quantitativo de vagas que cada modalidade atenderá, planejamentos de datas de FFTs, coordenação logística para transporte aéreo e terrestre (todas as modalidades); o terceiro são os Abrigos e Espaço Emergencial que auxilia na informação sobre Interiorização, identificação de interesse na interiorização e registro (todas as modalidades); Encaminha os interessados para o abrigo Rondon 2 (modalidade institucional); Oferta do Programa Empoderando Refugiadas e outros programas de capacitação e acesso ao trabalho (modalidades VES), realiza o mapeamento de perfis de migrantes e refugiados venezuelanos com interesse na modalidade institucional para posterior realocação; o quarto é o Abrigo Rondon 2 (Abrigo de Interiorização) que é responsável pelas seguintes demandas: orientação e análise de proteção a beneficiários oriundos do BV8 (todas as modalidades), identificação dos perfis de migrantes e refugiados venezuelanos a serem abrigados nos centros de acolhida e integração nas cidades de destino, realização e preparação de listas para interiorização, sessões de orientação, análise de proteção, coleta de dados para Fitness for Travel (FFT) (modalidade institucional); e o quinto é o Fitness for Travel (FFT) que registra no Sistema de Gestão de Casos do ACNUR (proGresV4), coleta de dados, análise de proteção, encaminhamentos e provisão complementar de

informação (todas as modalidades). Depois de todos esses setores e instituições responsáveis por auxiliar esses migrantes e refugiados chega o momento da viagem para outros municípios do Brasil. Com isso eles recebem orientações de procedimentos de pré-embarque de informações das cidades de destino (modalidade institucional) *(Ibid.)*.

Após optarem pela descentralização, os migrantes e refugiados venezuelanos estando em trânsito contam com os seguintes apoios: ATM - Alojamento de Trânsito de Manaus que realiza o acolhimento, informação sobre destino final, análise de proteção, monitoramento de saúde, atividades educativas para crianças e encaminha para os serviços essenciais (modalidades VES, reunificação familiar e reunião social); e as Casas de Passagem que ficam responsáveis por acolher famílias em trânsito que aguardam a emissão de passagens para seus destinos finais ou para as cidades do interior (todas as modalidades).

Por fim, quando os migrantes e refugiados venezuelanos chegam em seus respectivos destinos finais eles contam ainda com três equipamentos para auxiliar essa comunidade na descentralização. São eles: Centros de Acolhida e Integração que acolhe esses migrantes por até três meses. Eles encaminham migrantes e refugiados venezuelanos para serviços públicos (educação, saúde, assistência), realizam análise de proteção, avaliam capacidades e experiência profissional, oferecem suporte na elaboração de currículos, identificam oportunidades de trabalho, intermediam com empregadores e estabelecem contato com comunidades locais de apoio. Além disso, proporcionam apoio social por meio de acolhimento temporário durante o período inicial de adaptação ao novo emprego e à nova cidade (modalidade VES); Serviços de Referência: Responsáveis por assistência jurídica, apoio na documentação, encaminhamento aos serviços públicos (saúde, educação, assistência, abrigamento público), concessão de auxílio financeiro (CBI) para perfis mais vulneráveis, atendimento em saúde mental, oferta e/ou encaminhamento a cursos de português, capacitação profissional, intercultural e educação financeira, apoio na busca e intermediação a vagas de trabalho, e suporte ao empreendedorismo (todas as modalidades); e também os Serviços e Apoios Complementares: Objetivam fornecer suportes especializados nas áreas como educação, revalidação de diplomas, cursos de idiomas, serviços complementares de saúde e apoio à geração de emprego e renda.

Por fim, será apresentada uma ilustração que demonstra a complexidade e a rede de apoio nesta última etapa da governança política da Operação Acolhida, a descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos. Este mapa evidencia o papel crucial da ACNUR no apoio às ONGs, organizações internacionais e à sociedade civil, que buscam acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos em seus novos destinos. A seguir, a ilustração extraída do texto ”Interiorização e integração no destino”.

Figura 10 - Mapa de Apoio da ACNUR no Brasil

Fonte: Extraída do texto (Interiorização [...], 2021).

2.3.2 Números de migrantes e refugiados venezuelanos descentralizados (interiorizados) atualmente.

Os dados sobre a movimentação migratória de migrantes e refugiados venezuelanos através da descentralização (estratégia de interiorização) provavelmente são maiores e imprecisos. Isso ocorre porque muitos migrantes e refugiados venezuelanos não procuram os órgãos competentes para regularizar sua situação documental em solo brasileiro. Outros migrantes e refugiados venezuelanos já partiram para outros países ou retornaram para à Venezuela sem informar sua saída às autoridades brasileiras competentes.

Portanto, esses números não refletem completamente a realidade migratória dessa população. As informações disponíveis sobre esses números são obtidas de órgãos oficiais que lidam com questões migratórias e de refugiados. Segue abaixo alguns números oficiais sobre a estimativa do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil.

De acordo com o Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em situação de vulnerabilidade, entre abril de 2018 e novembro de 2022 foram **descentralizados (interiorizados) 86.645 migrantes e refugiados venezuelanos**. Destes números, **15.775 migrantes e refugiados venezuelanos** foram descentralizados (interiorizados) para o **Estado do Paraná**, **17.708 foram descentralizados (interiorizados) para o estado de Santa Catarina** e **13.680 foram descentralizados (interiorizados) para o estado do Rio Grande do Sul**. Esses números representam os estados que mais descentralizaram (interiorizaram) migrantes e refugiados venezuelanos até o último relatório disponibilizado pelo governo federal (Subcomitê [...], 2022). Além disso, o perfil destes migrantes e refugiados venezuelanos que são descentralizados (interiorizados) é o seguinte: **33% do gênero masculino**; **29% do gênero feminino**; **89% são de pessoas viajando com grupos familiares** e **11% pessoas viajando sozinhas** (*Ibid*.).

No próximo capítulo será apresentado o processo de coleta de dados da pesquisa, analisando as principais ações realizadas por representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos, ONGs e prefeituras dos três municípios da Região Sul do Brasil que mais receberam essa população.

CAPÍTULO 3 – A descentralização induzida de migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR: descrição e análise do trabalho de campo e seus resultados

Neste capítulo, o objetivo é apresentar o processo de coleta de dados junto aos sujeitos da pesquisa. A análise foca nas principais ações desenvolvidas por representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos, por ONGs e pelas prefeituras dos três municípios da Região Sul do Brasil (Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR) que mais receberam essa população. Além disso, avalia-se se essas ações contribuíram para garantir a acolhida e a integração dos migrantes e refugiados venezuelanos nos municípios analisados. Inicialmente, considerou-se realizar visitas *in-loco* para obter informações complementares e mais detalhadas em relação à realidade dos migrantes e refugiados venezuelanos nos três municípios selecionados. Contudo, durante as primeiras entrevistas realizadas remotamente e após conversas com alguns informantes, optou-se por coletar os dados de forma virtual e digital. Isso se deu pela ampla gama de plataformas de comunicação à distância, que durante e após a pandemia, tornaram-se comuns e facilitaram a interação entre pesquisador e entrevistados.

Muitos dos entrevistados, inclusive, mencionaram as dificuldades associadas às visitas presenciais, devido à burocratização imposta pelas diferentes instituições responsáveis pelos migrantes e refugiados, dificultando o acesso aos sujeitos da pesquisa. Como será demonstrado nas próximas seções, principalmente os representantes das prefeituras e algumas ONGs que possuem uma tutela notável sobre os migrantes e refugiados venezuelanos nos municípios analisados.

Essas entrevistas evoluíram para conversas que lançam luz sobre a situação dos venezuelanos em nosso país, especialmente nas cidades em estudo. Inicialmente, buscou-se o contato dos representantes por meio de sites oficiais, emails, telefones e redes sociais. Após esse primeiro contato, enviou-se emails formais para apresentar brevemente a pesquisa de tese, seus objetivos, metodologias e resultados esperados. Em seguida, estabeleceu-se o contato institucional por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e iniciaram-se as tratativas para a primeira reunião com os representantes das ONGs e dos migrantes e refugiados venezuelanos das três cidades analisadas, e um representante da prefeitura de Chapecó-SC. Essa primeira reunião foi uma entrevista aberta para

compartilhar informações e experiências relevantes para a pesquisa. Posteriormente, foi agendada outra reunião com representantes das ONGs de Porto Alegre-RS e Chapecó-SC e dos representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos de Porto Alegre-RS e Chapecó-SC, e nenhum representante das prefeituras analisadas ou das ONGs e representantes dos migrantes de Curitiba-PR. O objetivo dessa etapa foi realizar perguntas mais direcionadas por meio de uma entrevista semiestruturada. Ou seja, a entrevista como técnica de pesquisa foi utilizada em dois momentos – o segundo momento serviu para que os entrevistados pudessem complementar as informações sobre as condições de migrantes e refugiados venezuelanos nos municípios analisados. Nesse contexto, nos três municípios analisados, todos os representantes que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, como demonstrado anteriormente, responderam às perguntas listadas no Apêndice E a M por meio de reuniões remotas, com o objetivo de complementar as informações. Antes de cada reunião, o roteiro da entrevista foi enviado para o aplicativo de mensagens instantâneas, permitindo que os representantes já tivessem previamente contato com as perguntas que seriam analisadas durante o encontro remoto. Essa metodologia foi utilizada para os três municípios analisados pela tese. Nas próximas seções, serão abordadas as principais dificuldades metodológicas enfrentadas pelo pesquisador e entrevistados na busca por coletar o maior número possível de informações para a pesquisa.

Primeiramente, será analisada a filiação político-partidária e ideológica dos prefeitos. As seções e subseções serão divididas em: considerações iniciais dos entrevistados; o protagonismo das ONGs e dos representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos; ações de acolhimento e integração (não) realizadas pelas prefeituras municipais; desafios na inserção socioeconômica de migrantes e refugiados venezuelanos nos locais de destino; a atuação das Forças Armadas na governança política da Operação Acolhida e na descentralização da comunidade venezuelana; a descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos; e, considerações finais dos entrevistados.

Por fim, vale destacar que todos os entrevistados terão nomes fictícios[21] para

[21] **ONGs** - **Fabrício** (entrevistado da **ONG** que trabalha com migrantes e refugiados venezuelanos em **Porto Alegre-RS**); **Luana** (entrevistada da **ONG** que trabalha com migrantes e refugiados venezuelanos em **Chapecó-SC**); **Aline** (entrevistada da **ONG** que trabalha com migrantes e refugiados venezuelanos em **Curitiba-PR**); **representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos** – **Carlos** (entrevistado **representante dos migrantes e refugiados venezuelanos**

preservar suas identidades e garantir a confiabilidade dos dados nesta pesquisa. Ao total, foram realizadas 7 entrevistas abertas e 4 entrevistas semiestruturadas.

A princípio a pesquisa trará o prefeito do município de Porto Alegre-RS Sebastião Melo, do MDB, que venceu as eleições de 2020 no segundo turno com 54,63%, superando sua adversária política Manuela D'Ávila, do PCdoB, que obteve 45,37% dos votos (Porto Alegre, RS, 2020). Nas eleições presidenciais de 2022, o mesmo apoiou abertamente o candidato à reeleição Jair Bolsonaro, do PL. Segundo Mello (2022), o prefeito da capital gaúcha, Sebastião Melo, do MDB, declarou, no dia 6 de outubro de 2022, seu voto no presidente Jair Bolsonaro, do PL, no segundo turno das eleições presidenciais, em oposição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Vale lembrar que, no primeiro turno, o prefeito de Porto Alegre, RS, procurou limitar na Justiça a concessão de passe livre no transporte público na capital gaúcha no dia da eleição. Essa prática, que era adotada desde 1995 em Porto Alegre, havia sido cancelada no final de 2021 por meio de um projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores.

O apoio de Sebastião Melo, do MDB, não levou em consideração a fala polêmica sobre os migrantes venezuelanos, proferida pelo então presidente Jair Bolsonaro, do PL. Em entrevista a um podcast transmitido pelo YouTube, no dia 14 de outubro de 2022, Bolsonaro afirmou que havia se reunido em uma região do Distrito Federal com meninas de 14 e 15 anos, de nacionalidade venezuelana, que estavam "arrumadas para ganhar a vida". Ele também disse que o motivo que o fez parar para conversar com as crianças foi porque "pintou um clima" (Estanislau, 2022; Conectas, 2022). Isso suscita uma reflexão sobre o fato de a capital gaúcha ser o município que mais recebeu migrantes venezuelanos nos últimos anos no Rio Grande do Sul, sendo seu prefeito apoiador do presidente Jair Bolsonaro.

Já é extensa a bibliografia da ciência política nacional que analisou as ações do ex-presidente Jair Bolsonaro, PL. O livro intitulado "Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política", organizado por Leonardo Avritzer, Fábio Kerche e Marjorie Marona, apresenta contribuições originais de vários

---

em **Porto Alegre-RS**); **Sabrina** (entrevistada **representante dos migrantes e refugiados venezuelanos** de **Chapecó-SC**); **Lucas** (entrevistado **representante dos migrantes e refugiados venezuelanos** em **Curitiba-PR**); **representantes das Prefeituras** – **Emerson** (entrevistado representante da **Prefeitura de Porto Alegre-RS** que trabalha com migrantes e refugiados Venezuelanos); **Claudia** (entrevistada representante da **Prefeitura de Chapecó-SC** que trabalha com migrantes e refugiados venezuelanos); **Caroline** (entrevistada representante da **Prefeitura de Curitiba-PR** que trabalha com migrantes e refugiados venezuelanos).

pesquisadores sobre diferentes perspectivas sobre a atuação do governo Bolsonaro. Inicialmente Santos e Barbosa (2021) destacam que o resultado eleitoral de 2018 comprometeu os fundamentos da democracia brasileira. Eles ressaltam que o crescimento da extrema direita, caracterizada por sua militarização e fundamentalismo, trouxe à Presidência da República um candidato que defende abertamente princípios contrários aos preceitos estabelecidos na Constituição de 1988. Já Ribeiro e Oliveira (2021) observam que, para priorizar os chamados "cidadãos de bem", foi necessária a desumanização daqueles considerados indesejáveis. Isso resultou em questionamentos sobre os próprios direitos humanos, que passaram a ser vistos como benefícios. De acordo com um relatório da Anistia Internacional (*Ibid.*), a retórica antidireitos humanos utilizada pelo presidente Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018 foi implementada por meio de medidas legislativas e administrativas nos níveis federal e estadual. O relatório aponta a letalidade policial, as ameaças aos defensores dos direitos humanos, o cerceamento da sociedade civil e os conflitos na Amazônia como questões particularmente sensíveis no contexto brasileiro. Além disso, a organização das Nações Unidas também foi alvo de ataques por parte do presidente Bolsonaro, que descreveu seu conselho de direitos humanos como um local de reuniões de comunistas, desconsiderando sua utilidade.

Outro autor que destaca as ações do ex-presidente Jair Bolsonaro é Nobre (2020). A interpretação do autor sobre o governo Bolsonaro considera-o um exemplo extremo de populismo autoritário, presente em várias nações ao redor do mundo. Segundo Nobre (2020), Bolsonaro não apenas atacou instituições democráticas, como o Judiciário e a mídia, mas também teve um projeto claro de desmantelamento dessas instituições. Embora tenha atacado essas instituições, Bolsonaro dependia delas, pelo menos inicialmente, para, caso vencesse as eleições e obtivesse um segundo mandato, destruí-las completamente. Nobre sugere que, no contexto da "desdemocratização", o Brasil se aproximou mais dos casos graves de países como Hungria, Turquia e Filipinas, em vez dos cenários menos autoritários dos Estados Unidos e do Reino Unido na época, governados por Donald Trump e Boris Johnson, respectivamente. O autoritarismo estimulado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) forneceu o contexto para a compreensão das preferências político-partidárias e ideológicas relacionadas a posturas conservadoras e antidireitos humanos dos

prefeitos que estavam à frente das prefeituras analisadas, conforme será explicitado ao longo deste capítulo.

A filiação político-partidária do prefeito de Chapecó-SC, João Rodrigues do (PSD), serão apresentadas em mais detalhes, abrangendo sua carreira política e seus diversos envolvimentos em polêmicas em diferentes áreas. O prefeito foi eleito com 46,66% dos votos e já ocupou o cargo em outras duas oportunidades, além de ter sido Deputado estadual e federal do Estado de Santa Catarina (João Rodrigues, 2020). Há vários relatos de descaso e até mesmo humilhações em relação aos migrantes e refugiados venezuelanos durante seu mandato. Além disso, ele está diretamente envolvido em supostos crimes eleitorais na campanha à Presidente da República de 2022, favorecendo o então candidato Jair Bolsonaro. Outras polêmicas envolvendo o prefeito de Chapecó-SC dizem respeito às suas falas em relação à educação infantil em seu município e suas ações negacionistas durante a pandemia da Covid–19 em 2021, no seu primeiro ano de mandato. Inclusive, como será mostrado na análise de dados, um representante da prefeitura se afastou do cargo por não concordar com as ações ou inações para acolher e integrar migrantes e refugiados venezuelanos.

Neste momento, serão apresentadas notícias de sites e vídeos que comprovam essas diversas polêmicas envolvendo o prefeito de Chapecó-SC. Essas informações servem exclusivamente para ilustrar o pensamento e as ações do atual prefeito e sua possível intervenção negativa em relação às ações para acolher e integrar esses migrantes e refugiados venezuelanos no município.

A primeira notícia afirma que o prefeito João Rodrigues (PSD) instigou empresários a pressionar seus empregados a votar no então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro nas eleições presidências de 2022. Assim, o Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina recomendou que o Prefeito do Município de Chapecó–SC, João Rodrigues (PSD), se abstivesse de solicitar aos empresários que pressionassem seus empregados a votar em qualquer candidato a presidente da República (Prefeito [...], 2022). Segundo a notícia, a recomendação cita um vídeo no qual o prefeito insta líderes empresariais da cidade a orientarem colaboradores a votar em Jair Bolsonaro. Segundo transcrição do vídeo, o prefeito afirma: "Reúnam os seus colaboradores e orientem eles. O Brasil não pode virar uma Venezuela. E só não vai virar se Bolsonaro continuar presidente do Brasil”

(*Ibid.*, 2022).

Em relação à educação infantil, o prefeito de Chapecó-SC, em uma entrevista de rádio no ano de 2023, proferiu a seguinte frase: “Em uma creche, você não precisa ter um professor pós-graduado. Nem tem que ter. O pós-graduado precisa estar em sala de aula. Na creche tem que ter um cuidador. Pra uma criança de dois anos, não precisa nem de professor com magistério” (Professores [...], 2023).

Quanto às ações para conter os avanços da Covid–19 no município, o Ministério Público Federal abriu um inquérito em 2021 para apurar se as atuações do prefeito municipal de Chapecó-SC favoreceram a transmissão da Covid-19 e contribuíram para o colapso no sistema de saúde do município (Prefeito [...], 2021). Segundo o site, o prefeito foi elogiado pelo então presidente Jair Bolsonaro após defender o “tratamento precoce” contra a Covid-19 e adotar o chamado “*lockdown* reverso”, ou seja, com o atendimento dos contaminados em casa, mas sem fechar totalmente o comércio e serviços, até mesmo nos piores momentos da pandemia (*Ibid.*, 2021).

Outra faceta do atual prefeito de Chapecó-SC se refere à humilhação dos migrantes e refugiados venezuelanos, conforme o entrevistado que desistiu do cargo da prefeitura de Chapecó-SC, responsável por questões migratórias. Segundo um vídeo extraído da página oficial do Youtube do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (Venezuelanos [...], 2021), o prefeito municipal de Chapecó-SC, João Rodrigues (PSD), utilizou um discurso xenófobo, preconceituoso, desinformativo e carregado de *fake news*. No vídeo é possível compreender a ameaça aos migrantes e refugiados venezuelanos, chegando a permitir de forma descarada de que se sujeitem a toda e qualquer exploração do trabalho por parte dos empresários. O prefeito afirma que devem aceitar tudo o que os patrões mandarem, fazendo inclusive analogias ao governo de Maduro e ao governo Lula. Ele destaca que “na Venezuela vocês não querem o Maduro, mas aqui vocês querem o Lula”. O prefeito ainda enfatiza que “avisem seus amigos venezuelanos para não vir para Chapecó; os que estão aqui nós vamos ajudar, os outros vamos fechar a porta”. Outro trecho reforça que “em 30 dias a gente encerra este espaço de acolhida e todo mundo vai ter emprego. Quem perder o emprego ganha uma passagem para ir embora. Perdeu emprego, pega passagem e volta para a Venezuela. O emprego que tem, não perca. Chegue antes, saia por último, respeite a empresa, respeite o patrão”. O prefeito

finaliza afirmando que “pense bem, brasileiros, se tá ruim como está o emprego e se tá ruim como está sem teto. Imagine amanhã você não tem direito a nada disso. Pensem nisso! Socialismo e comunismo é a mesma coisa!” (*Ibid.*, 2021).

Neste momento a pesquisa abordará o prefeito de Curitiba-PR, Rafael Valdomiro Greca de Macedo, do DEM. Ele está no cargo desde 2017 até o momento, ou seja, em seu segundo mandato (Relação [...], 2023). Nas eleições de 2020, foi reeleito no primeiro turno com 59,74% dos votos (Eleições [...], 2020). Assim como os prefeitos anteriormente citados, o prefeito da capital paranaense também possuía simpatia político-ideológico pelo então candidato à reeleição Jair Bolsonaro, do PL. Inclusive, segundo Mobile (2019) e Marques (2019), o prefeito de Curitiba, Rafael Greca, do DEM, tentou vetar a exibição da peça “A Mulher Monstro”, da S.E.M. Cia. de Teatro, que ocorreu no Memorial ao longo do Festival de Curitiba e critica o presidente Jair Bolsonaro. Segundo (*Ibid.,* 2019), por meio de decreto, o prefeito Rafael Greca alegou que o espaço seria usado pela Prefeitura nos mesmos dias do espetáculo.

Conforme Marques (2019), o monólogo “A Mulher Monstro”, da S.E.M. Cia. de Teatro, participou da 28ª edição do Festival de Teatro de Curitiba, que ocorreu de 26 de março a 7 de abril de 2019, na cidade de Curitiba-PR. Segundo a organização do evento, a prefeitura inviabilizou a apresentação de algumas peças no Memorial de Curitiba nos momentos finais, devido a conflitos de agenda. O Memorial era um dos espaços públicos que seriam utilizados para a mostra, e entre as peças estava “A Mulher Monstro”. Sendo assim, a S.E.M. Cia. de Teatro teve que se apresentar nas Ruínas São Francisco, da Praça João Cândido, e foi assistida por mais de dez mil pessoas, obtendo, então, o maior público de todo o Festival.

Como analisado, as simpatias político-partidárias e ideológicas dos três prefeitos dos municípios de Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR se alinham ao ex-presidente Jair Bolsonaro, do PL. Este, que sempre criticou a Venezuela e se mostrou aliado do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, do Republicano. Conforme demonstrado pela Embaixada (2019), essas alianças se estenderam a diferentes áreas e temas bilaterais e globais. É oportuno mencionar que Donald Trump afirmou e realizou diversas ações contra as migrações em seu país, como o muro de contenção entre México e Estados Unidos, além da proibição de migrações, justificando-se pela proteção dos empregos dos cidadãos americanos

(BBC News Brasil, 2020, 2021).

Posteriormente, a pesquisa se concentrará na coleta de dados e nos principais obstáculos enfrentados ao longo deste processo metodológico enfrentado pelo pesquisador.

3.1 Considerações iniciais dos entrevistados

Primeiramente, vale destacar que, em relação às entrevistas abertas e semiestruturadas, que os representantes das três prefeituras analisadas não se dispuseram a responder às questões propostas. Também, a ONG e o representante dos migrantes venezuelanos em Curitiba-PR não se comprometeram em responder à entrevista semiestruturada da tese. Em relação à ONG que trabalha com os migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR, não obtive êxito. Tentei diversas vezes contato com o mesmo representante e quando me respondeu foi me informado que na entrevista aberta já havia respondido a todas as questões da entrevista. Após mais contatos com o mesmo, ele me comunicou que não representava mais esta ONG, repassando-me o contato de outra pessoa. Entrei em contato com o novo representante e o mesmo ficou de me auxiliar naquela etapa da pesquisa, porém não me foram retornadas as respostas.

O representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR igualmente não respondeu às perguntas da entrevista semiestruturada, alegando que estava sem tempo, com muitas reuniões e que na entrevista aberta já havia respondido todas as indagações. Depois, repassou minha demanda para outro secretário da instituição e o mesmo me contatou, ficando de me enviar as respostas da entrevista semiestruturada, o que não ocorreu.

Dito isso, quando questionado sobre o primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS, Fabrício, respondeu:

> Nossa instituição existe desde 1980 e tem realizado trabalhos humanitários até hoje em todo o mundo. Nosso escritório foi inicialmente criado para trabalhar com refugiados e posteriormente com migrantes. Iniciamos nossas atividades em Porto Alegre em 2004, concentrando nossos esforços em trabalhos humanitários. Começamos aqui para depois expandir nossas operações para outras regiões do Brasil. O primeiro contato com migrantes venezuelanos ocorreu a partir de 2020, mesmo durante o período pandêmico, quando o fluxo migratório aumentou significativamente.

Em relação ao financiamento que auxilia a organização e ao número de

pessoas que trabalham na ONG, o mesmo informante discorreu:

> Nosso escritório em Porto Alegre atende à região Sul do Brasil, incluindo Florianópolis e Porto Alegre. Deslocamos um escritório para São Leopoldo e, eventualmente, quando encerrarmos algumas demandas urgentes em Porto Alegre, permaneceremos apenas em São Leopoldo. Possuímos apoio de apoiadores privados, como a PADF (Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento) e a ACNUR. Não recebemos financiamento público. Em São Leopoldo, estamos firmando mais parcerias públicas, embora sem aporte financeiro. Não temos receita proveniente de órgãos públicos em nosso escritório do Sul. Atualmente, em nosso escritório em Porto Alegre, trabalham aproximadamente 12 pessoas.

Em relação à existência de instituições parceiras, o representante mencionou que além do ACNUR e PADF, Porto Alegre-RS também possui o Comitê Municipal de Atenção aos Refugiados de Porto Alegre (COMIRAT) como parceiro. No que diz respeito à estimativa do número de migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS, afirmou que:

> Não possuímos essa informação. Nas reuniões em que participamos, frequentemente perguntam sobre esses dados quantitativos de migrantes nos municípios. É impossível saber esses números, pois esses fluxos migratórios são extremamente voláteis. Nem a Polícia Federal tem certeza desse quantitativo, pois muitos migrantes entram e saem de Porto Alegre sem registrar na PF. Como eles fazem atualização cadastral anualmente, muitos saem dos municípios que fizeram a interiorização e só atualizam os endereços quando exigem a atualização documental.

Já o entrevistado representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Porto Alegre-RS, Carlos, destacou:

> Estou há 4 anos em Porto Alegre. Na Venezuela, eu trabalhava como advogado e sociólogo. Já em Porto Alegre, trabalho em qualquer atividade que me aparece. Nós migrantes precisamos trabalhar para sobreviver, mas está ruim aqui. Não há muitas oportunidades de emprego e renda, e não podemos fazer nada em relação às nossas formações acadêmicas, no quesito validação de diploma.

Em relação à Luana, quando questionada sobre o primeiro contato com esta população em Chapecó-SC, respondeu:

> Nossa ONG no Brasil surgiu em 2007 e é originada de uma fundação internacional de origem italiana, mas só começou a lidar com a questão de migração e refúgio em 2018, com a Operação Acolhida, tendo seu início em Roraima. Em Chapecó, a atuação teve início em 2021 com a abertura de um escritório em Santa Catarina, coordenado por mim e mais dois

> articuladores locais, sendo um em Joinville-SC e outro em Chapecó. No que diz respeito à interiorização, realizamos esse processo nos anos de 2019 e 2020.

A respeito do financiamento que auxilia a organização e ao quantitativo de pessoas que trabalham na ONG, Luana, declarou:

> Nossa ONG no Brasil não recebe verba pública. No projeto 'Acolhidos pelo Trabalho', ela recebe fundos do Escritório de População e Migração dos EUA, que basicamente financia a maioria dos projetos do terceiro setor envolvendo a migração venezuelana. Contamos com mais de 660 colaboradores de 11 estados do Brasil, além do Distrito Federal. Esses colaboradores atuam em 64 projetos no país. No projeto 'Acolhidos pelo Trabalho' no estado de Santa Catarina, temos 3 colaboradores em tempo integral e alguns consultores contratados temporariamente. Outros 5 colaboradores trabalham em Brasília, 10 em Salvador e 10 em Boa Vista. Vale destacar que o projeto 'Acolhidos pelo Trabalho' é apenas um dos projetos da organização.

Quando perguntado sobre a existência de instituições parceiras, Luana mencionou que, no município de Chapecó-SC, a ONG atua principalmente na interiorização, acolhida, inserção laboral, integração e capacitação laboral de pessoas migrantes. Muitas ações são realizadas em parceria com instituições de educação para oferecer capacitações laborais e de ensino, como cursos de português, finanças, feira de mulheres empreendedoras, cine debate com a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) e revalidação do diploma de ensino superior para migrantes, com apoio da UFFS. A ONG também trabalha em conjunto com o IFSC (O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina) em um curso de informática básica para migrantes. Outras instituições parceiras incluem Visão Mundial, SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Cruz Vermelha, Associação dos Migrantes Venezuelanos de Chapecó-SC, SESI (Serviço Social da Indústria) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), em cursos de manipulação de alimentos.

No que diz respeito à estimativa do número de migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC, Luana afirmou que cerca de 37.000 migrantes vivem na região, número fornecido pela Polícia Federal e que abrange diversos municípios próximos, além de incluir diversas nacionalidades de migrantes.

Ao ser perguntado sobre a assistência de outras entidades ou instituições, outro entrevistado que prestou sua contribuição foi Sabrina (Representante dos Migrantes e Refugiados Venezuelanos de Chapecó-SC, e a mesma informou que

não contam com ajuda de ninguém, além de não terem muitas pessoas envolvidas em sua instituição. Ademais, muitos migrantes precisam trabalhar para sobreviver, deixando de lado a participação na instituição que representa seus interesses no município. Sabrina ainda acrescentou que atualmente vivem em Chapecó cerca de 3.000 venezuelanos, a maioria organizada em famílias.

3.2 O protagonismo das ONGs e dos representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos

A primeira participação é do entrevistado Fabrício. Ele afirmou que, em relação às ações que sua ONG executa para acolher e integrar os venezuelanos em Porto Alegre-RS, destacam-se:

> Realizamos a integração e ação socioeconômica. Auxiliamos também na parte jurídica e na regularização documental. Contamos com um assistente social que auxilia esses migrantes nas buscas por seus direitos frente à prefeitura. Buscamos também a integração dos migrantes com a sociedade. Ajudamos a encontrar e utilizar o CRAS, posto de saúde, hospital, UPA, já que eles têm dificuldades em acessar esses serviços. Fornecemos também kits de higiene e cestas básicas para os migrantes mais vulneráveis.

Além disso, Fabrício informou que os migrantes têm um senso de empreendedorismo forçado, visto que não possuem empregos formais e acabam vendendo doces, salgados e roupas nas ruas de Porto Alegre. Com isso, a referida ONG buscou parcerias com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e também com cursos de capacitação do município para qualificar esses migrantes. Ressaltou-se também que muitos empresários possuem restrições em contratar migrantes e refugiados venezuelanos, pois acreditam que, por não terem documentação permanente (alguns como residentes temporários), podem ser deportados a qualquer momento. Segundo Fabrício, sua ONG busca esclarecer para esses empresários que é seguro contratar venezuelanos nessas condições, pois eles possuem os mesmos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros. Quando os venezuelanos são contratados, esta ONG fiscaliza as atividades laborais deles e também está sempre em contato direto com as empresas na busca por evitar a exploração laboral.

Ainda em relação às ações realizadas pela ONG para auxiliar na acolhida e

integração de migrantes e refugiados venezuelanos na cidade de Porto Alegre, Fabrício discorreu:

> Trabalhamos com três grandes eixos:
>
> 1 - Proteção documental e regularização migratória: Fornecemos assistência jurídica para ajudar os migrantes venezuelanos a entregar a documentação básica necessária para regularizar sua situação no município. Neste eixo, também buscamos validar cursos superiores.
> 2 - Integração socioeconômica: Oferecemos cursos de língua portuguesa para migrantes venezuelanos, em parceria com a Unisinos. Auxiliamos na elaboração de currículos e acompanhamos os migrantes em entrevistas de emprego. Realizamos workshops para incentivar a contratação de migrantes venezuelanos por empresas, e muitas empresas nos procuram com vagas específicas para eles.
> 3 - Assistência psicossocial: Encaminhamos os migrantes para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e oferecemos atendimento psicológico inicial para aqueles que chegam ao município com problemas de saúde mental, além de realizar os encaminhamentos necessários para as secretarias e órgãos municipais responsáveis.

De sua parte, Carlos (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre), informou que:

> Tentamos auxiliar os migrantes venezuelanos na busca por moradia na cidade de Porto Alegre, através da moradia em forma de cooperativa. Muita burocracia para criação de uma cooperativa e nenhum apoio da prefeitura municipal. Além disso, buscamos sacolas de comida para entregar para os migrantes, já que o CRAS da cidade atualmente não fornece tanta comida como antes. Também auxiliamos na documentação para regulamentação dos migrantes e focamos na moradia destes migrantes.

O entrevistado também informou que faz parte do Conselho Municipal de Habitação, garantindo, assim para ele, moradia e salário digno. Segundo ele, essa situação é muito rara entre os migrantes e refugiados. Conforme o entrevistado, existem mais de 40 mil migrantes e refugiados venezuelanos que necessitam de moradia, e por isso o foco de sua instituição é buscar habitações para essa comunidade. O entrevistado destacou que muitos migrantes venezuelanos não conseguem arcar com o pagamento de um aluguel, já que recebem no máximo 1.300 reais por mês, e o aluguel na capital gira em torno de 900 reais mensais. Por isso, muitos vivem nas ruas da cidade ou alugam moradias com dez ou mais venezuelanos vivendo sob a mesma habitação. Para este entrevistado, o foco deve ser a implantação prática de uma cooperativa de moradia para garantir, pelo menos, o auxílio aos migrantes no pagamento dos aluguéis. Esta cooperativa de moradia,

não só teriam como associados migrantes venezuelanos, como também bolivianos, senegaleses e até mesmo brasileiros sem moradia. Carlos destacou ainda que alguns migrantes venezuelanos invadem casas, pois não têm local para morar e, sem opção acabam optando por essa modalidade habitacional. Para ele, muitos migrantes estão vivendo em condições piores do que na Venezuela, já que lá esses migrantes tinham ao menos uma casa para morar.

Complementando estas informações, ao perguntar sobre as ações que a instituição do entrevistado realiza para acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS, Carlos, destacou as principais:

> Nossa instituição atende e ajuda a abrigar e integrar migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre e até em outras cidades através das seguintes ações: a) Ajudamos e tomamos providências para encontrar espaços físicos onde possam ficar temporariamente; b) Entregamos sacolas de alimentos, cobertores, colchões e outros itens; c) Itinerário para solicitação de documentos de residência, ingresso em unidades de saúde, entre outros; d) Discorremos sobre diretrizes legais sobre direitos e deveres dos migrantes e refugiados; e, e) Organizamos e participamos de eventos culturais e gastronômicos de venezuelanos, promovendo a nossa cultura para os brasileiros.

Neste momento, Luana destacou as ações para acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC. Segundo ela: “Somos uma ONG Internacional que têm mais de 30 projetos espalhados pelo Brasil em pleno funcionamento que trata sobre refúgio, integração econômica, meio ambiente e educação”.

Além disso, Luana mencionou que, na esfera federal, a ONG iniciou seu trabalho com migrantes e refugiados venezuelanos na Operação Acolhida em Roraima e faz a gestão de cinco abrigos para mais de 7.000 migrantes e refugiados venezuelanos. Segundo a entrevistada, em Roraima, na Operação Acolhida, trabalham na proteção e regularização migratória, abrigamento, gestão de abrigos, higiene sanitária, entrega de kits de higiene e alimentação, capacitação profissional e outras ações. Além disso, possuem um escritório no Estado do Amazonas para subsidiar as ações de acolhida e integração em Roraima. Cabe salientar que Luana mencionou que a Operação Acolhida encerrou suas atividades em Manaus recentemente. A entrevistada citou que a interiorização realizada por sua ONG está relacionada com as vagas de emprego para migrantes e refugiados venezuelanos. Segundo Luana, o projeto, que está na segunda fase, visa dar apoio à resposta

humanitária ao Norte do país com foco na integração socioeconômica dos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. Conforme a entrevistada, quando a empresa sinaliza positivamente, a equipe local da ONG visita o município e a empresa, verificando as condições de trabalho, entre outros aspectos. Observam as realidades do local da empresa e do município, as condições do trabalho e outros detalhes. Realizam reuniões com os principais setores do município para, então, analisar a realidade desta cidade. Entram em contato com representantes das Secretarias de Saúde e Educação dos municípios, assim como com os representantes das empresas que ofertam vagas de trabalho para esses migrantes venezuelanos. Analisam a infraestrutura do município que deseja acolher esses migrantes, incluindo escolas, creches, bairros para moradia, além de transportes, aluguéis e cestas básicas. Também, conduzem um estudo socioeconômico. Com base nisso, elaboram um relatório e aprovam a interiorização, em colaboração com o ACNUR e os coordenadores da Operação Acolhida, incluindo algumas ressalvas, antes de repassá-lo para as autoridades responsáveis pelo deslocamento para os municípios de destino.

Outras ações realizadas por esta ONG, conforme relatado por Luana, destacam a importância de iniciativas pré-embarque para garantir um nível mínimo de segurança aos migrantes e refugiados venezuelanos nos municípios que desejam acolher essa comunidade, por meio da descentralização. Essas ações têm como objetivo auxiliar os migrantes e refugiados venezuelanos durante os primeiros meses após sua chegada ao novo município de destino. Com isso, Luana, afirmou:

> Realizamos as entrevistas com os migrantes e representantes das empresas lá no posto de triagem em Roraima, de maneira presencial ou online mesmo. A ONG realiza pagamento do aluguel por até 3 meses para os migrantes e refugiados venezuelanos no município de interiorização. Além disso, disponibilizamos um cartão de alimentação por um mês e uma cesta básica. Oferecemos também 4 meses de apoio de assistentes sociais e psicólogos. Fizemos este planejamento por 3 meses antes dos migrantes venezuelanos serem interiorizados. Ofertamos os voos em parceria com o Exército Brasileiro. Temos o apoio dos oficiais de operações para fazer o apoio logístico. Enviamos as Secretarias municipais uma lista de migrantes e refugiados venezuelanos que vão chegar neste município.

Quando questionada sobre as ações realizadas especificamente em Chapecó-SC, Luana, respondeu:

> Realizamos aqui em nosso escritório em Chapecó a capacitação e oficinas

> sobre direitos trabalhistas (desconto na carteira, horas extras, justificativas para faltas, etc.). Estabelecemos parcerias com cursos de língua portuguesa para os venezuelanos. Além disso, buscamos abordar a questão das mulheres no ambiente de trabalho, especialmente aquelas que trabalham nas indústrias. Dado que muitas famílias chegam com pelo menos duas crianças, frequentemente as mulheres se veem cuidando dos filhos sem acesso a muitas creches. Buscamos incentivar o empreendedorismo entre as mulheres, oferecendo cursos de informática em parceria com empresas juniores. Realizamos Cine debates, apresentando filmes sobre a temática migratória para os venezuelanos. Mantemos parcerias com o SESC Mesa Brasil para capacitar esses migrantes na manipulação de alimentos. Este ano, conduzimos oficinas nas escolas para abordar a questão do racismo entre as crianças e promover a conscientização. Além disso, estamos auxiliando esses migrantes na revalidação de diplomas, uma vez que muitos possuem formação, mas não a revalidação. Cada universidade possui um processo diferente para a revalidação de diplomas, dependendo do colegiado dos cursos para efetivar ou não essa ação. Muitas universidades estão tentando se adaptar a essa nova realidade. A revalidação do ensino médio é mais fácil. Nos municípios, auxiliamos na coleta de informações e divulgamos cartazes para iniciar o processo de revalidação de diplomas de ensino médio. Realizamos feiras alternativas, onde as mulheres dos cursos de empreendedorismo expõem seus trabalhos uma vez por mês. Para os migrantes que frequentam o ensino superior nas universidades, nossa ONG oferece transporte ou material escolar. Também oferecemos um curso de finanças para as mulheres. Priorizamos a oferta de vagas de trabalho e capacitação profissional. Este ano, pretendemos focar nas mulheres e na inserção laboral, além dos adolescentes.

Luana ainda contribuiu para a complementação na coleta de dados através da entrevista semiestruturada. No que diz respeito às ações realizadas pela ONG para auxiliar na acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC, a entrevistada destacou a atuação na capacitação de migrantes, orientação de direitos e deveres trabalhistas, além de capacitação educacional através de cursos profissionalizantes de curta duração, como língua portuguesa e empreendedorismo. A ONG também auxilia na revalidação de diplomas do ensino superior e médio.

Quanto ao representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC, aqui chamado de Sabrina, as ações realizadas por sua instituição no município para garantir a acolhida e integração dos venezuelanos são as seguintes:

> Trabalhamos com a regulamentação de documentos, tais como documentação vencida, renovação de visto, organização de documentos para regularização e apoio jurídico. Ajudamos inclusive brasileiros com a criação do MEI e também no aporte jurídico. Auxiliamos na busca por empregos e capacitações. Temos uma rádio comunitária nas redes sociais onde sempre trazemos convidados de ONGs, sociedade civil, advogados e parceiros que ajudam a esclarecer diversas dúvidas em relação à regularização documental e também às leis trabalhistas. Doamos alimentos e produtos de higiene que recebemos de doações de nossos parceiros.

> Nossa rádio é nosso contato direto com nossos irmãos venezuelanos. Por ali recebemos demandas e procuramos resolver essas questões (Sabrina, 2023).

No que se refere às ações de acolhimento e integração, Aline (representante da ONG de Curitiba-PR), mencionou lidar com a regularização de documentos, encaminhamentos para empregos, abrigamento na casa de acolhida, auxílio na Interiorização abrigo/abrigo, assistência social, distribuição de cestas básicas, auxílio financeiro, medicamentos, elaboração de currículos e encaminhamentos para cursos de capacitação, visando a integração.

O representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR será aqui denominado de Lucas. Conversou-se com uma pessoa ligada à instituição que representa estes migrantes e refugiados no município. Em relação às ações realizadas pelo representante dos migrantes e refugiados venezuelanos, através de sua instituição, Lucas destacou:

> Arrecadamos verbas para subsidiar as demandas mais urgentes dos migrantes. Dependemos dos parceiros para nos ajudar como as ONGs, Sociedade Civil e Igrejas. Os migrantes recebem de tudo, através de doações, como talheres, alimentos e roupas. Atendemos além de migrantes e refugiados venezuelanos, os uruguaios, ucranianos, haitianos, senegaleses de todas as nacionalidades. Não acreditamos na fronteira, quem cria isso são os homens. Organizamos todos os documentos e separamos uma pasta e/ou carteira organizada cronologicamente para os migrantes levarem para a Polícia Federal–PF. Auxiliamos também em vagas de emprego para os migrantes, uma parceria com o SINE. Pertencemos ao Conselho do Estado do Paraná que é o CERMA – Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. Ocupamos também a cadeira de Direitos Humanos e o Conselho da Mulher de Curitiba. Além disso, estamos buscando fazer parte do Conselho Tutelar em Curitiba. Criamos associações em outras prefeituras do Paraná. Lutamos, brigamos e procuramos estar sempre nas mesas de trabalho para expor nossas demandas. Um de nossos representantes passou 5 anos de capacitação em cursos relacionados à legislação, Direitos Humanos, língua portuguesa para assim ajudar os migrantes. Fazemos parte de um GT políticas migratórias e Direitos Humanos no Brasil. Existem apenas duas ONGs que fazem parte deste GT, e nós somos uma delas.

3.3 Ações de acolhimento e integração (não) realizadas pelas prefeituras municipais

Neste momento, será justificada a ausência de participação de algum representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS. Inicialmente, pesquisei no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS sobre a secretaria ou coordenação responsável pelas questões dos migrantes, refugiados e minorias no município.

Após isso, enviei, no início de 2023, um e-mail explicando o objetivo e o escopo da pesquisa, além de solicitar um primeiro contato para explicar melhor a metodologia e detalhar a pesquisa. Decorridos 15 dias após o primeiro contato por e-mail, recebi uma mensagem, via aplicativo de conversas instantâneas, do coordenador geral da prefeitura responsável pelas temáticas relacionadas aos Direitos Humanos. Nesse contato, Emerson me repassou o contato do coordenador responsável especificamente pelas temáticas migratórias. Entrei em contato com o representante indicado, solicitando uma primeira conversa para esclarecer minha pesquisa, metodologia e coleta de dados. O mesmo informou que já se encontrava de atestado médico e, então, ficaria cerca de um mês afastado de suas atividades, não havendo ninguém para substituí-lo.

Após um mês e alguns dias, entrei novamente em contato, através do aplicativo de conversas instantâneas, com este representante da prefeitura, e a esposa dele me respondeu, afirmando que o mesmo não poderia mais utilizar celular por recomendações médicas e que estaria afastado de suas funções por mais três meses. Então, liguei para a prefeitura nos números disponibilizados no site, inclusive para o chefe de gabinete do prefeito do município de Porto Alegre-RS. No entanto, nenhuma ligação foi atendida. Depois de várias tentativas de iniciar algum diálogo, resolvi enviar email novamente para a prefeitura e também enviar mensagens privadas nas redes sociais da Prefeitura de Porto Alegre-RS. Após mais quatro meses, um email que havia enviado para o gabinete do prefeito de Porto Alegre-RS foi encaminhado novamente para o primeiro contato que me respondeu no início de 2023. No email, a chefia de gabinete do prefeito pediu celeridade na minha resposta. Mesmo assim, ninguém me respondeu a respeito de uma primeira conversa.

Passados mais alguns meses, enviei outra mensagem por aplicativo de conversas instantâneas para o meu primeiro contato da prefeitura, e o representante me informou que havia sido trocado de coordenação e que o novo representante é que responderia por questões migratórias no município. O representante que estava saindo da coordenação me enviou os contatos da nova gestão deste setor. Após alguns dias, enviei novamente emails, mensagens por aplicativo de conversas instantâneas e tentei ligar para os telefones, mas não obtive nenhum retorno da nova gestão.

Lamentavelmente, não me deram a oportunidade de explicar a metodologia,

objetivos e detalhes a respeito da minha pesquisa, como fiz com os representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos e o representante da ONG de Porto Alegre-RS. Assim, fica clara a negligência em discutir sobre esta temática migratória e as condições vividas por estes venezuelanos no município de Porto Alegre-RS, o que evidencia a falta de compromisso em dialogar com pesquisadores e estudiosos da área.

Será apresentada outra contribuição, aqui denominada Claudia (Prefeitura de Chapecó-SC). Ela relatou um cenário de rotatividade e dificuldades no setor. Afirmou que, em dois meses de coordenação, percebeu que a prefeitura não estava interessada em resolver as demandas dos migrantes, especialmente devido a uma abordagem conservadora e machista. A entrevistada menciona um episódio em que o prefeito pressionou os migrantes a criticarem o presidente da Venezuela Nicolás Maduro, e o Partido dos Trabalhadores (PT), além de estimular a exploração dos trabalhadores pelas empresas. A representante também relatou uma ação controversa em que o prefeito enviou um ônibus para remover moradores de rua da cidade, inclusive migrantes venezuelanos, levando muitos migrantes para albergues e locais escondidos. A entrevistada expressa preocupação com as condições das casas de acolhida, descrevendo a falta de organização, ausência de monitoramento e a prática de misturar pessoas de diferentes gêneros e idades nessas instalações.

Após esses episódios, Claudia pediu sua saída da pasta, embora já soubesse que sua permanência seria inviável por possuir uma simpatia política partidária diferente de seus colegas secretários e coordenadores da prefeitura. Inclusive, a entrevistada me informou que a próxima pessoa que iria assumir esta pasta era alinhada politicamente ao prefeito e ambos se empenharam na campanha para a presidência da República de 2022 do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Claudia também mencionou que grande parte das ações da prefeitura de Chapecó-SC gira em torno de auxílio para os migrantes e refugiados venezuelanos através do CRAS do município. Para a entrevistada era impossível continuar à frente da pasta por acreditar na integração e acolhida destes migrantes e refugiados venezuelanos de uma maneira mais humanitária. Em vários momentos da entrevista, a representante mencionava a incompatibilidade de trabalhar com pessoas tão descompromissadas com os direitos humanos.

Claudia expressou preocupação com a receptividade do novo coordenador da

pasta de migrações em Chapecó-SC. Ela destacou a falta de disposição para o diálogo e a melhoria das ações públicas voltadas para os migrantes na cidade. Esta perspectiva sugeriu que seria desafiador obter colaboração e informações do novo representante para a continuidade da pesquisa.

Essa informação adicionou um elemento crítico à compreensão do ambiente executivo e institucional em Chapecó-SC quanto às questões migratórias, indicando possíveis obstáculos à cooperação da administração pública local para com a pesquisa. A observação de Claudia fornece uma visão valiosa das dinâmicas políticas e administrativas que podem influenciar o acesso a informações e a colaboração em pesquisas sobre essa temática na região.

Semanas depois tentei entrar em contato diversas vezes por aplicativo de mensagens instantâneas, e por email, mas não obtive nenhum retorno da prefeitura, assim como a representante que foi entrevistada primeiramente havia me alertado. Depois de várias tentativas frustradas, o representante da prefeitura finalmente me respondeu, cerca de dois meses depois do primeiro contato: iria falar com seu chefe para agendarmos uma primeira reunião de forma remota para que pudéssemos conversar a respeito destes migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó–SC. Fiquei aguardando por mais duas semanas e não obtive nenhuma resposta sobre nossa primeira reunião remota, até que resolvi enviar outra mensagem via aplicativo de mensagens instantâneas, perguntando se já havia conversado com sua chefia imediata. Mais uma vez, não obtive nenhuma resposta. Depois de transcorridos seis meses e após inúmeras mensagens por diferentes plataformas de comunicação, não obtive nenhum retorno para a realização de minha pesquisa.

Assim, como ocorreu com o representante da Prefeitura de Porto Alegre-RS, a pesquisa ficou prejudicada em testar a hipótese em relação às ações realizadas pela prefeitura de Chapecó–SC, pois consegui apenas uma entrevista aberta com a representante da prefeitura que trata das questões migratórias. No entanto, ela esteve à frente da pasta por apenas dois meses e já estava de saída da coordenação deste setor. A falta de resposta e cooperação por parte do representante da prefeitura de Chapecó-SC representou um desafio significativo para o cumprimento integral de um dos objetivos da pesquisa. Isso também destaca a possibilidade de resistência ou relutância das autoridades locais em colaborar plenamente em questões relacionadas aos migrantes e refugiados venezuelanos.

Neste sentido, foi lamentável que a pesquisa tenha enfrentado obstáculos significativos na obtenção de informações detalhadas e perspectivas da administração pública local em Chapecó-SC. Se, por um lado, essa dificuldade pode impactar a abrangência e a profundidade da análise sobre as ações efetivas de integração e acolhida para migrantes e refugiados na região, por outro lado, ela revela a negligência, o despreparo e a falta de políticas públicas locais e ações que visam garantir a acolhida e integração dos migrantes e refugiados venezuelanos de maneira mais efetiva. Como mencionado anteriormente, a simpatia político-partidária e ideológica do prefeito de Chapecó-SC se alinha ao ex-presidente Jair Bolsonaro, do PL, sendo suas ações ligadas à extrema-direita reacionária, o que prejudica a construção de uma política pública migratória como política de Estado em nível subnacional (e não de governo).

Em relação a Caroline (Prefeitura de Curitiba-PR), serão detalhadas todas as tentativas de conseguir uma entrevista, conversa ou maneira de coletar informações na perspectiva da Prefeitura Municipal.

No início de 2023, logo após a minha defesa de qualificação e conversar com minha orientadora, iniciei a busca por contatos com o objetivo de explicar minha pesquisa e, futuramente, realizar uma visita de campo. Como relatado anteriormente, num primeiro momento busquei contatos por sites oficiais, como o da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR, tentando compreender qual secretaria ou coordenadoria trabalhava com as questões migratórias no referido município. Ao descobrir a Secretaria responsável pelas questões migratórias, enviei emails para o referido órgão, buscando uma primeira entrevista para expor minha pesquisa. Enviei dois emails e, somente depois de quinze dias, recebi resposta, informando que deveria cadastrar minha pesquisa na Plataforma Brasil para, talvez, ser recebido para uma entrevista de maneira remota. Na resposta, a secretaria mencionou que, para qualquer coleta de dados qualitativos, seria necessário solicitar abertura de campo de pesquisa na Secretaria responsável, submetendo-a à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba (SMS), mesmo com o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da minha instituição. Além disso, a mensagem final do email afirmava que “antes do parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da SMS, os(as) servidores(as) da secretaria não estão autorizados a responderem nenhum tipo de pesquisa, mesmo que se trate de

formulário online", dificultando qualquer tentativa de realizar a pesquisa sem passar pela burocracia da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR.

Após receber esse email, procurei cadastrar minha pesquisa na Plataforma Brasil para, enfim, ter a possibilidade de explicar minha pesquisa. Além da pesquisa, tive que inserir uma série de itens para obter algum parecer. Os documentos inseridos inicialmente, além da pesquisa, foram: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Cronograma da Pesquisa, Declaração de Ausência de Conflito de Interesses, Declaração de Ausência de Custos, Declaração de Ciência de Interesse no Campo de Pesquisa, Orçamento de Custos da Pesquisa, Requerimento de Apreciação de Pesquisa e Termo de Confiabilidade dos Dados.

Mesmo após aprovado em Comitê de Ética da UFPel sem necessidade de realizar alterações, ao ser submetido à apreciação do Comitê de Ética de Curitiba–PR, foi-me solicitado uma série de modificações. Durante o processo, foram necessárias três cartas resposta e ajustes adicionais nos documentos originalmente enviados. Por volta do final do ano de 2023, acompanhando o progresso da minha pesquisa na Plataforma Brasil, fui informando de que estava sendo encaminhado para outra relatoria.

Em resumo, apesar de todas as exigências burocráticas, sem muitas justificativas, ainda não obtive resposta sobre a possibilidade de ser recebido, mesmo que remotamente. Portanto, a parte da pesquisa que envolvia entrevistas com representantes da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR se tornou também inviável. Isso levanta a reflexão de que não apenas os relatos de outros atores envolvidos nesta pesquisa evidenciam e corroboram a falta de ação por parte da Prefeitura Municipal da Cidade em acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos, mas também mostram um desinteresse em responder algumas perguntas e participar de uma pesquisa relacionada a essa temática. Possivelmente, estes agentes não teriam sequer respostas para as indagações que a pesquisa busca analisar. Muitos dos entrevistados alertaram sobre a inércia e omissão dessa prefeitura em lidar com as questões migratórias, inviabilizando praticamente qualquer tipo de diálogo, principalmente em relação a uma pesquisa que poderia auxiliar com futuras políticas migratórias do município ou críticas construtivas.

Em suma, a descrição e análise de ações para garantir a integração e acolhida de migrantes e refugiados venezuelanos nos municípios observados na

perspectiva das três prefeituras – um dos objetivos específicos desta pesquisa de tese – foi inviabilizada não somente pela ausência de informações, mas sobretudo pelos obstáculos de acesso ao campo por parte dos agentes responsáveis.

As respostas das ONGs e dos representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos nos três municípios em destaque serão apresentadas a seguir.

Em relação às ações da prefeitura municipal de Porto Alegre-RS para garantir a acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos no município Fabrício (ONG de Porto Alegre-RS) mencionou:

> No papel a interiorização é muito linda. Mas na prática, aqui em Porto Alegre, não está funcionado bem. Cabe às ONGs, sociedade civil, colaboradores e aos próprios migrantes realizar ações para essa acolhida. Existe no RS o COMIRAT[22]. A Prefeitura de Porto Alegre se quer atua em conjunto com esta instituição. Toda vez que indagado sobre a participação da prefeitura em fóruns de discussão dos migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul, a prefeitura justifica sua ausência por falta de agenda. A prefeitura sempre cancela as reuniões com nossa ONG. Tem um COMIRAT de Porto Alegre que se reúne uma vez por mês, mas ficam só conversando. Dia 23 de março de 2023, tivemos uma reunião com a ex-secretária de saúde do estado que está montando a agenda de acolhimento para migrantes e refugiados no estado do RS. A agenda mais disponível do Governo do estado do que da prefeitura de Porto Alegre para conversar com as ONGs. Plano do governo do RS mais interessante para se pensar em acolhida e integração aos migrantes e refugiados do que a falta de ação da prefeitura. Vamos partir para governo do RS. Se ele quer ator para implantar este projeto, podemos ser este ator. É mais difícil entrar em contato com governo local, e vamos partir mais para o governo estadual para implantar algo em parceria para integrar estes migrantes. Procuramos a prefeitura diversas vezes e estamos indo no caminho do governo estadual do RS. Prefeitura de Porto Alegre é difícil o acesso. Se você conseguir, vai ser difícil de dialogar, pois eles acham tudo à mesma coisa. Migrantes, refugiados, moradores de rua, indígenas e minorias. Para eles é tudo a mesma coisa. A Prefeitura de Porto Alegre possui pouco conhecimento em relação à temática de migrações e refúgios.

No decorrer da entrevista, Fabrício ainda ressaltou que a prefeitura de Porto Alegre-RS deveria atuar mais nestes fóruns de discussões da crise migratória no Rio Grande do Sul. Ele mencionou que, em um Fórum Mundial, o prefeito de Gramado disse que não tem migrantes em sua cidade. O entrevistado destacou que, no Rio Grande do Sul, o desafio não é apenas acessar equipamentos públicos, mas

[22] COMIRAT – RS: O Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS) foi instituído no ano de 2012, por meio do Decreto Nº 49.729, de 22 de outubro de 2012, e alterado pelo Decreto 55.634, de 9 de dezembro de 2020. Compõem o COMIRAT/RS representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. A coordenação do COMIRAT-RS é realizada pela Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS), na pessoa da assistente social Bibiana Waquil Campana, referência técnica para migração e refúgio do Departamento de Justiça (Secretaria [...], 2023).

também conscientizar os gaúchos dos preconceitos e atitudes xenofóbicas contra os migrantes e refugiados venezuelanos. Ele acredita que a falta de participação dos órgãos públicos nesses fóruns e espaços de discussões precariza o debate.

Ainda em Porto Alegre-RS, Fabrício, respondeu às perguntas por meio de uma reunião remota com o objetivo de complementar as informações. Como dito anteriormente, antes dessa reunião, o roteiro da entrevista semiestruturada foi enviado para o aplicativo de mensagens instantâneas, permitindo que o representante já tivesse previamente contato com as perguntas que seriam analisadas durante o encontro remoto. Quanto à existência de ações conjuntas entre a Prefeitura de Porto Alegre-RS e a ONG para garantir a integração e acolhida dos migrantes e refugiados venezuelanos, o entrevistado mencionou:

> Não temos ações conjuntas e temos poucos contatos com representantes da prefeitura. Desconhecemos as ações da prefeitura de Porto Alegre. As demandas são encaminhadas diretamente para nossa instituição e outras ONGs. Até a Polícia Federal nos encaminha migrantes venezuelanos para lidar com as demandas deles. Em Belo Horizonte, em um escritório que eu fazia parte, tínhamos uma parceria sólida. A Prefeitura de BH fornecia aluguel social para migrantes venezuelanos. Era nossa responsabilidade administrar essas moradias sociais, mas havia o problema de que as casas eram destinadas aos migrantes indígenas Waraos. Esses migrantes são nômades e retornam mais de dez vezes aos locais de origem. Houve denúncias de jornalistas locais sobre a má condição das casas sociais e alegações de desvio de verbas desses aluguéis sociais, atribuídas à nossa instituição e à prefeitura. No entanto, os indígenas Waraos têm hábitos de vida diferentes e preferem ficar nas ruas, do que frequentarem casas sociais ou abrigos. Quando retornam de outras cidades, trazem mais migrantes para essas moradias sociais. Exceto em BH, nossa organização não teve nenhuma parceria com prefeituras no Brasil para atender as demandas dos migrantes venezuelanos.

Durante a entrevista, ao ser questionado sobre as ações e políticas migratórias realizadas pela Prefeitura de Porto Alegre-RS em relação à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos, Fabrício afirmou que desconhece uma política específica para migrantes venezuelanos. Ele mencionou que há um órgão ou unidade da secretaria da prefeitura do município que tem tentado estabelecer contato com sua ONG. No entanto, ressaltou que não existe uma política pública estruturada na cidade para atender às demandas dos migrantes e refugiados venezuelanos.

Avançando na discussão, ao ser questionado sobre a existência de alternativas efetivas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS para garantir a

acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos, Fabrício afirmou que conhece apenas algumas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município que oferecem serviços na área de saúde e educação. Ele mencionou que esses CRAS realizam assistência social que serve para qualquer cidadão, seja brasileiro ou estrangeiro.

Já o entrevistado Carlos (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS), ao ser questionado sobre as ações da prefeitura municipal da cidade para garantir a integração e acolhida de migrantes e refugiados venezuelanos, afirmou:

> Até agora, a Prefeitura de Porto Alegre atende apenas pelo CRAS, assim como atende os próprios brasileiros na questão de assistencialismo. Não há uma política de acolhida específica para nós migrantes. Em Canoas, há mais atividades para acolher migrantes na cidade. No CRAS, é fornecida uma sacola de comida, que reduziu muito ultimamente, além do acesso à saúde e educação. Igual para todos os cidadãos porto-alegrenses. Não existe uma política específica para migrantes e refugiados no município. A ACNUR e outras ONGs tratam de trabalho e empregos para os migrantes. Algumas ações secundárias feitas pela prefeitura são realizadas por pressão das ONGs, sociedade civil e os próprios migrantes. Agora, com a aprovação desta nova lei municipal de Porto Alegre, vamos ver se terão recursos para auxiliar nossas demandas. Esta lei foi aprovada pela Câmara dos Vereadores de Porto Alegre recentemente para acolher e integrar migrantes no município. O senhor que representa a prefeitura nas questões dos migrantes estava na função de fazer acontecer a cooperativa habitacional e outras demandas para todos os migrantes. Não deu certo. A prefeitura não faz muita coisa direta para os migrantes. Este representante da prefeitura não conseguiu realizar esta cooperativa e nem nos auxiliar em nossas demandas mínimas. A construção desta cooperativa era uma iniciativa mais dele do que da prefeitura. Recentemente, este senhor foi afastado de sua coordenação por motivos de saúde. O médico o afastou do trabalho e inclusive proibiu o representante da prefeitura de utilizar o telefone, pois ele estava doente com muita ansiedade. Muitas atividades que ele pensava em realizar para ajudar nós migrantes ficaram frustradas por não conseguir concretizá-las. Atualmente, a prefeitura fechou uma casa de acolhida em Porto Alegre. Só existia uma e a prefeitura fechou.

Para Carlos, a mudança de governo federal pode representar um avanço significativo nas demandas dos migrantes e refugiados venezuelanos, já que o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) busca sempre a diplomacia e a inclusão. Segundo o entrevistado:

> Saiu uma portaria que pode gerar aporte financeiro para as cooperativas a nível federal com o novo governo de Lula. Com este novo governo, as relações diplomáticas agora tendem a melhorar. A Venezuela não era do MERCOSUL e agora pode passar a fazer parte. A validação de diplomas universitários também pode ser facilitada. Para fazer o revalida, eu teria que

> estudar muito para exercer minha profissão aqui no Brasil. Alguns amigos que estão no Chile são também especialistas em direito laboral, mas estão atuando na área. Lá podem só estudar as leis específicas do país que já são considerados aptos a revalidarem seus diplomas. É mais fácil. Minha filha de 32 anos se formou em enfermagem na Venezuela. Aqui no Brasil, não revalidaram o diploma dela. Em seguida, ela fez o SENAC e não conseguiu fazer estágio obrigatório. A universidade onde ela estudou não faz parte, obviamente, do MERCOSUL. Aí tudo fica mais difícil.

Para a complementação na coleta de dados através da entrevista semiestruturada, Carlos, ao ser indagado sobre as ações da Prefeitura de Porto Alegre-RS para acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos, destacou que a Prefeitura não está trabalhando em conjunto com sua instituição em nenhuma atividade. Além disso, ele não tem conhecimento das ações realizadas pela Prefeitura Municipal para acolher os venezuelanos. Na opinião de Carlos, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS não está buscando alternativas efetivas para garantir a acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos. Reforçando a ausência de uma política ou ação efetiva local para garantir a acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos no município.

Outra contribuição é de Luana (ONG de Chapecó-SC), sobre as ações ou políticas públicas da Prefeitura de Chapecó-SC em relação à integração e acolhida aos migrantes e refugiados venezuelanos. A entrevistada respondeu:

> Sem muito contato com a prefeitura. Havia um setor que fazia atendimento aos migrantes, mas não tivemos muita abertura para conversar. A realidade de Santa Catarina envolve empregos na indústria com baixa qualificação, pois os brasileiros não desejam mais essas vagas de empregos com muita exploração. Essas vagas acabam ficando com os migrantes. As principais dificuldades que percebemos são a língua e o preconceito político por serem da Venezuela. Há estereótipos relacionados a Maduro, comunismo, o PT apoiando Maduro, etc. Além disso, falam que eles vêm para cá roubar nossos empregos e utilizar nossos serviços públicos. Mas a prefeitura não tem feito nada em relação a isso. Não temos qualquer contato com representantes da prefeitura.

Ainda sobre esta temática, Luana quando indagada sobre a existência de ações conjuntas entre a Prefeitura de Chapecó-SC e sua ONG para garantir a integração e acolhida dos migrantes e refugiados venezuelanos, respondeu que nunca houve parcerias ou atividades conjuntas com a Prefeitura do município. A ONG apenas realizou algumas derivações de casos isolados ou encaminhamentos para o CAI (Centro de Atendimento aos Imigrantes), em situações específicas de Assistência Social. Para Luana, foram duas ou três intervenções ao longo de todo o período de trabalho com os migrantes no município.

Durante a entrevista, ao ser questionada sobre as ações e políticas migratórias realizadas pela Prefeitura de Chapecó-SC em relação à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos, Luana confirmou desconhecer qualquer ação específica promovida pela Prefeitura para o acolhimento e integração dos migrantes venezuelanos. Para a entrevistada, as ações que funcionam de certa forma são aquelas relacionadas ao CAI, que presta serviços de regulamentação migratória e assistência social aos migrantes. Na mesma linha de análise, ao ser questionada sobre a existência de alternativas efetivas da Prefeitura Municipal de Chapecó-SC para garantir a acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos, afirmou de forma enfática que desconhece qualquer ação alternativa, exceto as ações da CAI, voltadas para assistência social e regulamentação migratória.

Por sua vez, Sabrina (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Chapecó-SC) destacou a falta de diálogo com as ONGs e associações. Ela mencionou que, embora a prefeitura tenha criado um setor responsável para acolher as demandas dos migrantes, o diálogo foi encerrado. A entrevistada expressou descontentamento com a abordagem da prefeitura na Casa de Passagem, onde migrantes e moradores de rua ficam juntos, com uma estadia máxima de um mês. Ela criticou a visão da prefeitura sobre os migrantes venezuelanos, que, segundo ela, são tratados como moradores de rua em busca apenas de alimentos, sem considerar suas aspirações profissionais e a vontade de trabalhar. Sabrina também mencionou uma declaração de um representante do setor responsável pelas migrações da prefeitura, que atribuiu a propagação da Covid-19 aos venezuelanos que chegaram a Chapecó.

Além disso, Sabrina destacou que muitos venezuelanos gostariam de exercer suas profissões originais, como engenheiros, enfermeiros, professores e advogados, mas acabam trabalhando em outras atividades devido à necessidade de garantir produtos básicos para a sobrevivência. Ela aponta a disparidade nos salários: onde os brasileiros recebem R$1.700 reais por mês em determinadas posições, os venezuelanos recebem R$1.200 reais, apesar de realizarem mais atividades em comparação aos brasileiros.

Com Sabrina, foram realizadas três conversas via plataforma de reuniões remotas e outras conversas mais pontuais pelo aplicativo de mensagens

instantâneas para sanar dúvidas e receber as ações realizadas pela sua instituição. Sabrina mencionou que a única assistência que receberam da prefeitura de Chapecó-SC foi uma casa de passagem de acolhimento, a qual pode abrigar apenas um número reduzido de venezuelanos. Em relação à parceria entre a prefeitura municipal e a sua instituição, a entrevistada afirmou que a prefeitura é bastante reticente. Ela também relatou que, em determinado momento, solicitou ajuda à prefeitura para receber algum apoio financeiro e continuar à frente da sua instituição que representa os migrantes venezuelanos; entretanto, a prefeitura apenas adiou as reuniões e até agora não prestou auxílio nesta demanda.

A entrevistada ainda mencionou que a prefeitura de Chapecó-SC realiza ações por conta própria, mas não os informa sobre elas. Segundo Sabrina, a prefeitura entra em contato para pedir ajuda no abrigamento. Ocorre que muitas pessoas vêm para cá em busca de empregos, e a prefeitura tenta providenciar abrigamento para elas. No entanto, quando não conseguem empregos, a prefeitura acaba mandando os venezuelanos embora da cidade[23].

Quando questionada sobre as ações alternativas da prefeitura para acolher e integrar os migrantes venezuelanos, Sabrina destacou que não tem conhecimento de nenhuma ação alternativa. Para ela, a prefeitura não está disposta a ajudar os migrantes, com a exceção do setor da Assistência Social, que a mesma não considera como ações humanitárias. Ela expressa que a Coordenação de Assistência ao Migrante não funciona efetivamente. A entrevistada ressaltou que conseguiram até parceria com a Polícia Federal, mas com a prefeitura de Chapecó-SC era quase impossível.

Por fim, em relação à prefeitura de Curitiba-PR, Aline (ONG de Curitiba-PR), informou que houve apenas alguns contatos esporádicos, limitando-se ao CRAS do município, ao Cadastro Único e ao Auxílio Brasil, hoje Bolsa Família, do governo federal. Para Aline, as principais ações para acolher esses migrantes são realizadas diretamente pelas ONGs e outras organizações da sociedade civil.

Lucas salientou a falta de comprometimento evidente por parte da prefeitura de Curitiba-PR em realizar ações concretas para acolher e integrar migrantes e

[23] Mesmo que exista uma legislação estadual específica sobre a população migrante no estado de Santa Catarina, a prefeitura não segue esses preceitos, e nenhum entrevistado mencionou essa legislação. Segundo a Lei nº 18.018/2020, que institui a Política Estadual para a População Migrante, ela dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias no estado de Santa Catarina.

refugiados venezuelanos. Assim, o entrevistado enfatizou:

> Pertencemos ao conselho municipal e a diversos conselhos e espaços de discussão em pautas migratórias. Porém nem passagem conseguem para nós irmos nestes eventos. Nada de ajuda financeira também para nossas instituições. **Eles empurram tudo para as ONGs e associações**. Qualquer demanda relacionada aos migrantes eles empurram para nós. Estamos chorando espaço físico há muito tempo para acolher nossos irmãos e nada deste espaço até agora. Nossos materiais como folhas, notebook, caneta e tudo que temos é através de doações de nossos parceiros como ONGs, e os próprios migrantes. O próprio banner da instituição foi feito por um migrante venezuelano.

Após mencionar a participação em diversos espaços de discussão, Lucas reforçou que esses conselhos servem apenas para socialização e discussão de problemas relacionados às migrações sem buscar soluções reais, principalmente devido à burocracia que envolve a resolução desses problemas. O entrevistado mencionou que os órgãos públicos e representantes das prefeituras querem parecer ser instituições com viés humanitário, o que o entrevistado denominou como “as migrações modinha” – citou como exemplo as migrações dos ucranianos no contexto atual da guerra com a Rússia. Ressaltou ainda que:

> Somos engenheiros, médicos, economistas, professores de todas as profissões. Ninguém ganha nada para estar à frente desta instituição que lida com as questões migratórias. Duas vezes na semana conseguimos um espaço cedido pela igreja para atender 80 a 150 migrantes de todas as nacionalidades, como cubanos, venezuelanos e haitianos para auxiliar na regularização destas pessoas.

Durante a entrevista, a Secretária de Educação do município de Curitiba–PR ligou e solicitou ajuda de Lucas em relação a duas crianças bolivianas, sendo que uma delas possuía alguma deficiência. Relataram que a esposa de um migrante venezuelano queria trazer as crianças da Bolívia para Curitiba-PR. Lucas informou que pediram ajuda financeira à sua instituição, porém a mesma depende de doações para auxiliar pessoas e, naquele momento, sem apoio financeiro, não seria possível ajudar as crianças. O representante da Secretaria de Educação pediu para entrar em contato pelo aplicativo de mensagens instantâneas e organizar alguma estratégia para acolher estas crianças. O entrevistado mencionou que estavam impossibilitados de ajudar, pois vivem de doações e absorver mais esta demanda naquele momento seria difícil.

3.4 Desafios na inserção socioeconômica de migrantes e refugiados venezuelanos nos locais de destino

Segundo Fabrício (ONG de Porto Alegre-RS), algumas dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos no município são o preconceito e a xenofobia praticados por alguns cidadãos porto-alegrenses em relação aos venezuelanos. Isso ocorre devido à propagação de notícias falsas sobre os venezuelanos estarem roubando os empregos e usando os serviços públicos do município.

Fabrício respondeu às perguntas previamente enviadas por aplicativo de mensagens instantâneas para complementar as informações extraídas da entrevista aberta. Quando questionado sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS, Fabrício destacou:

> A principal dificuldade, em minha opinião, é o idioma. Nem todos os migrantes conseguem frequentar os cursos e formações adequadas devido a essa barreira. As empresas privadas não estão preparadas para acolher e empregar esses migrantes, muitas vezes exigindo documentos desnecessários para a contratação. Além disso, os migrantes venezuelanos enfrentam dificuldades em encontrar empregos em suas áreas de formação devido à burocracia na validação de diplomas. Temos médicos, enfermeiros e advogados trabalhando em outras áreas apenas para sobreviver, já que a validação de diplomas é um processo complicado, com universidades exigindo uma lista extensa de documentos, inclusive com assinaturas reconhecidas em cartório. Não há um padrão claro de documentos para a revalidação de diplomas, o que leva os migrantes a trabalhar em qualquer coisa para se sustentar.

Para Carlos (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS), a principal dificuldade é a falta de moradia digna para os migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS. Segundo ele, muitos migrantes venezuelanos, ao perdem seus empregos ou fonte de renda, acabam ficando nas ruas da cidade e sem moradia. Destacou também a barreira linguística e cultural.

As principais dificuldades, segundo Luana (ONG de Chapecó-SC), são a língua e o preconceito político por serem venezuelanos. Para a entrevistada, existem estereótipos relacionados ao Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ao comunismo e ao PT, que, para essas pessoas que rotulam esses migrantes é o partido que apoia o Presidente da Venezuela. Além disso, a entrevistada mencionou

que muitos cidadãos chapecoenses acreditam que os venezuelanos vêm para o município roubar os seus empregos e utilizar os serviços públicos.

Luana reforçou que as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC são a dificuldade na comunicação devido à língua portuguesa e a exploração laboral que sofrem constantemente de empresários que se aproveitam da situação de vulnerabilidade dos venezuelanos.

Ainda sobre esta temática, Sabrina (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC) mencionou as dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos no município. Segundo a entrevistada, muitos dos empregos oferecidos aos venezuelanos eram posições que os brasileiros não aceitavam devido aos horários noturnos e às condições precárias de trabalho. Os venezuelanos, por necessidade de garantir a subsistência para suas famílias, aceitaram essas vagas. No entanto, Sabrina ressaltou que, embora muitos venezuelanos tenham vindo para Chapecó–SC em busca de uma vida melhor, muitas vezes não tinham moradia adequada. Ela aponta como principais desafios o custo elevado do aluguel na cidade, os salários limitados nas indústrias e frigoríficos (máximo de R$1.200 reais) e a dificuldade na comunicação devido à barreira da língua portuguesa.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelos migrantes venezuelanos na cidade analisada, Sabrina complementou que os migrantes e refugiados venezuelanos buscam apenas maneiras de sobreviver, pagar aluguel e comida, sem expectativas de um futuro promissor. A entrevistada também mencionou que a falta de conhecimento da língua portuguesa é uma grande barreira para a inclusão desses migrantes na sociedade de destino.

Para Aline (ONG de Curitiba-PR), a principal dificuldade é a falta de moradia e um espaço que possa acolher estes migrantes e refugiados venezuelanos de maneira digna. Com isso, a entrevistada ressaltou a falta de planejamento da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR para abrigar esses migrantes e refugiados, que muitas vezes são praticamente “jogados” nas ONGs e associações civis que já não possuem mais recursos físicos e financeiros para absorver essas demandas de moradia.

Em relação a Lucas (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Curitiba-PR), a principal dificuldade é também a falta de moradia digna para os

venezuelanos, que geralmente moram entre 10 a 15 pessoas na mesma residência. Além disso, para o entrevistado o descaso de alguns serviços públicos para com os migrantes venezuelanos é visível. Para ter acesso aos serviços públicos como saúde, educação e assistência social, são criadas barreiras para os venezuelanos, sob a justificativa de que os venezuelanos estão sobrecarregando estes serviços públicos do município.

3.5 A atuação das Forças Armadas na governança política da Operação Acolhida e na descentralização da comunidade venezuelana

Fabrício (ONG de Porto Alegre-RS), ao ser questionado sobre a participação das Forças Armadas no processo de descentralização (interiorização) de migrantes e refugiados venezuelanos, respondeu:

> **A Força Aérea Brasileira (FAB) realiza o deslocamento de migrantes venezuelanos e depois não faz o acompanhamento**. O Exército Brasileiro (EB) coloca os migrantes e refugiados venezuelanos em residência temporária para morar inicialmente em abrigos e alojamentos em cidades interiorizadas. As Forças Armadas desovam as pessoas em locais estratégicos e depois somem. Não ficam nem com o contato da prefeitura local. **A dificuldade principal das Forças Armadas é no acompanhamento após a chegada e permanência nos locais de destino**. A FAB facilitou a vida das empresas que contratavam os migrantes e refugiados venezuelanos, pois estas tinham dificuldades em pagar passagens para eles chegarem de Roraima às cidades de destino. A FAB ajudou com o deslocamento dessas pessoas para empresas contratarem mais migrantes. **No papel, a Operação Acolhida é boa, mas o acompanhamento é a dificuldade maior**.

Vale destacar, que Fabrício adiciona ainda que o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos é:

> Na operação acolhida, as Forças Armadas em Pacaraima e Boa Vista têm uma atuação essencial para acolher e integrar esses migrantes. No entanto, na interiorização, essa atuação não se estende para outros municípios do Brasil. Desconheço a participação das Forças Armadas na interiorização. Devido à região de fronteira, em Roraima, as Forças Armadas acabam atuando mais por natureza de seu trabalho de controle de fronteira, tornando as ações mais efetivas nessa região. Na parte jurídica, só conseguimos auxiliar esses migrantes quando já estão no Brasil. Eles precisam estar em território nacional para iniciarmos o processo jurídico. Isso acaba sobrecarregando as ONGs e parceiros, que absorvem essas demandas mais urgentes dos migrantes venezuelanos nos municípios de interiorização.

Já Carlos (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS), ao ser perguntado sobre a participação das Forças Armadas no processo de descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos para o município, comentou:

> Em Roraima, as Forças Armadas fazem o abrigamento desses migrantes venezuelanos. Todos reconhecem esses esforços empenhados pelas Forças Armadas, documentação e tal. Eles fazem essa classificação e seleção para onde querem ir os migrantes venezuelanos. As Forças Armadas levam os migrantes até onde eles desejam residir por diferentes motivos e depois vão embora. As empresas fazem o contato inicial para conseguir alguns migrantes e aí as Forças Armadas levam com voo gratuito, e a empresa que se vire com abrigo e etc. Por exemplo, a empresa leva 20 trabalhadores e aí ela dá 2 meses de abrigo e depois eles que se virem para arrumar moradia. **As Forças Armadas e o governo federal não fazem um processo de acompanhamento e monitoramento.** Os migrantes chegam nos locais de destino com toda documentação, vacinas e etc. Mas com o tempo, eles perdem contato com membros da Operação Acolhida. Muitos migrantes tornam-se moradores de rua em Porto Alegre e isso é muito preocupante. Cada dia estamos perdendo gente. **Não existe monitoramento da interiorização.** Muitos migram para outros estados após serem interiorizados. Chegam a Porto Alegre pela interiorização e depois, sem emprego, vão para outras cidades.

Carlos também destacou que a principal contribuição das Forças Armadas é o deslocamento de migrantes venezuelanos de Roraima para outros municípios do Brasil através de diferentes modalidades de interiorização. No entanto, ele criticou a falta de acompanhamento e monitoramento desses migrantes após a descentralização, mencionando que os migrantes interiorizados são praticamente deixados à própria sorte em Porto Alegre-RS.

Luana (ONG de Chapecó-SC), ao ser questionada sobre a participação das Forças Armadas na descentralização (interiorização) de migrantes e refugiados venezuelanos, respondeu que essa participação ocorre quase que exclusivamente no deslocamento dos venezuelanos até o local de destino. Conforme afirmou Luana:

> As Forças Armadas realizam o deslocamento, fretam voos e deixam nas cidades, e depois não há mais envolvimento. Eu morei em Roraima, e, na minha visão, a troca do efetivo por parte do governo federal deixou as coisas um pouco instáveis; a cada 3 meses, trocavam os grupos de militares em Roraima. No início da Operação Acolhida em Roraima, os Generais eram pessoas ignorantes, e o diálogo era muito difícil. O segundo grupo de militares era composto por pessoas mais preparadas para trato humanitário, alguns com mestrado em estudos estratégicos. Era inegável o apoio positivo das Forças Armadas em Roraima na estruturação. No entanto, a participação das Forças Armadas em Roraima, no sentido

> humanitário e acolhedor, era um tanto sazonal. Um agrupamento de militares podia ter um viés mais humanitário, e depois, com a troca de agrupamento, podia vir um comandante mais autoritário e sem trato com a questão humanitária. Em relação à interiorização, a participação dos militares se limita ao deslocamento. Depois, eles não participam mais de nada, nem fazem acompanhamento no novo destino desses migrantes venezuelanos.

Para complementar estas indagações, Luana, destacou que o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos se concentra exclusivamente na Operação Acolhida, fornecendo suporte logístico, apoio em voos e na estrutura de abrigos. As Forças Armadas atuam principalmente na logística, segurança e fretamento de voos na Operação Acolhida, enquanto em relação à descentralização (interiorização), desempenham um papel limitado ao deslocamento desses migrantes.

Sabrina (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Chapecó-SC), afirmou que a participação das Forças Armadas se resume à Operação Acolhida em Roraima e depois apenas ao auxílio no deslocamento desses migrantes e refugiados venezuelanos para a cidade de destino. Segundo a entrevistada, não existe qualquer acompanhamento por parte das Forças Armadas em relação a esses migrantes e refugiados.

Corroborando com esta ideia, Sabrina, quando perguntado sobre a participação das Forças Armadas na Operação Acolhida e na descentralização, ressaltou:

> As Forças Armadas nos deram apoio em tudo lá em Roraima. Foram pessoas de coração generoso e humanas, compreendendo nossa situação desde o princípio. Em Roraima, mostraram-se muito humanitárias, fornecendo auxílio para aqueles que precisavam. No entanto, em relação à interiorização, apenas nos ajudaram no deslocamento e depois tudo ficou por nossa conta.

Em relação à participação das Forças Armadas no processo de descentralização (interiorização), Aline (ONG de Curitiba-PR), afirmou que:

> As Forças Armadas apenas participam no processo de deslocamento destes migrantes venezuelanos, de Roraima para as cidades de destino, e depois não acompanham mais nada. Não monitoram estes migrantes e nem em que condições se encontram. E nem mesmo as Forças Armadas locais auxiliam estes migrantes, pois aqui eles não têm diárias e verbas do governo federal para ajudar estes migrantes.

Além disso, sobre a participação das Forças Armadas no processo de descentralização (interiorização), Lucas (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Curitiba-PR), destacou que:

> As Forças Armadas acompanham os migrantes venezuelanos até a casa de acolhida da prefeitura, ou nas ONGs e a nossa sede, ou casa de familiar, ou amigo e depois vão embora. A interiorização com família é mais complexa, pois os migrantes saem de Roraima e vão para outros municípios para viver em casas de familiares, ou amigos e depois brigam com os donos da casa e acabam ficando nas ruas até conseguirem um emprego, ou uma casa para morar. **A Operação Acolhida é um projeto maravilhoso, mas falta controle e segmento**.

3.6 A descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos para os municípios analisados

Inicialmente, Fabrício (ONG de Porto Alegre-RS), destacou que a descentralização (interiorização) **gerou muitas situações de trabalho análogo à escravidão**. Segundo ele:

> Muitos empresários querem se aproveitar da vulnerabilidade desses migrantes no município de Porto Alegre. Há diversos casos de exploração do trabalho que nossa ONG auxilia esses trabalhadores a procurarem seus direitos. Ocorreu em um Vinhedo aqui no RS que 80 migrantes venezuelanos estavam passando por essa condição. Os empresários que visam o lucro, através da exploração do trabalho, enxergam nos migrantes uma forma de garantir seu aumento nos lucros da empresa. É lamentável que alguns empresários se aproveitem dessa condição de vulnerabilidade dessas pessoas.

Complementando, Fabrício, relatou que sua instituição auxiliava na compra de passagens aéreas para a vinda desses migrantes ao município. Ele observou que os migrantes já têm experiência em deslocar-se para outros municípios de forma autônoma. Segundo o entrevistado, em Roraima, eles já estão conectados com contatos e redes de relacionamentos de outros venezuelanos que já residem em diferentes partes do Brasil. Muitos migrantes venezuelanos enfrentam frustrações devido a promessas de emprego que não se concretizam no município de destino. Fabrício observou que outros migrantes ficam sem moradia por confiarem nessas redes de contatos. Durante seu trabalho em um escritório no Acre, o entrevistado ouviu muitos relatos dessas articulações, onde alguns migrantes afirmavam ir para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina após conversarem com amigos, acreditando que nesses estados encontrariam empregos e moradias para a comunidade de

migrantes. Segundo Fabrício, esses migrantes já tinham um objetivo definido ao se dirigirem para os municípios de destino, pois já possuíam uma rede de amigos e parentes residindo nesses locais.

Para Carlos (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS), a descentralização deveria ser mais planejada e contar com maior fiscalização das entidades responsáveis por essa etapa da governança política da Operação Acolhida. Segundo ele, muitos migrantes e refugiados venezuelanos carecem de moradia e produtos básicos de primeira necessidade para sobreviver em Porto Alegre-RS. A descentralização, para Carlos, é realizada de maneira desordenada e desorganizada por parte do poder público local e federal.

Além disso, visando aprofundar esta temática, Carlos complementou que muitos migrantes venezuelanos chegam a Porto Alegre-RS com promessas de emprego e moradia, mas após alguns meses percebem que foram levados ao município para serem explorados pelas empresas. Assim, os migrantes ficam vulneráveis em um município que não se preocupa com suas condições. Muitos acabam migrando para outros municípios em busca de melhores condições de vida e moradia, que geralmente são mais acessíveis.

Outro relato sobre essa temática vem de Luana (ONG de Chapecó-SC) que afirmou a total incapacidade dos poderes públicos locais em absorver esta demanda de descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos. Para a entrevistada, os governos locais não estão preparados para receber esses venezuelanos em seus municípios devido à inexperiência e falta de preparação no trato humanitário. Luana mencionou que em Chapecó-SC os migrantes e refugiados venezuelanos foram praticamente influenciados a deixarem os abrigos em Roraima na promessa de uma vida melhor no município.

Neste contexto, segundo ela, a descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos envolve diversas organizações, não se limitando apenas à sua ONG. Esse processo é conduzido por meio da Operação Acolhida, que conta com a participação de várias organizações do terceiro setor, entidades internacionais, agentes da ONU e o governo federal, atuando como Força Tarefa. Os migrantes se inscrevem em listas ou programas de organizações sediadas em Boa Vista-RR e participam de processos seletivos. A descentralização (interiorização) pode ocorrer de diferentes formas, segundo Luana:

1 - Interiorização por meio do trabalho: Os migrantes conseguem vagas de trabalho sinalizadas;

2 - Interiorização por reunião social: Os migrantes vão residir na casa de amigos. Nessa modalidade, não há garantias de trabalho, estrutura ou apoio de ONGs. Os migrantes recebem apenas a passagem para o deslocamento de ida;

3 - Reunificação familiar: Um familiar assume a responsabilidade de receber os migrantes no município a ser interiorizado;

4 - Interiorização abrigo a abrigo: Os migrantes podem se deslocar de um abrigo em Boa Vista para outro abrigo de destino fora do município.

Vale ressaltar que a ONG da entrevistada atua exclusivamente na interiorização por meio do trabalho. Segundo ela, a maioria dos migrantes venezuelanos opta pela interiorização por conta própria, o que gera alguns problemas. Muitas pessoas migram para outras cidades do Brasil sem ter uma estrutura mínima, chegando aos destinos em condições mais vulneráveis do que as que enfrentavam no Norte do país.

Avançando neste tópico, Sabrina (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Chapecó-SC) mencionou os motivos que os levaram a serem descentralizados (interiorizados) para Chapecó–SC. Segundo ela, os motivos principais foram a busca por melhores condições de vida e o emprego. Conforme a entrevistada, o Exército trouxe cerca de 150 venezuelanos em um primeiro momento para trabalhar em um frigorífico na região. Posteriormente, mais 25 homens foram trazidos para trabalhar em outro frigorífico. Em 2019, duas indústrias abriram mais de 2000 vagas de empregos, resultando na vinda de diversos migrantes e refugiados venezuelanos para o município.

Também a respeito da descentralização, Sabrina, acrescentou que fez parte da primeira leva de migrantes que chegaram a Chapecó-SC: eram 150 migrantes venezuelanos vindos de Roraima. Chegaram a uma chácara em Guatambu-SC para trabalhar em um frigorífico. Inicialmente, tudo foi positivo, com emprego garantido, apoio salarial e ajuda de ONGs. Receberam um mês de aluguel, moradia e alimentos. Contudo, após o primeiro salário, tiveram que buscar moradias para alugar sem acompanhamento do governo federal. Quando perderam os empregos, ficaram sem nenhuma assistência, às vezes até sem casa para morar.

Já para Aline (ONG de Curitiba-PR), a descentralização serviu apenas para

desafogar os abrigos em Roraima sem oferecer o básico para que os migrantes e refugiados venezuelanos possam viver de maneira digna no município de Curitiba-PR. Para ela, são as ONGs e a sociedade civil em geral que dão suporte para os venezuelanos terem o mínimo para sobreviverem no município.

Neste momento, Lucas (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR), mencionou a descentralização e criticou as ONGs internacionais que trabalham com questões migratórias. Segundo o entrevistado:

> Fazemos parte da plataforma R4V. Existe tanto desespero de sair de Roraima devido a falta de oportunidades. Sendo que 600 venezuelanos entram diariamente em Pacaraima e lá estava ficando difícil permanecer nesta cidade. Com a criação da interiorização muitos venezuelanos pediram documentos emprestados para seus amigos e familiares para serem interiorizados. Tiveram denúncias realizadas para PF sobre isso. Falsificavam documentos para interiorização comprando de pessoas que fazem estes documentos falsos. Como em Curitiba existem poucas casas de passagens para migrantes venezuelanos permanecerem, muitos acabaram perdendo documentos falsos para PF, ou são roubados e ficam morando nas ruas. **Não há segmento e controle da interiorização nos municípios de destino**. De 2020 a 2022 a interiorização foi muito intensa. Nossa associação neste período acabou ficando como casa de passagem para estes migrantes venezuelanos. Mais de 30 pessoas de tudo que é nacionalidade estavam morando em nossa casa. A Operação Acolhida deveria acompanhar estas famílias e venezuelanos no processo de interiorização. Cada instituição funciona de maneira diferente, uma ONG que tem várias filiais trabalha de maneiras distintas em diferentes regiões. Não quer dizer que as pessoas trabalham em instituições de Direitos Humanos e gostam de trabalhar pela causa humanitária e sim por dinheiro. Alguns representantes destas ONGs internacionais ganham cerca de 3.500 por mês de salário.

O entrevistado ainda ressaltou a importância da Operação Acolhida no Brasil para a vida dos migrantes e refugiados venezuelanos, embora manifestou algumas críticas ao processo de desenvolvimento e às etapas da Operação. Conforme Lucas:

> Somos o único país do mundo que tem um projeto de política pública, uma ação, um programa que é a Operação Acolhida, que atende milhares de migrantes venezuelanos. **No papel, esta operação é maravilhosa, mas tem muitas falhas como: acompanhar e controlar esta interiorização para outros municípios do país**. Temos que colaborar e participar da elaboração e melhorias destas políticas públicas em defesa dos Direitos Humanos. Teremos que ocupar espaço de deliberações e se não tem espaço vamos lutar para criar estes espaços.

3.7 Considerações finais dos entrevistados

Fabrício, teceu suas últimas considerações:

> É lamentável que o município de Porto Alegre ainda não tenha políticas públicas efetivas para atender os migrantes venezuelanos e dependa de ONGs e da sociedade civil para acolhê-los. Aqui em São Leopoldo, a situação é diferente, pois temos contato direto e parceria com a prefeitura. Espero que o próximo Comigrar, que ocorre em Brasília, possa trazer mais ações efetivas e estimular os municípios a elaborar políticas para atender os migrantes venezuelanos. Precisamos entender que o fenômeno da migração não vai parar, e teremos que ser um país acolhedor, como sempre fomos. Já escutamos de órgãos públicos, como a PF, que 'não estamos aqui para fazer caridade'. Claro que há pessoas humanas nessas corporações, mas muitos acham um fardo essas demandas migratórias. Isso é um movimento que não vai parar, enquanto houver conflito e crise econômica, teremos migrações. O poder público precisa ter respostas para essas demandas. Espero que conferências como a Comigrar, ligada ao Ministério da Justiça, possam efetivar mudanças.

Carlos (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS) encerrou sua participação afirmando:

> Existem muitos prédios abandonados em Porto Alegre, por que não vendem ou alugam para nossa gente? Agora o que fez a prefeitura de Porto Alegre? Vendeu esses imóveis abandonados para imobiliárias e grandes empresários da região por um preço reduzido. E por que não doou ou facilitou esta venda de imóveis abandonados para nós? Para mim, eu tenho uma máxima que 'melhor que se tenha fome dentro de sua casa do que na rua'. Para mim, as principais dificuldades encontradas por nós migrantes e refugiados venezuelanos são o idioma, a falta de conhecimento das leis brasileiras, a falta de empregos e moradia.

Além disso, Sabrina (representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Chapecó-SC), ao final da entrevista, desabafou:

> Infelizmente, tudo se transforma em monopólio. Os ricos ficam mais ricos, e os pobres, mais pobres. O capitalismo é assim mesmo. Não nos oferecem oportunidades para seguirmos com nossas próprias pernas. Você está aqui, e precisa se esforçar muito, pois em seu país estava passando fome. Não é bem assim. Eu até tenho um bom trabalho, mas minha família está mal. Cheguei sozinho e depois trouxe minha família: mãe, pai, tio, primos e filhos. Se você tem dinheiro para pagar as passagens deles, tudo bem, mas precisa ter muito dinheiro. Os custos com o deslocamento de todos os familiares são elevados. Para muitos de nós, tem sido muito difícil.

Por fim, outro entrevistado que também compartilha um caso pessoal e angustiante em seu município é o representante dos migrantes venezuelanos em Curitiba-PR. Segundo Lucas:

> Sofri um preconceito através de meu filho. Um dia ele rasgou o braço em uma cerca aqui em Curitiba. Levei-o no hospital público e meu filho não foi atendido, mesmo estando na fila e com grande corte no braço. Percebi que atenderam outra pessoa do Brasil e deixaram meu filho rasgado. Isso dizendo que não tinham materiais para curativo e tal. Mas este outro

> brasileiro eles tiveram estes materiais para ajudar este rapaz. Fiquei muito triste e me senti humilhado. Então levei meu filho para casa e nós mesmos fizemos o curativo e depois no outro dia depois de muita pressão costuraram meu filho.

Finalizando sua participação, Lucas destacou seu sonho:

> Nosso sonho é emplacar um projeto de uma casa educacional que possamos capacitar, formar e instruir os migrantes venezuelanos. Além de, neste espaço, poder entregar nossa cultura para os migrantes e a sociedade de destino. Lembre-se que se você é amigo de um venezuelano, você torna-se parte da família.

Considerações finais

A presente tese analisou as ações desenvolvidas para a acolhida e integração dos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil, em especial nas cidades de Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR. Ao longo da pesquisa empírica, foram exploradas as estratégias implementadas por ONGs, prefeituras e representantes da comunidade migrante, buscando entender como essas ações influenciam a vida dos migrantes e refugiados venezuelanos nessas localidades.

Nos municípios analisados, as ONGs desempenham um papel crucial na integração dos migrantes e refugiados venezuelanos, buscando oferecer apoio através de projetos de acolhimento, capacitação e inclusão laboral. A colaboração com instituições locais e a mobilização de recursos internacionais têm sido fundamentais para a execução dessas iniciativas.

Em Porto Alegre-RS, a ONG mais ativa se destaca por sua abordagem multifacetada na integração dos migrantes e refugiados venezuelanos. As ações incluem assistência jurídica e regularização documental, suporte na busca de serviços sociais e de saúde, assim como o fornecimento de kits de higiene e cestas básicas para os mais vulneráveis. Além disso, a organização promove parcerias com instituições locais, como o SEBRAE, para capacitação empreendedora e esclarecimento aos empresários sobre a segurança da contratação de migrantes. O foco também é colocado na proteção dos direitos laborais e na assistência psicossocial, abrangendo desde a regularização migratória até a integração socioeconômica e apoio psicológico.

Em Chapecó-SC, a principal ONG envolvida tem contribuído com uma vasta gama de iniciativas voltadas à integração socioeconômica e à capacitação dos migrantes e refugiados venezuelanos. O trabalho inclui desde a gestão de abrigos na Operação Acolhida até a realização de capacitações profissionais e oficinas de empreendedorismo. A ONG também promove a revalidação de diplomas e oferece suporte específico para mulheres e famílias, abordando questões como acesso a creches e oportunidades de emprego. Este suporte é complementado por parcerias com instituições locais e iniciativas educativas, como cursos de língua portuguesa e workshops sobre direitos trabalhistas.

Finalmente, em Curitiba-PR, a ONG atuante se destaca por seu enfoque na integração e no apoio contínuo aos migrantes e refugiados venezuelanos. A ONG realiza encaminhamentos para empregos, abrigamento na casa de acolhida, auxílio na Interiorização abrigo/abrigo, assistência social, distribuição de cestas básicas, auxílio financeiro, medicamentos, elaboração de currículos e encaminhamentos para cursos de capacitação, visando à integração.

Os representantes dos migrantes e refugiados venezuelanos também se destacam por buscarem alternativas efetivas para garantir sua acolhida e integração nos municípios analisados. Neste contexto, o representante em Porto Alegre-RS, complementa as ações das ONGs com esforços significativos voltados à moradia e ao suporte direto, como a busca pela criação de cooperativas de moradia e a oferta de sacolas de alimentos. Ele também destaca seu envolvimento no Conselho Municipal de Habitação, refletindo uma tentativa de enfrentar a alta demanda por moradia adequada entre a comunidade migrante.

Em relação a representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC, as ações envolvem o apoio jurídico e social, a doação de alimentos e produtos de higiene, e a promoção de uma rádio comunitária que facilita a comunicação e o suporte direto aos migrantes. Suas ações são marcadas pela ênfase em regulamentação documental e orientação sobre direitos e deveres.

Já o representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Curitiba-PR, realça a importância das associações e conselhos em que a instituição está envolvida, além de destacar a criação de uma estrutura organizacional para apoiar a regularização documental e a integração socioeconômica. O representante demonstra um esforço contínuo para engajar a comunidade migrante e garantir o acesso aos recursos e direitos necessários para sua integração ser bem-sucedida.

As entrevistas realizadas com representantes de ONGs e dos migrantes e refugiados venezuelanos dos três municípios analisados, revelam um panorama complexo e multifacetado do processo de descentralização promovido pela governança política da Operação Acolhida. As observações e depoimentos fornecidos destacam tanto os esforços humanitários quanto as lacunas significativas no sistema de acolhimento e suporte.

As informações obtidas sobre a atuação das prefeituras evidenciam uma divergência nas políticas e práticas adotadas no tratamento da questão migratória. A

filiação político-partidária e ideológica dos prefeitos influenciou suas abordagens, refletindo as complexidades e tensões associadas à gestão dos fluxos migratórios dos últimos anos. Neste cenário é importante destacar que em 2016, Dilma Rousseff foi afastada do cargo através de um impeachment baseado em alegações frágeis relacionadas às chamadas "pedaladas fiscais". Após seu afastamento, surgiram evidências de acordos políticos visando a sua remoção. No contexto pós-impeachment, a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, refletiu uma mudança significativa nas políticas públicas do país. O novo presidente Michel Temer (MDB) utilizou a medida para extinguir secretarias e ministérios relacionados a direitos sociais e políticas distributivas, como o Ministério dos Direitos Humanos, das Mulheres, da Igualdade Racial e do Desenvolvimento Agrário. Isso evidenciou uma agenda do governo Temer que se distanciava das políticas de ampliação de direitos estabelecidas pela Constituição de 1988 (Avritzer, 2018).

Com isso, configurava-se uma gestão que tinha como objetivo principal preparar um terreno fértil para a direita e a extrema direita no país, o que facilitou a ascensão ao poder do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que ocupou seus ministérios com diversos militares de diferentes patentes e instituições. A governança política da Operação Acolhida, como mencionado anteriormente, colocou o papel das Forças Armadas no centro das questões humanitárias durante o governo de Michel Temer (MDB). Inclusive, Eduardo Pazuello, que foi Coordenador da Operação Acolhida e posteriormente se tornou Ministro da Saúde no governo Bolsonaro, atuou no pior momento da pandemia de Covid-19. Seus conhecimentos relevantes para o cargo eram baseados em suas experiências logísticas na governança política da Operação Acolhida. Dadas essas situações político-partidárias e ideológicas ligadas a atitudes conservadoras e antidireitos humanos, não seria surpresa, que os prefeitos dos municípios de Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR alinhados a essas práticas, não desenvolvessem ações efetivas para acolher e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos.

A análise das ações e desafios enfrentados pelos migrantes e refugiados venezuelanos revela um panorama preocupante, onde o apoio de ONGs e instituições locais são essenciais, mas enfrenta limitações significativas impostas por políticas públicas e atitudes individuais. A resistência e o preconceito observados em

alguns contextos destacam a necessidade de um esforço contínuo para promover a inclusão e a integração efetiva dessa comunidade.

Quando o estudo se deparou com a participação dos representantes das prefeituras das cidades analisadas, ficou evidente a falta de comprometimento em atender às demandas dos migrantes e refugiados venezuelanos. Além disso, esses representantes demonstraram pouca ou nenhuma disposição para responder às perguntas e contribuir com a pesquisa.

Os representantes das ONGs e dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR também relataram as dificuldades enfrentadas ao trabalhar em conjunto com as respectivas prefeituras. Além disso, todos desconheciam alternativas efetivas, por parte das prefeituras, para garantir a acolhida e a integração dos migrantes e refugiados venezuelanos nos municípios analisados. O máximo que as prefeituras dispõem para auxiliar a comunidade migrante venezuelana se dá através das iniciativas do CRAS, as quais realizam assistência social para qualquer cidadão, seja brasileiro ou estrangeiro.

Conforme demonstrado na coleta de dados, lamentavelmente nenhum representante das prefeituras das cidades analisadas, mostrou-se disponível para contribuir com a tese, mesmo que remotamente. Dessa forma, houve uma ausência e lacuna das posições institucionais locais no conjunto da pesquisa.

Somente uma representante da prefeitura de Chapecó-SC respondeu às perguntas na entrevista aberta, embora ela estivesse à frente da pasta há apenas dois meses. Apesar das limitações de tempo, essa representante se dispôs a contribuir com a pesquisa, alertando-me sobre as dificuldades que enfrentaria para coletar dados com os futuros representantes – o que, de fato, acabou ocorrendo.

Os municípios enfrentam a dificuldade de não contar com servidores ou profissionais capacitados para liderar as pastas responsáveis por migrações e refúgios, especialmente no que diz respeito ao tratamento humanitário de questões relacionadas à integração e acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos. O representante de uma ONG em Porto Alegre afirmou que a prefeitura considera todos esses grupos – migrantes, refugiados, moradores de rua, indígenas e minorias – como uma única categoria, sem reconhecer as especificidades de cada situação. Esse entendimento limitado resulta em um baixo nível de conhecimento sobre as questões de migrações e refúgios. Além disso, uma representante dos migrantes em

Chapecó expressou descontentamento com a abordagem da prefeitura em relação à Casa de Passagem, onde migrantes e moradores de rua são acolhidos juntos, com uma estadia máxima de apenas um mês. As prefeituras de Porto Alegre-RS, Chapecó-SC e Curitiba-PR carecem de infraestrutura adequada para receber esses migrantes e refugiados venezuelanos, apresentando pouca ou nenhuma casa de passagem ou acolhida. Quando disponíveis, as estruturas têm capacidade limitada para abrigar esses grupos. Além disso, as prefeituras não dispõem de pessoal treinado para orientar os migrantes sobre seus direitos e fornecer informações básicas sobre os serviços e a vida nas cidades.

As Forças Armadas desempenham um papel crucial na governança política da Operação Acolhida em sua dinâmica de securitização, uma vez que interviram para evitar as tensões entre os roraimenses e os venezuelanos, sob a justificativa do governo federal em empregar essas forças com o intuito de garantir a lei e a ordem no estado de Roraima. Essa situação emergencial foi apresentada como algo urgente a ser resolvido, o que permitiu ao governo justificar uma série de ações visando o bem-estar dos cidadãos roraimenses. Assim, o uso das Forças Armadas foi legitimado como uma medida necessária para atender a esse objetivo específico. Vale mencionar que securitização e a militarização não são sinônimos. Embora estejam inter-relacionadas, elas são categorias distintas no controle da migração. Enquanto a securitização trata a migração como uma ameaça à segurança nacional, justificando ações como o fortalecimento de leis e o uso de tecnologias de vigilância, sem envolver diretamente as forças armadas, a militarização implica no uso explícito das Forças Armadas e equipamentos militares para controlar a migração, transformando-a em uma situação de "conflito". Ou seja, embora a securitização frequentemente leve à militarização é possível securitizar a migração sem recorrer a táticas militares, como é feito por algumas organizações internacionais em campos de refugiados. Assim, muitas vezes o Estado, como agente securitizador, utiliza as Forças Armadas como intermediárias para ações consideradas excepcionais e urgentes.

Já a atuação das Forças Armadas na descentralização dos migrantes e refugiados venezuelanos é limitada, focando essencialmente no transporte dos migrantes para as cidades de destino, sem um acompanhamento contínuo após o deslocamento. Essa falta de acompanhamento e monitoramento foi apontada por

diversos entrevistados como uma falha crítica, resultando em situações de vulnerabilidade para os migrantes, que muitas vezes enfrentam condições adversas e falta de suporte adequado nos municípios de destino[24]. Este efeito dialogou com a hipótese da tese, uma vez que a Interiorização foi induzida pelas Forças Armadas, com a anuência do governo federal, na intenção de desafogar os abrigos em Pacaraima e Boa Vista. Assim, ratificando a hipótese inicial de que a securitização da governança política da Operação Acolhida, através da participação das Forças Armadas induziu a criação da descentralização desta Operação com o intuito de desresponsabilizar o governo federal na integração e acolhida desta comunidade.

Nos três municípios analisados na pesquisa, a descentralização de migrantes e refugiados venezuelanos trouxe à tona problemas graves, como a exploração laboral e a precariedade das condições de acolhimento. Em Porto Alegre, a exploração do trabalho dos migrantes por empresários desonestos e a falta de políticas públicas efetivas para sua integração são preocupações centrais. A ausência de moradia adequada e a utilização de imóveis abandonados de forma inadequada refletem uma falta de planejamento e uma resposta insuficiente às necessidades básicas dos migrantes e refugiados venezuelanos. Em Chapecó-SC, a promessa de empregos e melhores condições de vida frequentemente não se concretizam, resultando em altos índices de precariedade e dificuldades para os migrantes e refugiados venezuelanos. A falta de suporte após a chegada e a dificuldade em manter a estabilidade são problemas que persistem e afetam diretamente a qualidade de vida dos recém-chegados no município. Em Curitiba-PR, por sua vez, apresenta uma realidade onde as ONGs e a sociedade civil desempenham um papel fundamental em suprir as lacunas deixadas pelo poder público local. O relato, do representante dos migrantes e refugiados venezuelanos, de discriminação e negligência no atendimento de saúde destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e humana nas políticas de acolhimento. Além disso, a situação descrita pelo representante dos venezuelanos em Curitiba-PR, que expõe a realidade dura enfrentada por muitos migrantes, ressalta a necessidade de maior controle e segmentação na descentralização.

[24] Mesmo que estas iniciativas constem na Resolução nº 9, de 1º de novembro de 2019, que compete ao Subcomitê Federal para Interiorização: realizar o acompanhamento dos imigrantes interiorizados; elaborar estratégias de inserção social nos municípios de destino dos imigrantes; e articular oferta de qualificação profissional dos imigrantes interiorizados.

Outra reflexão que merece destaque é a relação entre federalismo, securitização e descentralização na política nacional de migração e refúgio no Brasil, pois envolve a interação de diferentes níveis de governo, com suas respectivas responsabilidades, limitações e visões políticas. A dinâmica entre essas três dimensões determina como as políticas públicas são implementadas, como as populações migrantes são tratadas e como as atitudes locais afetam a eficácia dessas políticas. Com isso, o federalismo brasileiro, como modelo de divisão de competências entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), exige que as políticas públicas, incluindo as de migração, sejam coordenadas entre esses três níveis de governo. No entanto, a securitização da migração pode ser um fator que molda como essa coordenação ocorre, ou deixa de ocorrer, em diferentes contextos. Quando a migração é tratada como uma ameaça à segurança nacional, como muitas vezes ocorre em discursos políticos que adotam uma abordagem securitária, a União pode ser vista como o principal ator responsável pelo controle das fronteiras e pela implementação de medidas de segurança, enquanto os Estados e os municípios ficam com um papel secundário ou com responsabilidades restritas, muitas vezes limitadas a acolhimento temporário ou serviços básicos. A descentralização no Brasil, como princípio da organização do sistema federativo, estabelece que muitas das responsabilidades, especialmente as sociais e de integração, são delegadas aos municípios. Isso significa que as prefeituras devem ser responsáveis pela execução de políticas públicas de acolhimento, assistência social, saúde, educação e outros serviços essenciais aos migrantes. Quando as políticas migratórias são descentralizadas sem o devido suporte financeiro, técnico ou coordenado por parte da União e dos Estados, os municípios podem se ver sobrecarregados e sem os recursos necessários para cumprir essas funções. Além disso, a descentralização sem uma diretriz clara, alinhada entre os entes federativos, pode levar a um atendimento desigual, com algumas cidades cumprindo as políticas de forma minimamente satisfatória, enquanto outras se tornam negligentes. Como demonstrado no terceiro capítulo da tese, a falta de comprometimento por parte dos representantes municipais está diretamente relacionada à dificuldade de implementação de políticas locais sem a cooperação necessária e sem o apoio financeiro adequado da União.

Assim, a realidade municipal tem um papel crucial na dinâmica entre federalismo, securitização e descentralização. Como as políticas de migração são muitas vezes implementadas no nível local, as atitudes e condições de cada município influenciam diretamente na execução dessas políticas. As prefeituras enfrentam diferentes desafios de acordo com o contexto cultural, econômico e político local. Cidades com maior capacidade financeira e infraestrutura podem ser mais receptivas e capazes de implementar políticas de integração mais acolhedoras. Já municípios com menos recursos ou com uma população mais resistente à migração podem ter dificuldades em aplicar as políticas de forma inclusiva, o que reflete nas atitudes descritas no último capítulo — a resistência, o preconceito e a falta de comprometimento. A resistência observada nas prefeituras pode ser exacerbada pela falta de uma articulação clara entre as políticas federais e as necessidades locais. O município, por exemplo, pode ter que lidar com um grande número de migrantes, mas sem o apoio necessário para o enfrentamento desta nova realidade. Além disso, a securitização, ao ser uma política de âmbito nacional, pode criar uma atmosfera de desconforto ou até hostilidade no nível local, especialmente quando as autoridades federais ou estaduais tratam a migração como uma ameaça e não como uma questão humanitária.

Por fim, a falta de acompanhamento e suporte contínuo após a descentralização, a exploração laboral e a inexistência de políticas públicas em nível local são desafios que devem ser abordados para garantir que os migrantes e refugiados venezuelanos recebam a assistência digna e adequada que merecem. Para avançar, é crucial que o processo de descentralização seja reformulado com maior ênfase em políticas públicas integradas entre diferentes áreas e apoiadas em um pacto federativo, monitoramento contínuo e apoio estruturado, envolvendo tanto os três níveis de governo quanto a sociedade civil na construção de soluções sustentáveis e humanas para todos os envolvidos.

Referências

ARENA, Marco *et al.* Os migrantes da Venezuela trazem oportunidades econômicas para a América Latina. **International Monetary Fund**, 2022. Disponível em: https://www.imf.org/pt/News/Articles/2022/12/06/cf-venezuelas-migrants-bring-economic-opportunity-to-latin-america#:~:text=Mais%20de%207%20milh%C3%B5es%20de,para%20suprir%20suas%20necessidades%20b%C3%A1sicas. Acesso em: 02 dez. 2022.

ASSISTÊNCIA Emergencial aos Imigrantes Venezuelanos: Operação Acolhida. Brasília: Casa Civil, 2019. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/09/Assist%C3%AAncia-Emergencial-aos-Imigrantes-Venezuelanos-Opera%C3%A7%C3%A3o-Acolhida.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

AVRITZER, Leonardo. O Pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise de 2013-2018. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 37, n. 2, maio./ ago. 2018, p. 273-289. Disponível em: https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/08/06_avritzer_111_p272a289_baixa.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica**: A crise do governo Bolsonaro. São Paulo, SP: Todavia, 2020.

BAENINGER, Rosana. *et al.* (Org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: NEPO/ UNICAMP; UNFPA, 2018. Disponível em: https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf. Acesso em: 02 mar. 2020.

BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (Coord.). **Migrações Fronteiriças**. Campinas, SP: Núcleos de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_fronteiricas.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: NEPO/ UNICAMP, 2018. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BAGANHA, Maria Ioannis. A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4.ed.São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 3. p. 133 - 155.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Com quantas armas se faz uma Sociedade “Civil”?** Controles sobre Armas de Fogo na Governança Global, Brasil e Portugal (1995 -2010). 2010. 334 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8ETNRR/1/oficial_tese_vers_o_biblioteca_corrigida_mar_2011.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BBC News Brasil. Medida de Trump para barrar imigração mira eleição, não proteção de empregos, dizem especialistas. **BBC**, 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52404764#:~:text=A%20ordem%20executiva%20publicada%20por,irm%C3%A3os%20estrangeiros%20de%20cidad%C3%A3os%20americanos. Acesso em: 15 mar. 2021.

BBC News Brasil. Medida de Trump para barrar imigração mira eleição, não proteção de empregos, dizem especialistas. **BBC**, 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55775226. Acesso em: 23 mar. 2021.

Brasil. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras. 2024. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/programas-e-acoes/acao/219C-acolhimento-humanitario-e-interiorizacao-de-migrantes-em-situacao-de-vulnerabilidade-e-fortalecimento-do-controle-de-fronteiras. Acesso em: 02 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021. **Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10917.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.917%2C%20DE%2029,vista%20o%20disposto%20no%20art. Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. Diretriz Ministerial nº 03/2018, de 28 de fevereiro de 2018. **Dispõe sobra a Operação Acolhida**. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias/operacao-acolhida/arquivos/diretriz-no-3_operacao-acolhida.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Força Aérea Brasileira. **Operação Acolhida**. Brasília: Ministério da Defesa, 2023a. Disponível em: https://www.fab.mil.br/operacaoacolhida. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Acolhida**. Brasília: Ministério da Defesa, 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias/operacao-acolhida. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Observatório das Migrações Internacionais. Conselho Nacional de Imigração. **Refugio em números**. Brasília: UnB, 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/REF%C3%9AGIO_EM_N%C3%9AMEROS/Resumo_Executivo_-_Refu%CC%81gio_em_Nu%CC%81meros_-_27-06.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em:

https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. Resolução nº 9, de 1º de novembro de 2019. **Dispõe sobre os objetivos específicos e o funcionamento do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; do Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; do Subcomitê Federal para Interiorização; e do Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes**. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%B5es_do_Comit%C3%AA_Emergencial/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_9_DE_1%C2%BA_DE_NOVEMBRO_DE_2019.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRUNO **,** Sebastián; MAGUID**,** Alicia. Contribución e impacto de los inmigrantes Sudamericanos en el mercado de trabajo de la Argentina**.** In: BAENINGER, Rosana. *et al.* (Org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: NEPO/ UNICAMP; UNFPA, 2018. Disponível em: https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. New York: Cambridge, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security:** a new framework for analysis. Londres: Lynne Reinner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CLÍMACO, Caio. Operação Acolhida: o braço esquerdo do imperialismo no Brasil. **OPERAMUNDI**, maio 2020. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/analise/64613/operacao-acolhida-o-braco-esquerdo-do-imperialismo-no-brasil. Acesso em: 21 abr. 2022.

COBERTURA Jornalística Humanitária: Guia do ACNUR para profissionais e estudantes. **ACNUR**, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/02/Guia-Jornalismo-Web-V3.pdf. Acesso em: 2 jun. 2021.

COMPÊNDIO: Emprego do Exército Brasileiro na Operação Acolhida - Enfoque na organização e no funcionamento das estruturas montadas para atender os Imigrantes. Brasília: Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, 2019. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4929. Acesso em: 14 dez. 2021.

Conectas – Direitos Humanos. Organizações repudiam falas de Bolsonaro sobre meninas venezuelanas. **Conectas**, 2022. Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/organizacoes-repudiam-falas-de-bolsonaro-sobre-meninas-venezuelanas/. Acesso em: 08 jan. 2023.

CRUZ, Gustavo Lopes da. **Um estudo sobre a Operação Acolhida**. 2020. 68 f. TCC (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional),

Escola de Comando e Estado - Maior do Exército, Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8242/1/MO%206269%20-%20LOPES%20DA%20CRUZ.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

Conare - Comitê Nacional para os Refugiados (2023). Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNlN2ZkNjZmMWVlIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9&pageName=ReportSection. Acesso em: 5 jan. 2023.

DADOS sobre Refúgio. ACNUR. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/. Acesso em: set. 2021.

DE HAAS, H. Migration and developmente: a theoretical perspective. **International Migration Review**, US, v. 44, n. 1. P. 227-264, 2010. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x. Acesso em: 20 jul. 2022.

DE HAAS, H. The determinants of international migration - Conceptualizing policy, origin and destination effects. **Working Paper**, Oxford, v. 32, p. 1-35, Abr. 2011. Disponível em: https://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/wp/wp-32-11.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.

DIFERENÇAS entre o reconhecimento da condição de refugiado e a autorização de residência. ACNUR, 2024. Disponível em: https://help.unhcr.org/brazil/refugio/conheca-as-diferencas-entre-o-reconhecimento-da-condicao-de-refugiado-e-a-autorizacao-de-residencia-no-brasil/. Acesso em: 08 dez. 2024.

DOURADO, Carina; BITTENCOURT, Gracielly. Brasil é o quinto país mais buscado por imigrantes venezuelanos. Brasília: Agência Brasil, 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/brasil-e-o-5o-pais-mais-buscado-por-imigrantes-venezuelanos. Acesso em: 20 abr. 2023.

DUARTE, Álvaro. **O Papel do Exército Brasileiro frente à crise migratória venezuelana no estado de Roraima: Considerações sobre as Operações "Acolhida", "Controle" e "Tucuxi".** 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania), Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Gt9ltT8Uxo7atuc9JWAwpz583xLGyAKw. Acesso em: 18 out. 2021.

ELEIÇÕES 2020 no Paraná, **G1 – Paraná RPC**, 24 nov. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/curitiba.ghtml. Acesso em: 15 maio 2023.

EMBAIXADAS e Consulados dos Estados Unidos no Brasil. Visita do Presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos. 2019. Disponível em: https://br.usembassy.gov/pt/our-relationship-pt/visita-do-presidente-jair-bolsonaro-aos-estados-unidos/. Acesso em: 18 jun. 2021.

ESTANISLAU, Lucas. "Machista e xenófobo": advogada venezuelana repudia fala de Bolsonaro sobre crianças migrantes. **Brasil de Fato,** 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/10/17/machista-e-xenofobo-advogada-venezuelana-repudia-fala-de-bolsonaro-sobre-criancas-migrantes. Acesso em: 18 jan. 2023.

FERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, Nieves; FREIER, Luisa Feline. Latin American immigration and refugee policies: a critical literature review. **Springer Open**, n. 15, 2024. Disponível em: https://comparativemigrationstudies.springeropen.com/articles/10.1186/s40878-024-00377-0. Acesso em: 29 nov. 2024.

GADÊLHA, Fabiana Arantes Campos; RIBEIRO, Marcela. Manual de boas práticas do gestor municipal e equipes técnicas – Políticas públicas para famílias venezuelanas refugiadas e migrantes com crianças na primeira infância. l. **Guia. Brasília**, AVSI, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/migrantes-refugiados-e-apatridas/publicacoes/ManualdeBoasPrticasdoGestorMunicipaleEquipesTcnicas_PolticasPblicasparaFamliasVenezuelanasRefugiadaseMigrantescomCrianasnaPrimeiralnfncia.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

GATINOIS, Claire *et al.* Venezuela: nos bastidores da ascensão de Juan Guaido, jovem deputado que se tornou o rosto da oposição. **Le Monde**, Paris, FR, 21 fev. 2019. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2019/02/21/juan-guaido-le-recit-d-une-irresistible-ascension_5426055_3210.html. Acesso em: 18 mar. 2020.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: UnB, 2000.

JOÂO RODRIGUES, do PSD, é eleito prefeito de Chapecó, **G1 – Santa Catarina**, 15 nov. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/15/joao-rodrigues-do-psd-e-eleito-prefeito-de-chapeco.ghtml. Acesso em: 20 jun. 2023.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; GONÇALVES, Maria do Carmo Santos. Deslocamentos populacionais no Sul do Brasil: o caso dos senegaleses. In: TEDESCO, João Carlos; Kleidermacher, Gisele (Orgs.). **A Imigração senegalesa no Brasil e na Argentina:** múltiplos olhares. Porto Alegre: EST ed., 2017. p. 209 - 228.

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4.ed.São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 4. p. 161 - 193.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ, 2022a. Brasil/ Santa Catarina/ Chapecó. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama. Acesso em: 09 maio 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ, 2022b. Porto Alegre/RS. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/porto-alegre.html. Acesso em: 09 maio 2023.

INTERIORIZAÇÃO e integração no destino: redes de serviços e apoios do ACNUR. **UNHCR – ACNUR**, Genebra - SWI, fev. 2021. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Rede-de-Servic%CC%A7os-e-Apoios-do-ACNUR8397.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

MACHADO, Victória Figueiredo. Análise do “Normatizar” da crise venezuelana no Brasil e sua relação com a política discursiva da Operação Acolhida. **Rev. Cadernos de Campo**. Araraquara, n.30, p. 31 - 67, jan./ jun. 2021. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/13925/11489. Acesso em: 14 out. 2022.

MARQUES, Marissel. A Mulher Monstro. Uma reflexão sobre o enredo. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 50, p. 170-183, 2019. Disponível em: https://rcl.fcsh.unl.pt/index.php/rcl/article/view/102. Acesso em: 27 jul. 2024.

MELO, Bernardo. Prefeito de Porto Alegre, que foi contra passe livre em transporte público na eleição, anuncia voto em Bolsonaro. **O Globo**, 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/prefeito-de-porto-alegre-que-foi-contra-passe-livre-em-transporte-publico-na-eleicao-anuncia-voto-em-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 04 jan. 2023.

MOBILE – Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística. Prefeito de Curitiba censura peça crítica ao presidente Jair Bolsonaro. **MOBILE**, 2019. Disponível em: https://movimentomobile.org.br/caso/prefeito-de-curitiba-censura-peca-critica-ao-presidente-jair-bolsonaro/. Acesso em: 20 jun 2024.

MONITORAMENTO do retorno dos refugiados e migrantes venezuelanos. **R4V**, ago., 2020. Disponível em: https://www.r4v.info/pt/document/monitoramento-do-retorno-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-agosto-2020. Acesso em: 6 jul. 2021.

MOULIN, Carolina Aguiar; MAGALHÃES, Bruno. Operation shelter as humanitarian infrastructure: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil. **Citizenship Studies**, v. 24, p. 642-662, 2020.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

OFFE, Claus. Governance: An “Empty Signifier”?. **Constellations**, v.16, n. 4, p. 550-562, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=67140. Acesso em: 25 ago. 2024.

OIM – ONU Migração. **Pesquisa da OIM mostra que a guerra na Ucrânia já deslocou 7,1 milhões de pessoas**. 2022**.** Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-

br/news/pesquisa-da-oim-mostra-que-guerra-na-ucrania-ja-deslocou-71-milhoes-de-pessoas. Acesso em: maio 2022.

ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas. 2021. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772272. Acesso em: dez. 2021.

PAIVA, Ariane Rego de; GONÇALVES, Ana Gabriela de Paiva. Operação Acolhida: Entre a Militarização e a Assistência Social. **RBHCS**, v. 13, n. 23, p. 164-181, jan./ jun. 2021. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12552/9094. Acesso em: 15 mar. 2022.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade Espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Papeles de Población, Toluca**, v. 10, n. 42, p. 73-100, out./ dez. 2004. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11204204. Acesso em: 09 jun. 2016.

PERFIL da Cidade de Curitiba, **Curitiba**, 2023. Disponível em: https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-curitiba/174. Acesso em: 03 maio 2023.

PINHO, Alessandro Paiva de. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida**. 2019. 62 f. TCC (Especialização Política, Estratégia e Alta Administração do Exército), Escola de Comando e Estado--Maior do Exército, Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4990/1/MO%200906_PINHO.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

PLATAFORMA de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes Venezuelanos. 2022. Disponível em: https://www.r4v.info/pt/brazil. Acesso em: 12 dez. 2022.

PLATAFORMA de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes Venezuelanos, **R4V**, 2023. Disponível em: https://www.r4v.info/pt/brazil. Acesso em: 05 maio 2023.

PORTO ALEGRE, RS – Eleições 2020 no RS, **G1 – Rio Grande do Sul**, 29 nov. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/porto-alegre.ghtml. Acesso em: 20 jun. 2023.

PREFEITO elogiado por Bolsonaro na Pandemia é investigado pelo Ministério Público Federal, **UOL – ANTAGONISTA**, 17 set. 2021. Disponível em: https://oantagonista.uol.com.br/brasil/prefeito-elogiado-por-bolsonaro-na-pandemia-e-investigado-pelo-mpf/. Acesso em: 12 jul. 2023.

PREFEITO de Chapecó é investigado por pedir que empresário orientem trabalhadores a votar em Bolsonaro. **UOL** - Eleições 2022, São Paulo, SP, 22 out. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/10/21/prefeito-de-chapeco-e-investigado-por-pedir-que-

empresarios-orientem-trabalhadores-a-votar-em-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 13 jul. 2023.

PROFESSORES de Chapecó repudiam fala de João Rodrigues e encaminham ações de luta, **CUT – SC**, Florianópolis, SC, 15 fev. 2023. Disponível em: https://sc.cut.org.br/noticias/professores-de-chapeco-repudiam-fala-de-joao-rodrigues-e-encaminham-acoes-de-lut-01b5. Acesso em: 10 jul. 2023.

REFUGIADO ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. ACNUR, Genebra - SWI, 01 out. 2015. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/l. Acesso em: 11 jul. 2016.

REIS, R. R.A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. **Contexto int.** Rio de janeiro, v.33, n.1, p. 47-69, Jan./Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n1/v33n1a03.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

RELAÇÃO dos Prefeitos de Curitiba. Disponível em: https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4. Acesso em: 22 fev. 2023.

RIBEIRO, Ludmila; OLIVEIRA, Valeria. “Eu quero que o povo se arme”: a política da segurança pública de Bolsonaro. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA; Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021. p. 327-342.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Fabiano; BARBOSA, Leonardo Martins. Bolsonaro e o Congresso: a caminho da estabilidade? *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA; Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro:** retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021. p. 83-94.

SASSEN, Saskia. Três Migrações Emergentes: uma mudança histórica. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13, n.23, p. 29 - 42, jul. 2016. Disponível em: http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/2-sur-23-portugues-saskia-sassen.pdf. Acesso em: 14 nov. 2016.

SECRETARIA de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS. COMIRAT/ RS. Porto Alegre, RS: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: https://justica.rs.gov.br/sobre-o-comirat-rs. Aceso em: 04 abr. 2023.

SICILIANO, A. L. **“A Política Migratória Brasileira:** Limites e desafios”. 2013. 67 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2013. Introdução; Cap. I. Disponível em: file:///C:/Users/Vitor/Downloads/Andre_Luiz_Siciliano.pdf. Acesso em: 18 abr. 2017.

SILVA, João Lucas Zanoni da. **Operação Acolhida: A Imigração Venezuelana para Dourados – MS.** 2020. 197 f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos), Universidade Federal de Grande Dourados, Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Dourados- MS, 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 15 jul. 2016.

SIMÕES, Gustavo da Frota (Org.). **Perfil Sociodemográfico e Laboral da imigração venezuelana no Brasil.** Curitiba, PR: CRV, 2017.

SITUAÇÃO Venezuelana. ACNUR, 2021. Disponível em: https://www.acnur.org/situacion-en-venezuela.html. Acesso em: out. 2021.

SUBCOMITÊ Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em situação de vulnerabilidade: Deslocamentos assistidos de venezuelanos – abril de 2018 - novembro de 2022. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/InformeInteriorizacao_Nov22.pdf. Acesso em: 13 maio de 2023.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhage aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, v.25, n. 1, janeiro/junho 2003, pp.47-80. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf. Acesso em: 12 de out. de 2022.

TOALDO NETO, Aurelio. O acolhimento humanitário e a interiorização dos migrantes venezuelanos em Roraima. **Revista do TCU**. Brasília, n. 150, 2022. Disponível em: https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1816. Acesso em: 28 ago. 2024.

UNHCR. **O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida**: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira. Brasília: ACNUR, 2022. Disponível em: https://www.acnur.org/br/media/acnur-brasil-antes-e-depois-da-operacao-acolhida-1-pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

UNHCR, & IOM. **Estratégia de Interiorização**. 2021. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/. Acesso em: 12 nov. 2021.

UNHCR, & IOM. **Estratégia de Interiorização**. 2022. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/. Acesso em: 11 out. 2022.

UNHCR, & IOM. **Estratégia de interiorização**. **Agência da ONU para Refugiados**. Brasília: ACNUR, 2023. Disponível em: //help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/programa-de-interiorizacao/. Acesso em: 10 abr. 2023.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. **“Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima**

e no Amazonas. 2021. 297 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2021.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; MACHADO, Igor José de Reno. Uma Missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-RR. **REMHU**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 107-122, dez. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/remhu/a/4hzGrGZdnbGsgsch6SCLgpw/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

VENEZUELA: eventos de 2018. **Human Rights Watch**, Nova Iorque, EUA, 2019. Disponível em:https://www.hrw.org/pt/world-report/2019/country-chapters/326452. Acesso em: 15 mar. 2020.

VENEZUELA: eventos de 2019. **Human Rights Watch**, Nova Iorque, EUA, 2020. Disponível em: https://www.hrw.org/es/world-report/2020/country-chapters/337313. Acesso em: 15 mar. 2020.

VENEZUELANOS em Chapecó/ SC: Prefeito João Rodrigues. [S. l. : s. n.], 2021. 1 vídeo (3 min.5s). Publicado pelo canal oficial de Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ecfc8g8HDZw. Acesso em: 10 mar. 2023.

VILELA, Elaine Meire; LOPES, Lívia Beatriz Ferreira. Balanço da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil. BIB, São Paulo, n. 72, p. 55-88, 2º semestre de 2011. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-72/8365-balanco-da-producao-academica-sobre-migracao-internacional-no-brasil-elaine-meire-vilela/file. Acesso em: 20 abr. 2016.

WENDEN, Catherine Wihtol de. As Novas Migrações. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13, n.23, p. 17 – 28, jul. 2016. Disponível em: http://sur.conectas.org/wp content/uploads/2016/09/1-sur-23-portugues-catherine-wihtol-de-wenden.pdf. Acesso em: 07 nov. 2016.

XIANG, B.; LINDQUIST, J. “Migration Infrastructure.” **International Migration Review.** v. 48, n. 1, p. 122–148, 2014.

ZAMBERLAM, J. *et al.* **IMIGRANTE -** A Fronteira da documentação e o difícil acesso às políticas públicas em Porto Alegre. Porto Alegre: Solidus, 2013.

ZAPATA-BARRERO, R. **Inmigracón, innovación política y cultura de acomodación en España**. Barcelona: Fundació CIDOB, 2004.

ZOLBERG, A. R. **A Nation by Design** - Immigration Policy in the Fashioning of America. New York: Russell Sage Foundation, 2006. Disponível em: http://www.ihc.ucsb.edu/wordpress/wp-content/uploads/2015/08/Zolberg-1.pdf. Acesso em: 22 jun. 2016.

APÊNDICES

Apêndice A

Infraestrutura Humanitária em Boa Vista-RR

Abrigos	Características dos abrigos	Público-alvo	Horário de funcionamento	Entidades Gestoras	Alimentação	Saúde
Abrigo Latife Salomão	Um dos primeiros abrigos que foram estruturados para atender às demandas dos migrantes e refugiados venezuelanos que estavam nas ruas e nas praças da Capital Boa Vista - RR	Migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos, incluindo homossexuais de ambos os sexos, homens solteiros, mulheres solteiras e famílias com filhos menores de 18 anos	Das 5h às 18h	ACNUR(coordenação)	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário
Abrigo Pintolândia	Área de acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos mais antiga de boa vista. Criado em 27 de dezembro de 2016. Sua missão é cooperar com os governos federal, estadual e municipal, especialmente na assistência emergencial a migrantes indígenas venezuelanos, em situação de vulnerabilidade	Famílias de migrantes indígenas das etnias Warao e Eñepa	Das 5h:30min às 22h	Secretaria do trabalho e bem-estar social do estado de Roraima (SETRABES) e Fraternidade - Federação Humanitária Internacional (FFHI)	Gêneros alimentícios (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário
Abrigo Hélio Campos	Instalado na entidade fraternidade sem fronteiras, de boa vista. Sua missão é cooperar com os governos federal, estadual e municipal na assistência a migrantes indígenas em situação de vulnerabilidade. Oferece apoio logístico em transporte, alimentação, saúde e suporte para a interiorização	Famílias de migrantes desassistidos	Das 5h:30min às 22h	Fraternidade sem fronteiras	Gêneros (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário
Abrigo Tancredo Neves (ATN)	Um dos abrigos mais antigos da Capital Boa Vista-RR. Sua missão é	Migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos	Das 6h às 22h	ACNUR e FFHI	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário

	a de acolher migrantes e refugiados venezuelanos em situação de vulnerabilidade, trazidos pelo Posto de Triagem de Boa Vista ou Pacaraima	(casais sem filhos, casais homossexuais de ambos os sexos e homens solteiros)				
Abrigo Jardim Floresta	Estruturado para gerenciar as atividades de controle e bem-estar social dos migrantes e refugiados venezuelanos abrigados. Promovem, em coordenação com as agências, atividades esportivas, sociais, religiosas, de segurança e de lazer	Famílias de migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos	Das 5h:30min às 22h	ACNUR	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário
Abrigo Nova Canaã	Atua em parceria com a ONG – FFHI, em uma gestão compartilhada, coordenando e cooperando com os assuntos de segurança, infraestrutura e logística	Famílias de migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos	Das 5h:30min às 22h	ACNUR/Fraternidade-Federação Humanitária Internacional	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário
Abrigo São Vicente	Foi estruturado para atuar em parceria com a ONG – Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), em uma gestão compartilhada, coordenando e cooperando com os assuntos de segurança, infraestrutura e logística	Migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos, com as seguintes características: homossexuais de ambos os sexos e famílias com filhos menores de 18 anos	Das 7h às 22h	ACNUR/AVSI	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário
Abrigo Santa Tereza	Coordena as atividades de manutenção e de funcionamento de um dos acampamentos de abrigados estrangeiros, principalmente venezuelanos, podendo acolher refugiados de outras	Migrantes desassistidos, incluindo casais sem filhos, casais homossexuais de ambos os sexos e homens solteiros	Das 6h às 22h	ACNUR/AVSI	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário

	nacionalidades					
Abrigo Rondon 1	Atua em parceria com a ONG - AVSI, coordenando assuntos de segurança, infraestrutura e logística	Famílias de migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos	Das 5h às 22h	ACNUR e AVSI	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário
Rondon 2 Interiorização	Foi estruturado para cooperar com os governos federal, estadual e municipal, em conjunto com as agências humanitárias, nas medidas de assistência emergencial para suporte no processo de interiorização. Promove o acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos em situação de vulnerabilidade, oferecendo apoio logístico em alimentação, segurança, saúde e em transporte	Famílias de migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos, homossexuais, mulheres e homens solteiros	Das 5h às 22h	ACNUR; Fraternidade Federação Humanitária Internacional; e Organização Internacional de Migrações (OIM)	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico diário
Abrigo Rondon 3	Estruturado para cooperar com os governos federal, estadual e municipal, em conjunto com as agências humanitárias, nas medidas de assistência emergencial para suporte no processo de interiorização. Promove o acolhimento de migrantes e refugiados venezuelanos em situação de vulnerabilidade, oferecendo apoio logístico em alimentação, segurança, saúde e em transporte	Famílias de migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos, homossexuais, mulheres e homens solteiros	Das 7h às 22h	ACNUR; AVSI; e Fraternidade Federação Humanitária Internacional	Pronta (café, almoço e jantar)	Atendimento médico semanal
Posto de Informação Rodoviário	Estruturado para regularizar o funcionamento do Posto de Informações, guarda-volumes e	Casais, famílias de migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos, homossexuais,	Guarda-volumes: 24h; - informações: das 7h às 22h; e - pernoite: das 18h às 6h do dia	ACNUR e Fraternidade Federação Humanitária Internacional (em	Reforço alimentar noturno, mediante doações das entidades civis	Atendimento médico diário, conforme necessidades e solicitações

	Ponto de Distribuição de donativos para migrantes na rodoviária de Boa Vista-RR. Permite aos migrantes e refugiados venezuelanos desassistidos, por falta de vagas nos abrigos, guardar seus pertences, receber informações sobre regularização de documentos, interiorização e acesso aos serviços no Posto de Triagem, contribuindo para o ordenamento da área no entorno da rodoviária	mulheres e homens solteiros	seguinte	coordenação)		do supervisor

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Compêndio (2019).

Apêndice B

Seções das Células da Operação Acolhida

Seções	Responsabilidades	Contingente de militares
Seção de Pessoal (D-1)	- Realizar o controle de pessoal da FT Log Hum; - Confeccionar a escala de serviço; - Providenciar as necessidades de passagens aéreas para os integrantes da FT Log Hum; - Executar as atividades de pagamento de pessoal; - Executar as atividades relativas ao correio eletrônico da FT Log Hum; - Coordenar as atividades de assistência social e psicológica para a FT Log Hum.	- Chefia: **um Oficial** das forças armadas; - Auxiliares: **seis oficiais e cinco subtenentes/sargentos**.
Seção de Inteligência (D-2)	- Detectar, identificar e neutralizar a possível ação que constitua ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, áreas, instalações, pessoas e dos meios envolvidos na Operação Acolhida; - Antecipar-se às ações hostis, reais ou potenciais das ameaças presentes na Área de Operações (A Op), impedindo o vazamento/comprometimento de informações, danos a qualquer material ou outro bem, e preservando a integridade física dos integrantes das Forças Armadas.	- Chefia: **um oficial do QEMA** (Quadro do Estado-Maior da Ativa). - Auxiliares**: um oficial do QAO** (Quadro Auxiliar de Oficiais) **e dois subtenentes/sargentos.**
Seção de Operações (D-3)	- Estabelecimento de protocolos de segurança dos abrigos; - Controle e informação do serviço com o efetivo da Polícia Militar de Boa Vista (PMBV) e da Guarda Municipal de Boa Vista (GMBV); - Auxílio na execução dos protocolos de contagem de abrigados, revistas de pessoal e material, apresentação de documentação com fotos e controle do acesso aos abrigos; - Auxílio na ocupação dos abrigos; - Auxílio na gestão do emprego dos migrantes para as tarefas de limpeza de banheiros, limpeza das áreas comuns, reparos de pintura, distribuição da alimentação, confecção de café, lanches e organização das barracas; - Propor atividades programadas, tais como aulas, palestras e entretenimentos; - Auxílio no protocolo para fumantes, comércios, jogos, secagem de roupas, visitas, bicicletário e guarda de bens e volumes; - Manutenção atualizada da lista de contatos de todos os colaboradores e militares; - Estabelecimento de protocolos para o acionamento da PMRR e da GMBV; - Estabelecimento de protocolos para acesso aos portões dos abrigos; - Manutenção da relação atualizada das equipes de gestão humanitária.	- Chefia: **um oficial superior** do QEMA. - Auxiliares: **um oficial superior** (coordenador geral de abrigos); **um oficial superior** (adjunto do coordenador geral de abrigos); **dois oficiais superiores**, **dois oficiais intermediários** e **três subtenentes/sargentos.**

Seção Logística (D-4)	- Coordenar, controlar e sincronizar a logística no ambiente interagências; - Coordenar as atividades de transporte, incluso o transporte aéreo; - Cooperar com as atividades de fiscalização administrativa; - Apoiar às necessidades logísticas dos abrigos; - Coordenar as atividades relativas ao aprovisionamento referente à tropa da FT Log Hum; - Controlar e fiscalizar o patrimônio da FT Log Hum; - Consolidar as necessidades de aquisição da operação e enviar ao D10; - Coordenar o fornecimento de água para os integrantes da FT Log Hum.	- Chefia: **um oficial do QEMA**. - Auxiliares: **Dezenove auxiliares** entre oficiais, subtenentes e sargentos.
Seção de Operações Futuras (D-5)	- Planejar as atividades operacionais futuras, de acordo com o plano de contingência e plano de reversão; - Confeccionar as ordens de serviço e as ordens de instrução; - Realizar a atualização da agenda diária; - Atualizar, trimestralmente, o plano operacional da FT Log Hum.	- Chefia: **um oficial superior**. - Auxiliares: **um oficial do quadro** auxiliar de oficiais.
Seção Comando e Controle (D-6)	- Tem como missão principal a instalação e a manutenção do sistema de comunicações e da rede de dados, integrando todos os elementos da composição de meios da FT Log Hum.	- Chefia: **um oficial superior** da Arma de Comunicações. - Auxiliares: **um Oficial de Comunicações** (O Com) e **um oficial do Quadro Complementar** de Oficiais (QCO) especialistas em Tecnologia da Informação. Sob sua coordenação, possui um Destacamento de Comunicações comandado por um **1º Tenente de Comunicações** e é composto por três seções (Seção Rádio, Seção de Redes e Seção de Audiovisuais). Ainda, é apoiado por elementos do 1º B Com Sl especializados no sistema trunking Motorola. Seu efetivo total é de **vinte e dois militares especialistas em comunicações e redes de dados.**
Seção de Comunicação Social (D-7)	- Apoiar nos ramos de relações públicas (RP); - Divulgar a Operação Acolhida; - Realizar a assessoria de imprensa à FT Log Hum, cooperando com os governos federal, estadual e municipal e com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de migrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade.	- Chefia: **um oficial superior**. - Auxiliares: é composta por **um capitão/tenente** de Relações Públicas; **dois sargentos** cinegrafista/editor de vídeo do Exército Brasileiro (EB) ou Marinha do Brasil (MB); **um sargento** (Sgt) fotógrafo/editor de imagens, podendo ser do EB, da MB ou da Força Aérea Brasileira (FAB); **um Sargento** operador de Tecnologia de Informação e Comunicações (TIC); **dois sargentos/cabos/soldados** designer (EB/FAB); e **dois tenentes** jornalistas (MB/EB)
Seção de Operações Psicológicas (D-8)	- Assessorar sobre assuntos de Operações Psicológicas para o Cmdo e atuar como Oficial de Ligação com o Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) do 1º Batalhão de Operações Psicológicas, designado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), em apoio à missão.	- Chefia**: um oficial superior** das Forças Armadas. - Auxiliares: **dois subtenentes/sargentos**.
Seção de Assuntos Civis (D-9)	- Estabelecimento de contatos com Organizações Não Governamentais (ONGs), Organismos Internacionais (OI) e Órgãos Governamentais (OG); - Coordenar o fluxo de doações;	- Chefia: **um capitão de Fragata da Marinha do Brasil**. - Auxiliares**: três oficiais superiores**; **três capitães/tenentes**; e **três subtenentes/sargentos**.

	- Recepcionar as ONGs, OI e OG na Base de Operações de Boa Vista e Pacaraima; - Coordenar as reuniões, entre a FT Log Hum e as ONGs, os OI's e os OG's; - Participar das reuniões promovidas pelas ONGs, OI's e OG's; e - Monitorar e/ou participar dos Grupos de Trabalho (Clusters).	
Seção de Finanças (D-10)	- Realizar a gestão e o controle de recursos, aquisições de bens e serviços.	- Chefia: **um oficial superior** das Forças Armadas. - Auxiliares: **sete oficiais**; **cinco subtenentes**; **seis sargentos**; **um cabo** e **um soldado**.
Seção de Saúde (D-11)	- Apoiar e realizar a assistência à saúde e a imunização aos migrantes e refugiados desassistidos em situação de vulnerabilidade.	- Chefia: **um tenente-coronel** do EB. - Auxiliares: **um capitão de corveta da Marinha do Brasil**; **quatro capitães**; **dezenove tenentes do EB**; **cinco subtenentes**; **trinta e um sargentos e quinze cabos/soldados**.
Seção de Interiorização (D-12)	- Realizar o planejamento, o apoio e a execução da interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos.	- Chefia: **um tenente-coronel** do EB. - Auxiliares: **cinco oficiais superiores**, **dois tenentes**, **onze subtenentes/sargentos** e **dois cabos/soldados**.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor com base nos dados Compêndio (2019).

Apêndice C

ESTRUTURAS LOGÍSTICAS MONTADAS PELAS FORÇAS ARMADAS EM PACARAIMA - RORAIMA

Estrutura	Militares	Objetivos
Base de Apoio	**Coronel do Exército** – Estado Maior.	Coordenar as missões recebidas pelo comando da FT Log Hum.
Reforço do Pelotão Especial de Fronteira	**Um efetivo de militares.**	Reforçar o Pelotão que está na fronteira.
Posto de Atendimento Avançado (PAA)	**Um efetivo de militares.**	Hospital de Campanha do Exército Brasileiro, com sala de espera/triagem, ambulatório, farmácia, enfermagem e banheiros, destinado a dar atenção médica de emergência, em casos de isolamento aos migrantes e refugiados venezuelanos.
Posto de recepção e Identificação (PRI)	Sob o comando de **um oficial superior**, possuindo **dois subtenentes/sargentos** e **cinco cabos/soldados** como auxiliares.	Estrutura estabelecida para atender à demanda de documentação, alimentação e apoio sanitário.
Posto de Triagem	O posto está sob o comando de **um oficial superior**, auxiliado por **quatro subtenentes/sargentos** e **dez cabos/soldados.**	Estrutura montada para atender aos migrantes e refugiados, logo após saírem do PRI.
1 - Abrigo Janakoida	Está sob o comando de **um tenente**, auxiliado por **três sargentos**, com a guarnição de serviço de **dez cabos/soldados.**	Atende às demandas de apoio logístico de transporte, alimentação, saúde e segurança dos migrantes e refugiados venezuelanos indígenas.
2- Alojamento Boa Vista Nr 8 (BV-8)	**Um efetivo de militares.**	De caráter temporário, é usado para atender à demanda dos migrantes e refugiados venezuelanos que estão em trânsito para a capital Boa Vista.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Compêndio (2019).

Apêndice D

ESTRUTURAS LOGÍSTICAS MONTADAS PELAS FORÇAS ARMADAS EM BOA VISTA - RORAIMA

Estrutura	Militares	Objetivos
Base da FT Log Hum	Está sob o **comando de um General de Divisão** e conta com o seu Estado-Maior Conjunto Interagências	Localiza-se dentro da área da 1ª Bda Inf Sl e tem como objetivos, planejar e coordenar as atividades e emanadas as ordens para o cumprimento da missão.
Posto de Recepção, Identificação e Triagem (PRIT)	**Um oficial superior** como supervisor, **um oficial subalterno**, **quatro subtenentes/sargentos** e **trinta cabos/soldados.**	Estrutura estabelecida para atender à demanda de documentação, alimentação e apoio sanitário, além de verificar a situação migratória de cada um, e em seguida é prestado o atendimento médico e fornecida a alimentação gratuita.
1 - Abrigo Latife Salomão	- Supervisor: **um oficial do quadro auxiliar de oficiais**; - Auxiliares**: três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados**.	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
2- Abrigo Pintolândia	- Supervisor: **um oficial subalterno**. - Auxiliares**: três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados**.	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
3 - Abrigo Hélio Campos	- Supervisor: **um oficial subalterno**. - Auxiliares: **três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
4 - Abrigo Tancredo Neves	Supervisor**: um oficial do quadro auxiliar de oficiais**. - Auxiliares: **três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite,

		instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
5 - Abrigo Jardim Floresta	- Supervisor: **um oficial do quadro auxiliar de oficiais**. - Auxiliares: **três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
6 - Abrigo Nova Canaã	Supervisor: **um oficial do quadro auxiliar de oficiais**. - Auxiliares: **três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
7 - Abrigo São Vicente	- Supervisor: **um oficial do quadro auxiliar de oficiais**. - Auxiliares: **três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
8 - Abrigo Santa Tereza	- Supervisor: **um oficial do quadro auxiliar de oficiais**. - Auxiliares: **três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
9 - Abrigo Rondon 1	- Supervisor: **um oficial superior.** - Auxiliares: **três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e

		com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
10 - Abrigo Rondon 2 – Interiorização	- Supervisor: **um oficial superior da Marinha do Brasil.** - Auxiliares**: três subtenentes/sargentos**. - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
11 - Abrigo Rondon 3	- Supervisor: **dois oficiais superiores**. - Auxiliares: **um oficial e três subtenentes/sargentos**. - Segurança**: um cabo e três soldados.**	Estrutura montada, que é destinada a apoiar os migrantes e refugiados indígenas e não indígenas provenientes do PRIT. Nessas acomodações, há um apoio logístico em alimentação, pernoite, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia e em coleta de lixo. Cada local possui um público específico e com características específicas, de maneira a estarem subdivididos.
Posto de Informação Rodoviário	- Supervisor: **um oficial superior**. - Auxiliares: **um oficial subalterno**, **três subtenentes/sargentos** e **três cabos/soldados.** - Segurança: **um cabo e três soldados.**	Foi estruturado para regularizar o funcionamento do Posto de Informações, Guarda-Volumes e Ponto de Distribuição de Donativos para migrantes na rodoviária de Boa Vista

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Compêndio (2019).

Apêndice E

Roteiro de entrevista para o Representante da ONG de Curitiba-PR:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR? Há quanto tempo sua Organização trabalha com as questões migratórias?

2 – Existe algum financiamento público ou privado que auxilia sua Organização nas despesas e receitas? Além disso, quantas pessoas trabalham efetivamente em sua Organização?

3 – Sua Organização possui instituições parceiras na cidade de Curitiba-PR? Quais são as instituições e como ocorre esta parceria?

4 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Curitiba-PR atualmente?

5 - A Prefeitura de Curitiba-PR tem trabalhado em conjunto com sua Organização no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso positivo, por quanto tempo ocorre essa parceria?

6 - Tem conhecimento das ações e políticas migratórias no âmbito municipal desenvolvidas pela Prefeitura de Curitiba-PR, no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

7 - Na sua opinião, a Prefeitura Municipal de Curitiba-PR está buscando alternativas efetivas para garantir à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são estas alternativas?

8 - Sua Organização tem auxiliado na acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos na cidade de Curitiba-PR? Através de quais ações?

9 – Na sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos, no que se refere à inserção socioeconômica no município de Curitiba-PR?

10 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR?

11 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

12 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?

Apêndice F

Roteiro de entrevista para o Representante dos migrantes e refugiados venezuelanos de Curitiba-PR:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR?

2 – Existe algum financiamento público ou privado que auxilia sua Associação nas despesas e receitas? Além disso, quantas pessoas trabalham efetivamente em sua Associação?

3 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Curitiba-PR atualmente?

4 - A Prefeitura de Curitiba-PR tem trabalhado em conjunto com sua Associação no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso positivo, há quanto tempo ocorre essa parceria?

5 - Tem conhecimento das ações e políticas migratórias no âmbito municipal desenvolvidas pela Prefeitura de Curitiba-PR no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

6 - Na sua opinião, a Prefeitura Municipal de Curitiba-PR está buscando alternativas efetivas para garantir à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são estas alternativas?

7 - Sua Associação tem auxiliado à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos na cidade de Curitiba-PR? Através de quais ações?

8 - Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos, no que se refere à inserção socioeconômica no município de Curitiba-PR?

9 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR?

10 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

11 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?

Apêndice G

Roteiro de entrevista para o Representante da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR que trabalha com as questões migratórias:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR?

2 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Curitiba-PR atualmente?

3 - Qual é o órgão institucional responsável diretamente pelas questões migratórias na cidade de Curitiba-PR? Como funciona?

4 - A Prefeitura Municipal de Curitiba-PR tem trabalhado em conjunto com as Organizações da Sociedade Civil (associações comunitárias, grupos de pesquisa, movimentos populares e organizações não-governamentais (ONG's)) no que se refere a acolhida e integração dos migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso afirmativo, como têm sido essas parcerias?

5 - Fale sobre as ações e políticas migratórias no âmbito municipal que já foram e estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura de Curitiba-PR, no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

6 - A Prefeitura Municipal de Curitiba-PR tem buscando alternativas efetivas para garantir a acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são essas alternativas?

7 - Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos no que se refere à inserção socioeconômica no município de Curitiba-PR?

8 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Curitiba-PR?

9 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

10 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?

Apêndice H

Roteiro de entrevista para o Representante da ONG de Chapecó-SC:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC? Há quanto tempo sua Organização trabalha com as questões migratórias?

2 – Existe algum financiamento público ou privado que auxilia sua Organização nas despesas e receitas? Além disso, quantas pessoas trabalham efetivamente em sua Organização?

3 – Sua Organização possui instituições parceiras na cidade de Chapecó-SC? Quais são as instituições e como ocorre esta parceria?

4 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Chapecó-SC atualmente?

5 - A Prefeitura de Chapecó-SC tem trabalhado em conjunto com sua Organização no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso positivo, por quanto tempo ocorre essa parceria?

6 - Tem conhecimento das ações e políticas migratórias no âmbito municipal desenvolvidas pela Prefeitura de Chapecó-SC, no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

7 - Na sua opinião, a Prefeitura Municipal de Chapecó-SC está buscando alternativas efetivas para garantir à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são estas alternativas?

8 - Sua Organização tem auxiliado na acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos na cidade de Chapecó-SC? Através de quais ações?

9 - Na sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos, no que se refere à inserção socioeconômica no município de Chapecó-SC?

10 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC?

11 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

12 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?

Apêndice I

Roteiro de entrevista para o Representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC?

2 – Existe algum financiamento público ou privado que auxilia sua Associação nas despesas e receitas? Além disso, quantas pessoas trabalham efetivamente em sua Associação?

3 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Chapecó-SC atualmente?

4 - A Prefeitura de Chapecó-SC tem trabalhado em conjunto com sua Associação no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso positivo, há quanto tempo ocorre essa parceria?

5 - Tem conhecimento das ações e políticas migratórias no âmbito municipal desenvolvidas pela Prefeitura de Chapecó-SC, no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

6 - Na sua opinião, a Prefeitura Municipal de Chapecó-SC está buscando alternativas efetivas para garantir à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são estas alternativas?

7 - Sua Associação tem auxiliado à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos na cidade de Chapecó-SC? Através de quais ações?

8 - Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos, no que se refere à inserção socioeconômica no município de Chapecó-SC?

9 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC?

10 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

11 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?

Apêndice J

Roteiro de entrevista para o Representante da Prefeitura Municipal de Chapecó-SC que trabalha com as questões migratórias:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC?

2 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Chapecó-SC atualmente?

3 - Qual é o órgão institucional responsável diretamente pelas questões migratórias na cidade de Chapecó-SC? Como funciona?

4 - A Prefeitura Municipal de Chapecó-SC tem trabalhado em conjunto com as Organizações da Sociedade Civil (associações comunitárias, grupos de pesquisa, movimentos populares e organizações não governamentais (ONG's)) no que se refere a acolhida e integração dos migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso afirmativo, como têm sido essas parcerias?

5 - Fale sobre as ações e políticas migratórias no âmbito municipal que já foram e estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura de Chapecó-SC, no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

6 - A Prefeitura Municipal de Chapecó-SC tem buscando alternativas efetivas para garantir a acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são essas alternativas?

7 - Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos no que se refere à inserção socioeconômica no município de Chapecó-SC?

8 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Chapecó-SC?

9 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

10 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?

Apêndice K

Roteiro de entrevista para o Representante da ONG de Porto Alegre-RS:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS? Há quanto tempo sua Organização trabalha com as questões migratórias?

2 – Existe algum financiamento público ou privado que auxilia sua Organização nas despesas e receitas? Além disso, quantas pessoas trabalham efetivamente em sua Organização?

3 – Sua Organização possui instituições parceiras na cidade de Porto Alegre-RS? Quais são as instituições e como ocorre esta parceria?

4 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Porto Alegre-RS atualmente?

5 - A Prefeitura de Porto Alegre-RS tem trabalhado em conjunto com sua Organização no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso positivo, por quanto tempo ocorre essa parceria?

6 - Tem conhecimento das ações e políticas migratórias no âmbito municipal desenvolvidas pela Prefeitura de Porto Alegre-RS, no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

7 - Na sua opinião, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS está buscando alternativas efetivas para garantir à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são estas alternativas?

8 - Sua Organização tem auxiliado à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos na cidade de Porto Alegre-RS? Através de quais ações?

9 – Na sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos, no que se refere à inserção socioeconômica no município de Porto Alegre-RS?

10 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS?

11 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

12 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?

Apêndice L

Roteiro de entrevista para o Representante dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS?

2 – Existe algum financiamento público ou privado que auxilia sua OSC - Organização da Sociedade Civil nas despesas e receitas? Além disso, quantas pessoas trabalham efetivamente em sua Organização?

3 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Porto Alegre-RS atualmente?

4 - A Prefeitura de Porto Alegre-RS tem trabalhado em conjunto com sua Organização no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso positivo, há quanto tempo ocorre essa parceria?

5 - Tem conhecimento das ações e políticas migratórias no âmbito municipal desenvolvidas pela Prefeitura de Porto Alegre-RS, no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

6 - Na sua opinião, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS está buscando alternativas efetivas para garantir à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são estas alternativas?

7 - Sua Organização tem auxiliado à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos na cidade de Porto Alegre-RS? Através de quais ações?

8 - Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos, no que se refere à inserção socioeconômica no município de Porto Alegre-RS?

9 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS?

10 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

11 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?

Apêndice M

Roteiro de entrevista para o Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS que trabalha com as questões migratórias:

1 - Aborde brevemente seu primeiro contato com a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS?

2 - Existe uma estimativa de quantos migrantes e refugiados venezuelanos encontram-se em Porto Alegre-RS atualmente?

3 - Qual é o órgão institucional responsável diretamente pelas questões migratórias na cidade de Porto Alegre-RS? Como funciona?

4 - A Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS tem trabalhado em conjunto com as Organizações da Sociedade Civil (associações comunitárias, grupos de pesquisa, movimentos populares e organizações não-governamentais (ONG's)) no que se refere a acolhida e integração dos migrantes e refugiados venezuelanos? Em caso afirmativo, como têm sido essas parcerias?

5 - Fale sobre as ações e políticas migratórias no âmbito municipal que já foram e estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura de Porto Alegre-RS, no que se refere à acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos?

6 - A Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS tem buscando alternativas efetivas para garantir a acolhida e integração de migrantes e refugiados venezuelanos? Quais são essas alternativas?

7 - Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados venezuelanos no que se refere à inserção socioeconômica no município de Porto Alegre-RS?

8 - Tem conhecimento de como ocorreu à interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos em Porto Alegre-RS?

9 - Em sua opinião, qual o papel das Forças Armadas na Operação Acolhida e na interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos?

10 - Gostaria de complementar com mais alguma observação/impressão que possa julgar necessária para contribuir com a pesquisa?